

# PLANO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES

FIGUEIRA DA FOZ | 2015 - 2017





# PLANO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES

FIGUEIRA DA FOZ

2015-2017

Câmara Municipal da  
Figueira da Foz

Junho 2015





## **Nota de Abertura**

A coesão social é um valor incontornável de uma comunidade que se pretende virada para o progresso e o desenvolvimento.

Torna-se indispensável, em obediência ao princípio da igualdade, evitar toda e qualquer discriminação em função do sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual. Para a coesão contribui também, como se percebe, o acesso aos direitos económicos, sociais e culturais, indispensáveis à inserção de todos por via do acesso aos bens materiais necessários à dignidade de cada um.

É no quadro deste entendimento que se deve conceber a proteção aos mais desfavorecidos, à igualdade de género, às minorias e a todos os que, por fragilidades diversas, cabe a um estado moderno e democrático assegurar.

O Plano Municipal para a Integração dos Imigrantes (PMII) tem em vista promover de forma ativa a inserção destas minorias, visando assegurar o gozo dos direitos e deveres que são consagrados aos nacionais. É preciso notar que muitos destes direitos possuem consagração em normas internacionais, integrando o *corpus* da Declaração Universal dos Direitos do Homem ou a Convenção Europeia que também os protege.

Procura-se, assim, através do PMII delinear uma estratégia que, sustentada na participação dos imigrantes e nas instituições com intervenção na área social, possa conduzir à implementação de um conjunto de iniciativas capazes de promover o acolhimento e a inserção destes cidadãos.

### **O Vereador do Pelouro da Ação Social,**

(Por delegação de competências nos termos do Despacho n.º 5-PR/2013, de 4 de novembro, do Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz e Edital n.º 203/2013, de 13/11/2013)



António Tavares



## Índice geral

1.	Enquadramento .....	1
1.1.	Metodologia .....	4
1.1.1.	Metodologia de operacionalização da participação dos parceiros .....	5
1.1.2.	Metodologia de operacionalização da participação dos destinatários .....	8
1.1.3.	Metodologia de operacionalização da participação dos decisores políticos .....	8
1.1.4.	Metodologia de operacionalização do envolvimento da comunidade local .....	9
2.	Diagnóstico Local .....	11
2.1.	Enquadramento Territorial .....	11
2.2.	Caracterização dos recursos disponíveis .....	13
2.2.1.	Habitação.....	13
2.2.1.1.	Alojamentos .....	13
2.2.1.2.	Habitação Social .....	15
2.2.2.	Saúde .....	17
2.2.2.1.	Consultas por habitante .....	19
2.2.2.2.	Médicos .....	19
2.2.2.3.	Enfermeiros .....	20
2.2.2.4.	Hospital Distrital da Figueira da Foz .....	20
2.2.2.5.	Centro de Saúde da Figueira da Foz .....	21
2.2.2.6.	Centro de Respostas Integradas .....	23
2.2.3.	Educação .....	24
2.2.4.	Ação Social .....	30
2.2.4.1.	RSI - Rendimento Social de Inserção .....	32
2.2.4.2.	CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Figueira da Foz .....	36
2.2.5.	Economia e mercado de trabalho .....	41
2.3.	Caracterização da população imigrante .....	44
2.3.1.	Inquérito à população imigrante .....	55
2.3.1.1.	Caracterização demográfica .....	55
2.3.1.2.	Serviços de Acolhimento e Integração; Urbanismo e Habitação; Solidariedade e Resposta Social; Saúde .....	59
2.3.1.3.	Mercado de Trabalho e Empreendedorismo; Educação e Língua; Capacitação e Formação .....	65
2.3.1.4.	Cultura; Cidadania e Participação Cívica; Religião .....	74
2.3.1.5.	Media e Sensibilização da Opinião Pública; Racismo e Discriminação; Relações Internacionais .....	75
2.3.1.6.	Principais conclusões .....	76
2.4.	Necessidades Identificadas na comunidade imigrante .....	77
3.	Plano Municipal para a Integração de Imigrantes da Figueira da Foz .....	80
3.1.	Dimensão estratégica .....	80
3.2.	Dimensão operacional .....	83
3.3.	Modelo de monitorização e avaliação .....	101
3.4.	Acompanhamento e modelo de governação .....	102
	Nota Final .....	105
	Agradecimentos .....	107
	Referências Bibliográficas .....	109
	Anexos .....	113

## Índice de Quadros

Quadro 1 - Alojamentos clássicos, segundo a forma de ocupação .....	15
Quadro 2 - Habitação Social, segundo o número de casas e habitantes, por sexo, na freguesia de Buarcos .....	16
Quadro 3 - Habitação Social, segundo o número de casas e habitantes, por sexo, na freguesia de Tavarede .....	16
Quadro 4 - Habitação Social, segundo o número de casas e habitantes, por sexo, na freguesia de São Pedro .....	16
Quadro 5 - Habitação Social, segundo o número de casas e habitantes, por sexo, na freguesia de Vila Verde .....	17
Quadro 6 - Habitação Social, segundo o número de casas e habitantes, por sexo, na freguesia de Alhadas .....	17
Quadro 7 - Habitação Social, segundo o número de casas e habitantes, por sexo, na freguesia de Marinha das Ondas .....	17
Quadro 8 - Habitação Social, segundo o número de casas e habitantes, por sexo, em diversos pontos do concelho .....	17
Quadro 9 - Número de Médicas/os por Município de residência, segundo a especialidade, em 2012 .....	19
Quadro 10 - Número de inscritos nas Unidades de Cuidados de Saúde da Figueira da Foz, em 31/12/2013 .....	22
Quadro 11 - Número de registos de Consultas Médicas no Centro de Saúde da Figueira da Foz, por especialidade, no triénio 2010-2012 .....	22
Quadro 12 - Distribuição dos utentes residentes no Município da Figueira da Foz, acompanhados pelas diferentes equipas do CRI de Coimbra .....	23
Quadro 13 - Distribuição dos utentes residentes no Município da Figueira da Foz, acompanhados pelo CRI de Coimbra, em função do sexo e faixa etária .....	24
Quadro 14 - Taxa de analfabetismo, segundo os Censos, 2001 e 2011 .....	25
Quadro 15 - Estabelecimentos de ensino, na Figueira da Foz, segundo a natureza do estabelecimento .....	26
Quadro 16 - Número de alunos matriculados, segundo o nível de educação/ensino, por ano letivo, na Figueira da Foz .....	26
Quadro 17 - Escolarização segundo o nível de ensino na Figueira da Foz .....	27
Quadro 18 - Resultados escolares - taxa de retenção e desistência .....	28
Quadro 19 - Taxa de abandono escolar por local de residência (à data dos Censos 2001 e 2011) .....	29
Quadro 20 - Quadro Síntese: Entidades da Rede Solidária e da Rede Lucrativa com respostas sociais no concelho da Figueira da Foz - novembro 2014 .....	32
Quadro 21 - Evolução do número de agregados familiares beneficiários de RSI, em 2014, por mês e localização geográfica de residência, na Figueira da Foz .....	34
Quadro 22 - Evolução do número de beneficiários de RSI, em 2014, por mês e localização geográfica de residência, na Figueira da Foz .....	34



## *Plano Municipal para a Integração de Imigrantes da Figueira da Foz*

Quadro 23 - Beneficiários de RSI que iniciaram atividade profissional em 2014 .....	34
Quadro 24 - Evolução do número de cidadãos imigrantes apoiados e número de agregados beneficiários de RSI do Município da Figueira da Foz, de janeiro a abril de 2015 .....	35
Quadro 25 - Processos de Promoção e Proteção acompanhados pela CPCJ da Figueira da Foz, entre 01/01/2010 a 16/04/2015 .....	40
Quadro 26 - Taxa de Desemprego por sexo segundo os Censos 2001 e 2011 .....	42
Quadro 27 - Número de estrangeiros e de naturais do estrangeiro no Município, peso total da população residente .....	45
Quadro 28 - Principais nacionalidades representadas no Município .....	45
Quadro 29 - Distribuição populacional do Município da Figueira da Foz, segundo o sexo .....	47
Quadro 30 - Distribuição etária da população estrangeira residente, no Município da Figueira da Foz .....	48
Quadro 31 - Nível de escolaridade dos cidadãos estrangeiros e naturais do estrangeiro, residentes no Município da Figueira da Foz .....	48
Quadro 32 - Taxa de emprego, desemprego e atividade para o total da população, estrangeiros da UE, estrangeiros não UE e naturais do estrangeiro, no Município da Figueira da Foz .	49
Quadro 33 - Utentes imigrantes inscritos no GIP, entre 2009 e março de 2015, por idade, sexo, habilitações e nacionalidade .....	51
Quadro 34 - Distribuição de utentes imigrantes inscritos no GAE, entre 2012 e março de 2015, por idade, sexo, habilitações e nacionalidade .....	52
Quadro 35 - Religiões mais representadas no Município da Figueira da Foz, em 2011 .....	53
Quadro 36 - Distribuição dos imigrantes inquiridos por país de origem .....	56
Quadro 37 - Número de anos em Portugal .....	56
Quadro 38 - Forma como veio para Portugal .....	57
Quadro 39 - Documentação quando chegou a Portugal .....	58
Quadro 40 - Estatuto de permanência atual .....	58
Quadro 41 - Principais fontes de ajuda aos imigrantes .....	60
Quadro 42 - Profissões dos inquiridos no país de origem .....	67
Quadro 43 - Profissão atual dos inquiridos .....	68
Quadro 44 - Primeiro emprego em Portugal .....	71

## **Índice de Gráficos**

Gráfico 1 - Número de alojamentos, por localização geográfica .....	14
Gráfico 2 - Evolução, entre 1991 e 2011, do número de famílias, alojamentos e edifícios no concelho da Figueira da Foz .....	14
Gráfico 3 - Evolução do número de agregados familiares beneficiários de RSI, em 2014, na Figueira da Foz .....	33
Gráfico 4 - Contratos de Inserção por áreas, em outubro de 2014, na Figueira da Foz .....	35
Gráfico 5 - Evolução do montante do pecuniário concedido a cidadãos beneficiários de RSI do Município da Figueira da Foz, de janeiro a abril de 2015 .....	36
Gráfico 6 - Taxa de Atividade Total, segundo o sexo, por localização geográfica, em 2011 .....	41
Gráfico 7 - Distribuição do emprego segundo o setor de atividade, em 2011, por localização geográfica .....	41
Gráfico 8 - Desempregados, em novembro de 2014, por sexo, no concelho da Figueira da Foz ....	43
Gráfico 9 - Desempregados, em novembro de 2014, por grupo etário, no concelho da Figueira da Foz .....	43
Gráfico 10 - Desempregados, em novembro de 2014, por nível de escolaridade, no concelho da Figueira da Foz .....	43
Gráfico 11 - Desempregados, em novembro de 2014, por tempo de inscrição no concelho da Figueira da Foz .....	44
Gráfico 12 - Principais nacionalidades representadas no Município .....	46
Gráfico 13 - Nacionalidades representadas na categoria “Outras Nacionalidades”, por país de origem, em 2013 .....	46
Gráfico 14 - Distribuição populacional do Município da Figueira da Foz, segundo o sexo .....	47
Gráfico 15 - Taxa de emprego, desemprego e atividade para o total da população, estrangeiros da UE, estrangeiros não UE e naturais do estrangeiro, no Município da Figueira da Foz ..	49
Gráfico 16 - População estrangeira recenseada no Município da Figueira da Foz .....	52
Gráfico 17 - Taxa de crescimento migratório por local de residência (NUTS - 2002) .....	54
Gráfico 18 - Distribuição dos imigrantes inquiridos por escalão etário .....	55
Gráfico 19 - Razões de saída do país de origem .....	57
Gráfico 20 - Razões da escolha da Figueira da Foz enquanto cidade de destino .....	59
Gráfico 21 - Entidades a que recorreriam os imigrantes em situação de emergência .....	60
Gráfico 22 - Principais dificuldades na adaptação ao Município .....	61
Gráfico 23 - Prioridades para a adaptação ao Município .....	62
Gráfico 24 - Tipo de alojamento .....	62
Gráfico 25 - Tipologia da habitação .....	63
Gráfico 26 - Adequação da habitação às necessidades .....	63
Gráfico 27 - Número de pessoas com quem os inquiridos partilham habitação .....	64
Gráfico 28 - Pessoas com quem os inquiridos partilham habitação .....	64
Gráfico 29 - Acesso à saúde .....	65

## *Plano Municipal para a Integração de Imigrantes da Figueira da Foz*

Gráfico 30 - Nível de escolaridade .....	66
Gráfico 31 - Situação profissional atual dos inquiridos .....	68
Gráfico 32 - Grau de satisfação com a profissão exercida .....	69
Gráfico 33 - Equidade salarial .....	69
Gráfico 34 - Barreira no acesso ao emprego .....	70
Gráfico 35 - Número de empregos em Portugal .....	70
Gráfico 36 - Forma de obtenção de emprego em Portugal .....	72
Gráfico 37 - Trabalho no estrangeiro desde que reside em Portugal .....	72
Gráfico 38 - Perspetiva acerca dos empregos disponíveis para imigrantes em Portugal .....	73
Gráfico 39 - Domínio da língua portuguesa .....	73
Gráfico 40 - Religiões professadas pelos inquiridos .....	74
Gráfico 41 - Locais de culto para prática da religião professada pelos inquiridos .....	75
Gráfico 42 - Conhecimento de situações de racismo ou discriminação .....	75
Gráfico 43 - Perspetiva dos munícipes face à imigração, segundo os inquiridos .....	76

## **Lista de Abreviaturas**

- ACeS-BM** - Agrupamento de Centros de Saúde Baixo Mondego
- ACCF** - Associação das Coletividades do Concelho da Figueira da Foz
- ACIFF** - Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz
- ACM, I.P.** - Alto Comissariado para as Migrações
- ACT** - Autoridade para as Condições do Trabalho
- CAE** - Centro de Artes e Espetáculos da Figueira da Foz
- CLAII** - Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes
- CLAS** - Conselho Local de Ação Social da Figueira da Foz
- CLI** - Conselheiro Local para a Igualdade
- CMFF** - Câmara Municipal da Figueira da Foz
- CMEFF** - Conselho Municipal de Educação da Figueira da Foz
- CMJFF** - Conselho Municipal de Juventude da Figueira da Foz
- CPCJ** - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Figueira da Foz
- CQEP** - Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional
- CTE** - Centro de Emprego da Figueira da Foz
- CVP** - Cruz Vermelha Portuguesa
- DGEstE** - Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares
- DGRSP** - Direção- Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
- FEEI** - Fundos Europeus Estruturais e de Investimento
- FEINPT** - Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros
- FMCI** - Fórum Municipal de Cidadania e Igualdade
- GAEFF** - Gabinete de Apoio ao Empreendedor da Figueira da Foz
- GAE** - Gabinete de Apoio ao Empreendedor da Figueira da Foz
- GAEI** - Gabinete de Apoio Especializado ao Imigrante
- GIP** - Gabinete de Inserção Profissional da Figueira da Foz
- GIS** - Grupo Instrução e Sport
- GNR** - Guarda Nacional Republicana
- IDT** - Instituto da Droga e da Toxicodependência
- IEFP** - Instituto de Emprego e Formação Profissional

## *Plano Municipal para a Integração de Imigrantes da Figueira da Foz*

**IEFF** - Incubadora de Empresas da Figueira da Foz

**IMAD** - Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade

**INE** - Instituto Nacional de Estatística

**IPDJ** - Instituto Português do Desporto e Juventude

**ISS, I.P.** - Instituto da Segurança Social, I.P.

**MAJ** - Movimento Associativo Juvenil de Vila Verde

**NLI** - Núcleo Local de Inserção

**PALOP** - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

**PEM** - Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020

**PMII** - Plano Municipal de Integração de Imigrantes

**PPT** - Português Para Todos

**PSP** - Polícia de Segurança Pública

**RSES** - Rede de Serviços e Equipamentos Sociais

**RIAVVD** - Rede Interinstitucional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica

**RIFA** - Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo

**RSI** - Rendimento Social de Inserção

**SEF** - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

**UCC** - Unidade de Cuidados na Comunidade

**UCSP** - Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados

**UE** - União Europeia

**USF** - Unidade de Saúde Familiar

**USP** - Unidade de Saúde Pública



## 1. Enquadramento

O Plano Municipal para a Integração de Imigrantes é um projeto que resulta da candidatura pelo Município da Figueira da Foz ao financiamento da Ação 4 do Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros (FEINPT), com o objetivo principal de promover o processo de integração dos imigrantes a nível local.

A Figueira da Foz tem recebido ao longo das últimas décadas um número considerável de imigrantes e, apesar de nos últimos anos se ter observado um decréscimo desse número, por força da forte crise económica que se tem feito sentir no país, a verdade é que é expectável que o Município venha a ser cada vez mais procurado pelas privilegiadas condições geofísicas, culturais e sociais que oferece.

Desta forma, surge assim a importância de criar, a nível local, uma estratégia que funcione em complemento com a legislação e políticas nacionais e comunitárias, capaz de dar resposta aos desafios que se colocam relativamente à integração dos imigrantes, tendo por base uma visão positiva do contributo da imigração para a sociedade, assente num modelo de governação integrada e estabelecendo processos de monitorização das políticas desenvolvidas.

O Plano Municipal enquadra-se com as políticas nacionais de integração de imigrantes, que têm sido reconhecidas internacionalmente pelo sucesso alcançado, nomeadamente com o Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020 (PEM), recentemente aprovado, que dá seguimento aos I e II Planos Nacionais para a Integração de Imigrantes, através de uma abordagem holística e transversal desta matéria.

Este Plano vem dar destaque à necessidade de *“consolidação do trabalho de integração, capacitação e combate à discriminação dos imigrantes e grupos étnicos na sociedade portuguesa, tendo em vista uma melhor mobilização do seu talento e competências, a valorização da diversidade cultural, o reforço da mobilidade social, da descentralização das políticas de integração e uma melhor articulação com a política de emprego e o acesso a uma cidadania comum a várias áreas”*.<sup>1</sup>

A nível local surgem os Planos Municipais os quais deverão conter um conjunto vasto de medidas que procurem ir ao encontro das problemáticas diagnosticadas localmente.

O Plano Municipal para a Integração dos Imigrantes da Figueira da Foz tem por referência o quadro legal nacional em vigor, que tem sido marcado pela transposição de diretivas europeias para o ordenamento jurídico nacional, nomeadamente quanto à admissão e permanência dos Nacionais de Países Terceiros residentes legais, ao reagrupamento familiar, aos residentes de longa duração e à não discriminação.

A criação de um espaço de liberdade, de segurança e de justiça tem levado a União Europeia a preocupar-se com a integração dos Nacionais de Países Terceiros que residem legalmente na União.

---

<sup>1</sup> Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020

## *Plano Municipal para a Integração de Imigrantes da Figueira da Foz*

Desde logo, na reunião do Conselho Europeu de Tampere, de 1999, que salientou a necessidade de garantir um tratamento equitativo dos Nacionais de Países Terceiros a residir nos Estados-Membros e direitos e obrigações comparáveis aos dos cidadãos da União e a promoção da não discriminação, utilizando as possibilidades oferecidas pelo Tratado de Amesterdão que continha duas normas que se relacionavam com a integração (artigos 13º e 73k).

O Programa de Haia, de 2004, sublinhou a necessidade de uma maior coordenação das políticas nacionais de integração com base num quadro comum. O Conselho adotou os “Princípios Básicos Comuns para a política de integração dos imigrantes na União Europeia”, em 19 de novembro de 2004. Estes princípios assistem os Estados-Membros na formulação de políticas de integração, em sinergia com os instrumentos legislativos comunitários em vigor. A integração é entendida como um processo dinâmico e bidirecional de adaptação mútua de todos os imigrantes e residentes em Portugal, sendo o emprego, o conhecimento da língua, a educação, a igualdade, a não discriminação, a interação entre imigrantes e cidadãos dos países de acolhimento fatores fundamentais para a integração, assim como o diálogo intercultural, a diversidade de culturas e religiões e a participação nas políticas de integração, especialmente a nível local.

A Comissão Europeia propôs a Agenda comum para a integração – enquadramento para a integração de Nacionais de Países Terceiros na União Europeia, que considerou a integração como um processo dinâmico e bidirecional de adaptação mútua e salientou a importância das políticas de integração a nível local destacando a importância em melhorar a cooperação entre os diferentes níveis de governação nacional, regional e local e promover a monitorização das políticas e medidas desenvolvidas.

As Conclusões do Conselho da União Europeia de 1 e 2 de dezembro de 2005 sobre essa agenda acolheram e salientaram a necessidade de reforçar as políticas de integração dos Estados-Membros e a importância de um enquadramento a nível europeu para a integração, em todos os aspetos da sociedade, dos nacionais de países terceiros, residentes legais e, em especial, medidas concretas para pôr em prática os Princípios Básicos Comuns.

Foram assim criados instrumentos de solidariedade, incluindo um Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros (FEINPT), assente nos princípios básicos comuns.

Importa acrescentar que as competências da União Europeia na área de integração de imigrantes, com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, foram consolidadas. O artigo 79º, nº 4 do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia estabelece que a União Europeia, no respeito pelo princípio da subsidiariedade, pode incentivar e apoiar as medidas adotadas pelos estados membros a fim de promover a integração de nacionais de países terceiros, embora com isto não se preveja uma harmonização legislativa.

Será importante referir ainda que o Programa de Estocolmo de 2009, que se encontra hoje em fase de pós discussão e a Estratégia Europa 2020 reconhecem plenamente o potencial da migração para a construção de uma economia competitiva e sustentável e estabelecem como objetivo a integração efetiva dos migrantes legais, tendo por base o respeito e a promoção dos direitos humanos.



## *Plano Municipal para a Integração de Imigrantes da Figueira da Foz*

Estamos assim perante um quadro que vincula a integração à igualdade de tratamento e à não discriminação, à Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia e à Convenção Europeia de Direitos do Homem.

O FEINPT foi criado pela Decisão do Conselho da União Europeia 2007/435/CE para a plena integração dos imigrantes legais e para a aplicação do princípio da solidariedade entre os Estados-Membros e políticas nacionais de integração e insere-se no âmbito do Programa Quadro “Solidariedade e gestão dos fluxos migratórios” para o período 2007-2013 (COM (2005) 123 final), aprovado em 2005, no âmbito do reforço do espaço de liberdade, de segurança e de justiça.

Este fundo visa apoiar os esforços realizados pelos Estados-Membros para permitir aos Nacionais de Países Terceiros oriundos de contextos culturais, religiosos, linguísticos e étnicos diferentes satisfazer as condições de residência e facilitar a integração destas pessoas nas sociedades europeias e é administrado pela Direção-Geral da Administração Interna e Alto Comissariado para as Migrações (ACM, I.P.).

O quadro para a intervenção do fundo assenta nas diretrizes estratégicas para o período de programação plurianual de 2007-2013, aprovadas pela Comissão na Decisão da Comissão C(2007) 3926 final, de 21 de agosto, como previsto no artigo 16º da Decisão que criou o Fundo, que refletem as prioridades da Comunidade tendo em vista promover os Princípios Básicos Comuns.

É através de Programas Plurianuais nacionais que cada Estado-Membro propõe à Comissão, por força do artigo 17º da Decisão Comissão C(2007) que se definem estratégias face às necessidades diagnosticadas, tendo por base as diretrizes estratégicas. O Programa Plurianual nacional 2007-2013 tem por prioridades pôr em prática os Princípios Básicos Comuns; desenvolver indicadores e metodologias de avaliação de políticas e medidas; reforçar capacidades e competências nos Estados membros, nomeadamente a nível local; e promover políticas e medidas de integração a todos os setores, focando a necessidade de mecanismos para troca de informação e experiências entre os intervenientes na integração.

Para executar estas prioridades são concebidos Programas Anuais que definem ações, como prevê o artigo 19º da Decisão Comissão C(2007). O Programa Anual 2013 prevê a Ação 4 - Planos Municipais para a Integração dos Imigrantes, para o período 2015-2017. Esta é uma das ações que se destina à execução da Prioridade 3, que consiste no reforço das capacidades políticas e melhoria da coordenação e das competências nos Estados-Membros nomeadamente a nível local, para permitir uma resposta mais integrada e eficaz em matéria de apoio, acolhimento e integração dos imigrantes.

Os beneficiários desta ação são especialmente as Câmaras Municipais por lhes competir a definição do rumo do concelho e pelo papel fundamental que desempenham na implementação de medidas de integração.

Neste contexto, o Plano Municipal para a Integração de Imigrantes da Figueira da Foz visa diagnosticar as principais necessidades dos imigrantes e em paralelo o desenho de respostas concertadas e integradas para a sua minimização/solução, envolvendo para tal os destinatários do

Plano de forma dinâmica bem como os decisores políticos e outros decisores locais na definição do Plano Municipal.

### **1.1. Metodologia**

O Plano Municipal, na prossecução da definição de uma estratégia local para a integração de imigrantes, segue um modelo de governação integrada.

Assumindo a Câmara Municipal a responsabilidade por este projeto, envolveu desde o início os *stakeholders* relevantes, nomeadamente, serviços públicos e sociedade civil com intervenção neste domínio a nível local, decisores políticos (Câmara Municipal e Assembleia Municipal), imigrantes e autóctones, o que permitiu criar uma consciência de missão comum e partilhada, indispensável para alcançar o sucesso desejado e garantiu consenso quanto às tarefas e responsabilidades dos vários parceiros em torno dos objetivos do Plano.

Dado o número elevado de parceiros que se pretendia envolver e seguindo uma lógica de rentabilização de recursos, mobilizou-se uma plataforma já existente, o Fórum Municipal de Cidadania e Igualdade (FMCI) o qual assumirá a responsabilidade da monitorização e avaliação da implementação do PMII da Figueira da Foz.

Para além dos parceiros que integram o FMCI, a parceria foi alargada a novas entidades que pelas responsabilidades assumidas localmente podem, de alguma forma, dar um contributo para o diagnóstico e apresentar propostas de medidas a implementar nas 13 áreas de intervenção identificadas pelo ACM, I.P.: Serviços de Acolhimento e Integração, Urbanismo e Habitação, Mercado de Trabalho e Empreendedorismo, Educação e Língua, Capacitação e Formação, Cultura, Saúde, Solidariedade e Resposta Social, Cidadania e Participação Cívica, *Media* e sensibilização da Opinião Pública, Racismo e Discriminação, Relações Internacionais e Religião.

Numa primeira fase, procedeu-se à caracterização da População Imigrante residente no concelho da Figueira da Foz, tendo por base três níveis de recolha de informação: informação estatística, aplicação de inquérito e *Focus Group*.

A caracterização demográfica desta população resulta de dados recolhidos do relatório do RIFA - Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2011 e 2013 do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Respondendo à necessidade de integrar uma visão com um caráter mais qualitativo e focado nas treze áreas de intervenção do Plano Municipal para a Integração de Imigrantes da Figueira da Foz a esta caracterização, somaram-se dois momentos de consulta e recolha de dados junto dos destinatários:

**1º Momento** - Aplicação de um inquérito semiestruturado, anónimo, contemplando na sua maioria questões fechadas distribuídas por quatro grupos agregadores das 13 áreas de intervenção pelas quais se distribuem as medidas propostas neste documento. (Anexo 1)

**2º Momento** - Dinamização de um *Focus Group* com representantes de cidadãos nacionais de países terceiros. Este *Focus Group*, procurando uma distribuição igualitária por género, contou com a participação de onze elementos, selecionados de acordo com critérios de representatividade das nacionalidades com maior expressão no concelho (Brasil, Ucrânia, Cuba, Marrocos, São Tomé e Príncipe) bem como pela sua capacidade de interlocução e disponibilidade para participação na sessão. (Anexo 2)



### **1.1.1. Metodologia de operacionalização da participação dos parceiros**

Tendo por base como uma mais-valia a criação de uma robusta rede de parceiros, aquando a elaboração da candidatura à Ação 4 - Planos Municipais para a Integração de Imigrantes foram estabelecidas parcerias com 17 entidades públicas e da sociedade civil com ação, a nível local, no âmbito das 13 áreas de intervenção a contemplar no Plano. (Anexo 3)

Esta rede de parceiros institucionais previamente constituída em sede de candidatura veio, progressivamente, a ser alargada a um conjunto de outras entidades convidadas, conduzindo à configuração definitiva da rede de agentes locais envolvidos neste projeto e no compromisso de trabalho que dele decorre.

Recorrendo a um critério de proximidade e interdependência entre áreas de intervenção, e numa lógica de fomento de oportunidades de discussão mais abrangentes, foram criados seis Grupos de Trabalho Temáticos que agregam os diferentes agentes locais. (Anexo 4)

**Grupo I** - Serviços de Acolhimento e Integração; Urbanismo e Habitação; Solidariedade e Resposta Social;

**Grupo II** - Mercado de Trabalho e Empreendedorismo; Capacitação e Formação;

**Grupo III** - Cultura; Cidadania e Participação Cívica; Religião;

**Grupo IV** - *Media* e Sensibilização da Opinião Pública; Racismo e Discriminação; Relações Internacionais;

**Grupo V** - Saúde;

**Grupo VI** - Educação e Língua.

O envolvimento dos parceiros contemplou momentos de recolha de contributos e discussão generalizada, em sessões alargadas e sessões de trabalho temáticas, com a dinamização de dois *Focus Group* para cada Grupo de Trabalho e 2 *Focus Group* isolados para os parceiros da Educação e

## Plano Municipal para a Integração de Imigrantes da Figueira da Foz

da Saúde, tendo em conta as suas especificidades e à semelhança da metodologia adotada no âmbito do preenchimento do questionário “Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade” (IMAD).

20 de março de 2015 - Realização de 4 *Focus Group* onde se procurou, ainda de uma forma diagnóstica, identificar os principais recursos e principais constrangimentos apresentados pelos imigrantes e pelos serviços que os acolhem. (Anexo 5)



Grupo I



Grupo II



Grupo III



Grupo IV



23/03/2015 - *Focus Group* Saúde



27/03/2015 - *Focus Group* Educação

## Plano Municipal para a Integração de Imigrantes da Figueira da Foz

9 de abril de 2015 - Realização de mais 3 *Focus Group* onde, através dos parceiros envolvidos na sessão do dia 20 de março, foram desenvolvidos esforços na definição dos objetivos estratégicos e operacionais, medidas e respetivo nível de implementação, metas, indicadores e identificação de responsáveis pela sua implementação. (Anexo 6)



Grupo I



Grupo II



Grupo III



13/04/2015 - *Focus Group* Educação



13/04/2015 - *Focus Group* Saúde

### **1.1.2. Metodologia de operacionalização da participação dos destinatários**

O desenvolvimento de medidas para a integração de imigrantes, para ser eficaz, não pode deixar de fora os beneficiários do Plano. Os imigrantes são os melhores defensores de uma boa política de integração e a sua presença em todas as fases do processo garante que se tenha em consideração as necessidades que sentem e se aumente as suas competências. Neste sentido, os imigrantes foram chamados a responder a um questionário inicial que pretendia identificar as necessidades sentidas no concelho e participar nos grupos de discussão para a elaboração do plano.



Toda a candidatura assenta na premissa do imprescindível envolvimento dos cidadãos imigrantes na elaboração do presente documento a qual decorre, simultaneamente, da disposição desta exigência em sede de Regulamento da Ação 4 do FEINPT e de uma comunhão de vontades da autarquia e da comunidade imigrante local.

Este envolvimento consagrou-se a diferentes níveis, tendo sido desde logo contemplada a participação de cidadãos imigrantes em todas ações que envolveram a mobilização dos parceiros do projeto, com a integração de representantes Nacionais de Países Terceiros nos Grupos de Trabalho Temáticos.

### **1.1.3. Metodologia de operacionalização da participação dos decisores políticos**

O envolvimento de decisores políticos, em todas as fases do projeto, revela-se naturalmente imprescindível, dependendo o sucesso do mesmo, do compromisso que os responsáveis autárquicos assumem na implementação das medidas previstas. Foram assim convidados representantes do executivo camarário para integrarem grupos de trabalho e reuniões com parceiros, desde a fase mais inicial do projeto, sendo o seu papel na validação e avaliação do Plano igualmente fundamental.

Neste sentido, a 30 de outubro de 2014, decorreu a apresentação do Projeto Plano Municipal para a Integração de Imigrantes da Figueira da Foz em sede de reunião do Fórum Municipal para a Cidadania e Igualdade, presidido pelo Vereador do Pelouro da Ação Social, Dr. António Tavares.

Este Fórum reúne novamente, no dia 9 de abril de 2015, para aprovação do alargamento da parceria



## Plano Municipal para a Integração de Imigrantes da Figueira da Foz

aos parceiros do PMII e dos procedimentos de monitorização e avaliação. O Plano Municipal para a Integração de Imigrantes da Figueira da Foz foi, posteriormente, colocado à discussão e aprovação pelo FMCI, a 21 de maio de 2015.

A 3 de novembro de 2014, o Projeto Plano Municipal para a Integração de Imigrantes da Figueira da Foz é apresentado na reunião do Núcleo Executivo do Conselho Local de Ação Social, presidido pelo Vereador do Pelouro da Ação Social.

A 9 de março de 2015, tem lugar a apresentação do Projeto Plano Municipal para a Integração de Imigrantes da Figueira da Foz, em sede de Reunião Ordinária de Câmara prevendo-se ainda a apresentação e discussão do documento final em sede de reunião de Câmara e Assembleia Municipal, em 75 de junho e 29 de junho de 2015, respetivamente.

A 18 de março de 2015 a Coordenação do Projeto Plano Municipal para a Integração de Imigrantes da Figueira da Foz reúne com o Vereador do Pelouro da Ação Social para definição conjunta do trabalho a desenvolver.



O executivo autárquico fez-se também representar no Grupo de Trabalho III - Cultura; Cidadania e Participação Cívica; Religião, através da participação do Vereador do Pelouro da Ação Social, o mesmo acontecendo com a Assembleia Municipal, a qual se fez representar pelo seu Presidente.

### 1.1.4. Metodologia de operacionalização do envolvimento da comunidade local

Pretendeu-se também envolver a comunidade local e estimular o debate público acerca destas questões, através da dinamização de uma ação municipal de sensibilização, que contou com o contributo do Professor Doutor Pedro Góis, investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e docente da Universidade do Porto, com um vasto conjunto de publicações e estudos na área das migrações.



Esta ação contribuiu para a promoção da discussão entre entidades e cidadãos imigrantes presentes, contando com a participação dos *media* locais procurando, desta forma, chamar a atenção da comunidade para estas questões.

Foram igualmente disponibilizadas, pela Autarquia, meios de recolha de contributos da comunidade no intuito de facilitar o processo participativo nesta ação e também a partilha de experiência e trocas de informação, pelo que podemos tomar como exemplo a criação da “*Hora Aberta*”, espaço

## *Plano Municipal para a Integração de Imigrantes da Figueira da Foz*

semanal (todas as segundas feiras, das 14h00 às 17h00), onde todos os parceiros e comunidade em geral podem entrar em contato com a equipa do Projeto e apresentar os seus contributos, via e-mail, telefone ou presencialmente, nas instalações dos serviços da Divisão de Educação e Assuntos Sociais.



## **2. Diagnóstico Local**

### **2.1. Enquadramento Territorial**

O concelho da Figueira da Foz integra o conjunto dos oito concelhos que constituem a NUT III do Baixo Mondego (oito concelhos do distrito de Coimbra), uma das sub-regiões estatísticas da Região Centro de Portugal. Encontra-se delimitado pelos concelhos de Cantanhede a Norte, de Montemor-o-Velho e Soure a Este, de Pombal a Sul e o Oceano Atlântico a Oeste. Integra a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

Ocupa uma área total de 379,4km<sup>2</sup>, sendo por isso o segundo maior concelho na sub-região do Baixo Mondego, logo a seguir a Cantanhede. Trata-se de um concelho com relativa extensão litoral, banhado pelo Oceano Atlântico e que oferece cerca de 35km de costa arenosa, com exceção do Cabo Mondego, promontório na Serra da Boa Viagem, onde é possível encontrar arribas de 50m de altura. É um concelho atravessado pelo rio Mondego que marca o Vale (do Mondego), quer na sua paisagem, história, costumes e tradições, como também nas suas atividades económicas predominantes.

A Figueira da Foz apresenta-se como a segunda maior cidade do distrito de Coimbra, tendo adquirido uma importância funcional específica a par de outras cidades da Região Centro como Aveiro, Viseu, Guarda e Castelo Branco. Contudo, sobressai na Região Centro o designado “Eixo Coimbra - Figueira da Foz” por força da forte relação que entre estas duas cidades se estabeleceu ao longo do tempo, a qual saiu fortalecida com o crescimento da rede de acessibilidades viária e pela transformação da Figueira da Foz num centro turístico e balnear, com importantes segmentos ainda a explorar. A localização geográfica da sede do Município da Figueira da Foz é um dos seus pontos fortes, distando 40km de Coimbra, 200km de Lisboa, 120km do Porto, 62km de Leiria e 79km de Aveiro.

Nesta ótica, o posicionamento geoestratégico da Figueira da Foz, aliado à dinâmica económica em torno de setores como a pasta de papel, o vidro, as energias renováveis ligadas ao mar, a logística e os transportes, abrem-lhe perspectivas de desenvolvimento que urge potenciar. Exige-se, portanto, aos agentes locais e regionais, em particular, um forte empenho na economia do conhecimento, “baseado num crescimento sustentado, na qualidade e na inovação e orientado para aumentos significativos da produção de bens e serviços transacionáveis.”<sup>2</sup>

Consolida, ainda, a sua posição geográfica estratégica na Região Centro, entre as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, por ser um porto marítimo de importância histórica, desde o século XVIII, onde o maior rio exclusivamente português, o rio Mondego, encontra o mar, no Oceano Atlântico. O estuário junto à foz do rio Mondego, com cerca de 3,5km<sup>2</sup> de área, e o assinalável património ambiental envolvente, dinamiza economicamente o território, em termos agrícolas,

---

<sup>2</sup> Associação Industrial Portuguesa - Câmara do Comércio e Indústria - Carta Magna da Competitividade: Relatório da Competitividade 2012, p. 3

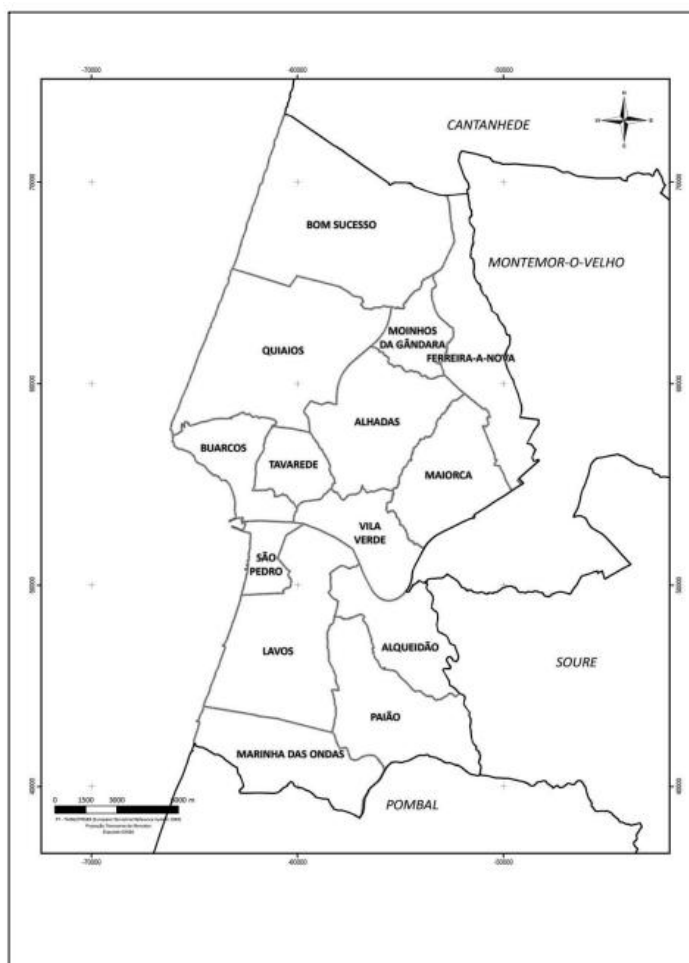
## Plano Municipal para a Integração de Imigrantes da Figueira da Foz

industriais e de serviços turísticos e torna-o num potencial estratégico do ponto de vista hídrico, no que à fileira portuguesa da náutica e de recreio diz respeito.

Por seu turno, o turismo na Figueira da Foz continua a representar a nível económico, social e cultural a sua principal força motriz, ainda que atividades como a pesca, a indústria vidreira, a produção de celulose, a indústria de sal e a agricultura contribuam de forma determinante para o desenvolvimento económico do Município e da região, conseqüentemente para a produção de riqueza. De notar que o crescimento/desenvolvimento da Figueira da Foz resultou, não só do movimento do porto marítimo, mas também graças à indústria da construção naval, que teve momentos prósperos ao longo da sua história.

Os 379,4km<sup>2</sup> de área concelhia da Figueira da Foz estão distribuídos, desde 2013,<sup>3</sup> por 14 freguesias: Buarcos, Alqueidão, Maiorca, Marinha das Ondas, Tavares, São Pedro, Vila Verde, Bom Sucesso, Moinhos da Gândara, Alhadas, Ferreira-a-Nova, Lavos, Paião e Quiaios. São Pedro é a freguesia mais pequena, com cerca de 7km<sup>2</sup> e Bom Sucesso a maior, ocupando cerca de 60km<sup>2</sup>.

Até 2012, o concelho da Figueira da Foz era constituído por 18 freguesias, das quais quatro integraram freguesias já existentes com a reorganização administrativa do território. São elas: Freguesia das Alhadas, que integrou Brenha, a Freguesia de Ferreira-a-Nova que integrou Santana, a Freguesia de Paião que inclui a Borda do Campo e, por último a Freguesia urbana de Buarcos que agregou a freguesia de São Julião da Figueira da Foz.



Organização administrativa do concelho da Figueira da Foz, em 2013

<sup>3</sup> CAOP - Carta Administrativa Oficial Portuguesa. Lei n.º 11A/2013 de 28 de Janeiro: Reorganização administrativa do território das freguesias, Diário da República, I Série, Número 19, 552-(2) - 552-(148)

## 2.2. Caracterização dos recursos disponíveis

### 2.2.1. Habitação

A habitação é considerada uma das facetas mais visíveis da condição social das populações. Portanto, ter acesso a uma habitação condigna é uma das condições essenciais para se alcançar um nível de vida razoável que não se reduza à mera sobrevivência humana e que proporcione ao ser humano, mulher, homem, jovem, criança ou pessoa idosa o preenchimento de necessidades de segurança, de abrigo, de espaço pessoal e/ou privado e espaço comum para a família, entre outras necessidades básicas.

O direito do ser humano a uma habitação condigna implica a existência de uma habitação que respeita os níveis básicos relativos à segurança de ocupação, disponibilidade de serviços, materiais, equipamentos e infraestruturas, acessibilidade económica, habitabilidade, facilidade de acesso, localização e respeito pelo meio cultural.

Uma das razões, pelas quais, a Constituição da República determina que *“todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”* (artigo 65.º - Habitação e Urbanismo)<sup>4</sup>.

No entanto, esta ideia da habitação como um bem essencial constituiu-se como um direito, reconhecido internacionalmente com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, proclamada pelas Nações Unidas em 1948, ao considerar no seu artigo n.º 25, ponto n.º 1: *“Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento,...”*<sup>5</sup>.

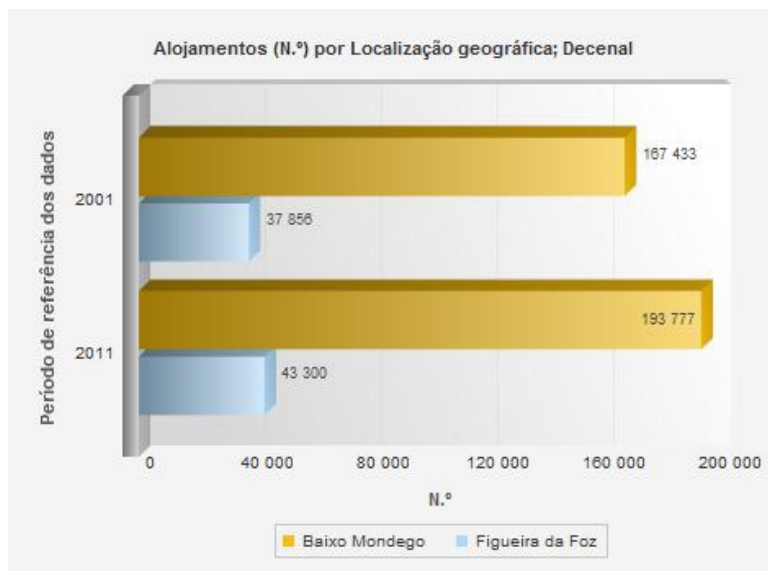
#### 2.2.1.1. Alojamentos

O Instituto Nacional de Estatística considera alojamento *“o local distinto e independente que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado, transformado ou está a ser utilizado, se destina a habitação com a condição de não estar a ser utilizado totalmente para outros fins no momento de referência: por distinto entende-se que é cercado por paredes de tipo clássico ou de outro tipo, é coberto e permite que uma pessoa ou um grupo de pessoas possa dormir, preparar refeições ou abrigar-se das intempéries separado de outros membros da coletividade; por independente entende-se que os seus ocupantes não têm de atravessar outros alojamentos para entrar ou sair do alojamento onde habitam”* (Metainformação - INE).

<sup>4</sup> <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>

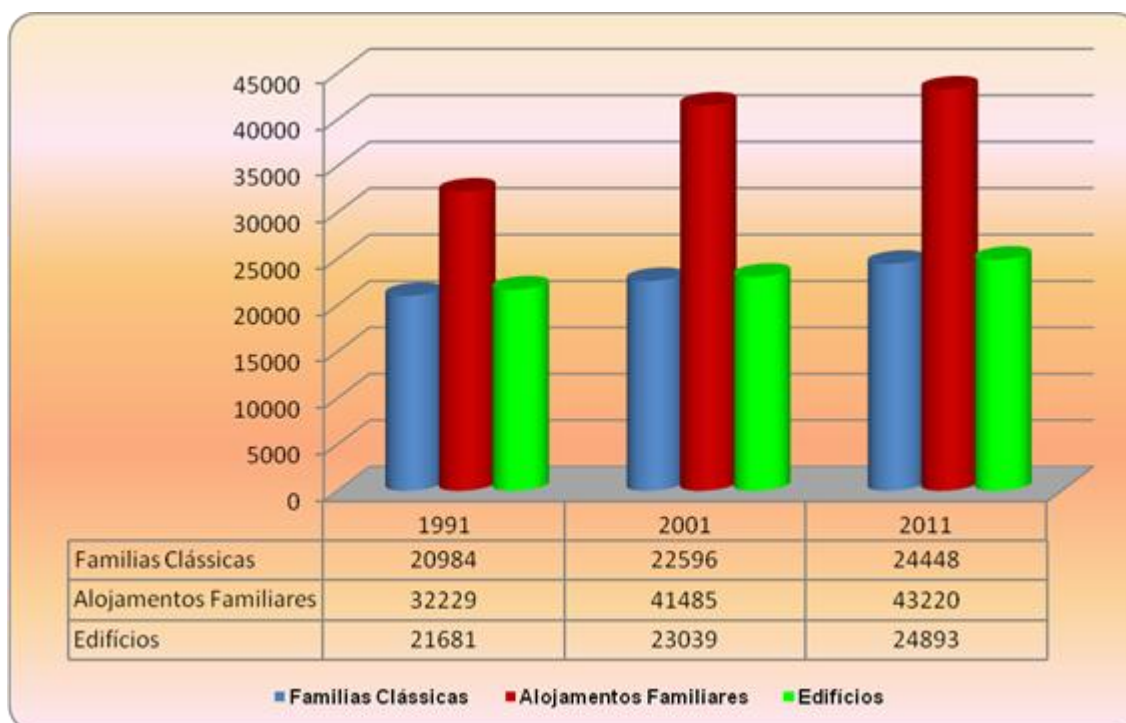
<sup>5</sup> <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>

Gráfico 1 - Número de alojamentos, por localização geográfica



Fonte: INE, Censos - séries históricas, Decenal (última atualização 30/06/2011)

Gráfico 2 - Evolução, entre 1991 e 2011, do número de famílias, alojamentos e edifícios no concelho da Figueira da Foz



Fonte: INE, Recenseamento da População e da Habitação, 1991, 2001, 2011

O estudo comparativo do número de alojamentos familiares clássicos e de famílias clássicas ao longo das 2 últimas décadas parece apontar, em princípio, para uma ausência de carência habitacional, em termos quantitativos, no concelho da Figueira da Foz. Como se pode constatar pelos dados

anteriores do gráfico, desde 1991 que o Município conta com um número significativamente superior de alojamentos face ao número de famílias. Senão veja-se, em 1991 confirma-se a existência de +11 245 alojamentos face ao número de famílias, valor que aumenta expressivamente em 2001, com uma diferença de 18.889 alojamentos sobre o número de famílias. Em 2011, a diferença situa-se nos 18.772. A esta realidade não será com certeza alheio o facto da cidade da Figueira da Foz, enquanto estância balnear, acolher residentes não permanentes, onde possam ter uma segunda residência habitacional. Relativamente aos edifícios, é notório um aumento do seu número entre 1991 e 2011, ou seja, foram construídos no concelho mais 3.212, o que representa um aumento de 14,8%. Por seu turno, os alojamentos familiares, entre 1991-2011 aumentaram em 34,1% e as famílias, no mesmo período, sofreram um aumento de 16,5%.

Deste modo, a residência principal/habitual apresenta-se como um alojamento que constitui a residência de pelo menos um agregado familiar durante a maior parte do ano, ou para onde um agregado tenha transferido a totalidade ou maior parte dos seus haveres. (Metainformação - INE). Por seu turno, os alojamentos familiares de residência secundária ou de uso sazonal são ocupados apenas para utilização periódica e neles ninguém tem residência habitual (Metainformação - INE).

**Quadro 1 - Alojamentos clássicos, segundo a forma de ocupação**

Alojamentos clássicos	Total	Residência habitual	Residência secundária
Figueira da Foz	38.010	24.240	13.770

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, 2011; Decenal

Veja-se, então que, na Figueira da Foz, do total de alojamentos clássicos ocupados, ou seja, 38.010, 36,23% destinam-se a residência secundária, e 63,77% a residência habitual.

#### **2.2.1.2. Habitação Social**

A habitação social é definida pela Portaria n.º 828/88 de 29 de dezembro como habitação a custos controlados, ou seja, «As [que são] promovidas com o apoio financeiro do Estado, nomeadamente pelas Câmaras Municipais, cooperativas de habitação, empresas privadas e instituições particulares de solidariedade social, destinadas à venda ou ao arrendamento; [e] que obedeçam aos limites de área bruta, custo de construção e preço de venda fixados na presente portaria.» (Ponto 1.º da Portaria n.º 828/88 de 29 de dezembro).

O património habitacional do Município é constituído, à data, por vários bairros sociais/núcleos e várias habitações isoladas, com diferentes tipologias, dispersas pelo concelho, sendo a gestão patrimonial e social dos mesmos da responsabilidade da Figueira Domus - Empresa Municipal.

Em Dezembro de 2014 foram referenciados 12 bairros sociais, no concelho da Figueira da Foz, nos quais viviam 1.530 habitantes, em habitações da Figueira Domus, E.M.. Observe-se, então, os dados

## Plano Municipal para a Integração de Imigrantes da Figueira da Foz

relativos à distribuição dos bairros de habitação social pelas freguesias-alvo de intervenção (Zona Urbana), nos quadros seguintes:

**Quadro 2 - Habitação Social, segundo o número de casas e habitantes, por sexo, na freguesia de Buarcos**

Freguesia	Bairro	N.º de casas	N.º habitantes		Total de habitantes
			M	F	
Buarcos	B. do Cruzeiro	6	6	6	12
	B. da Bela Vista	11	5	16	21
	B. Alto da Fonte	6	8	7	15
	B. dos Pescadores	15	17	19	36
	B. do Mártir Santo	31	38	49	87
<b>Total</b>		<b>69</b>	<b>74</b>	<b>97</b>	<b>171</b>

Fonte: Figueira Domus, E.M.

**Quadro 3 - Habitação Social, segundo o número de casas e habitantes, por sexo, na freguesia de Tavarede**

Freguesia	Bairro	N.º de casas	N.º habitantes		Total de habitantes
			M	F	
Tavarede	B. da Quinta do Paço	62	57	80	137
	B. de Vila Robim	41	45	56	101
<b>Total</b>		<b>103</b>	<b>102</b>	<b>136</b>	<b>238</b>

Fonte: Figueira Domus, E.M.

**Quadro 4 - Habitação Social, segundo o número de casas e habitantes, por sexo, na freguesia de São Pedro**

Freguesia	Bairro	N.º de casas	N.º habitantes		Total de habitantes
			M	F	
São Pedro	B. Gala/Sidney	88	116	122	238
	B. do Hospital	24	19	21	40
<b>Total</b>		<b>112</b>	<b>135</b>	<b>143</b>	<b>278</b>

Fonte: Figueira Domus, E.M.

## Plano Municipal para a Integração de Imigrantes da Figueira da Foz

Quadro 5 - Habitação Social, segundo o número de casas e habitantes, por sexo, na freguesia de Vila Verde

Freguesia	Bairro	N.º de casas	N.º habitantes		Total de habitantes
			M	F	
Vila Verde	B. da Qtª das Recolhidas	75	110	131	241
<b>Total</b>		<b>75</b>	<b>110</b>	<b>131</b>	<b>241</b>

Fonte: Figueira Domus, E.M.

Quadro 6 - Habitação Social, segundo o número de casas e habitantes, por sexo, na freguesia de Alhadas

Freguesia	Bairro	N.º de casas	N.º habitantes		Total de habitantes
			M	F	
Alhadas	Bairro da Fonte Nova	102	150	165	315
<b>Total</b>		<b>102</b>	<b>150</b>	<b>165</b>	<b>315</b>

Fonte: Figueira Domus, E.M.

Quadro 7 - Habitação Social, segundo o número de casas e habitantes, por sexo, na freguesia de Marinha das Ondas

Freguesia	Bairro	N.º de casas	N.º habitantes		Total de habitantes
			M	F	
Marinha das Ondas	Bairro da Leirosa	95	129	143	272
<b>Total</b>		<b>95</b>	<b>129</b>	<b>143</b>	<b>272</b>

Fonte: Figueira Domus, E.M.

Quadro 8 - Habitação Social, segundo o número de casas e habitantes, por sexo, em diversos pontos do concelho

Freguesia	Bairro	N.º de casas	N.º habitantes		Total de habitantes
			M	F	
----	Habitações Dispersas	6	10	5	15
<b>Total</b>		<b>6</b>	<b>10</b>	<b>5</b>	<b>15</b>

Fonte: Figueira Domus, E.M.

### 2.2.2. Saúde

A promoção e proteção da saúde são essenciais para o bem-estar do ser humano e para um desenvolvimento económico e social sustentável. Esta premissa constituiu-se como orientação da ação há cerca de 30 anos pelos signatários da Declaração de *Alma-Ata*, que assinalaram que a Saúde para Todos contribuiria tanto para melhorar a qualidade de vida como também para a paz e

segurança globais. Para alcançar tais ganhos em saúde, “os serviços de saúde são insuficientes, por si só, (...) [é fundamental] o papel das várias instituições e sectores de atividade na prevenção da doença e na promoção da saúde, principalmente nos países de maior vulnerabilidade económica e social.”<sup>6</sup>

Porém, importa salientar um princípio fundamental da democracia - o direito à saúde. Trata-se em primeira instância de um direito humano, por excelência, tendo sido tornado explícito, em 1948, na Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH), no artigo 25º que afirma que “*Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários [...]*”.<sup>7</sup>

O direito à saúde está consagrado constitucionalmente, em Portugal pelo artigo 64.º da Constituição da República Portuguesa, o qual confere a todos o direito à proteção da saúde, através de um Serviço Nacional de Saúde (SNS), universal e geral, em igualdade de circunstâncias com o dever que cabe a cada um de nós defender e promover a nossa saúde:

“Artigo 64.º - Saúde 1. Todos têm direito à proteção da saúde e o dever de a defender e promover.

2. O direito à proteção da saúde é realizado:

a) *Através de um serviço nacional de saúde universal e geral e, tendo em conta as condições económicas e sociais dos cidadãos, tendencialmente gratuito;*

b) *Pela criação de condições económicas, sociais, culturais e ambientais que garantam, designadamente, a proteção da infância, da juventude e da velhice, e pela melhoria sistemática das condições de vida e de trabalho, bem como pela promoção da cultura física e desportiva, escolar e popular, e ainda pelo desenvolvimento da educação sanitária do povo e de práticas de vida saudável.”*

Ao Estado português, enquanto garante dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, incumbe a responsabilidade de assegurar o direito à proteção da saúde, designadamente garantindo o acesso a todos os cidadãos aos cuidados de saúde da medicina preventiva, curativa e de reabilitação, em condições de igualdade, e em todo o país.

O acesso da população aos serviços de saúde, em Portugal, deve-se em grande medida à implementação do Serviço Nacional de Saúde (SNS, Lei n.º 56/79, de 15 de Setembro<sup>8</sup>) e das políticas de saúde, no país, nos últimos 40 anos, num ambiente de consolidação gradual da democracia política e social, ainda que com avanços e recuos ao longo do tempo.

<sup>6</sup> SANTANA, Paula, *Por uma cidade saudável*. Janus 2009: Anuário de Relações Exteriores, p. 4

<sup>7</sup> Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948, <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>

<sup>8</sup> Pela Lei n.º 56/79, de 15 de Setembro, do Ministério dos Assuntos Sociais, foi instituída uma rede de órgãos e serviços prestadores de cuidados globais de saúde a toda a população, através da qual o Estado salvaguarda o direito à proteção da saúde.



### 2.2.2.1. Consultas por habitante

Segundo os dados obtidos através do Inquérito aos Centros de Saúde (INE-DGS/MS) e publicados em PORDATA (Última atualização: 2014-07-30), em 2012, cada habitante do concelho da Figueira da Foz frequentava em média 2,6 consultas por ano, valor inferior quando comparado com 1999, ano em que cada habitante fazia, em média, 3,1 consultas/ano. Observa-se, portanto, uma diminuição do número de consultas por habitante entre 1999 e 2012.

O rácio de 2,6 consultas/ano em 2012 é um valor que contrasta com a média do Baixo Mondego e da Região Centro, em que os valores superam as 3 consultas/ano por habitante (3,2 e 3,1, respetivamente), mas que se aproxima da média nacional, com 2,8 consultas/ano, em 2012.

### 2.2.2.2. Médicos

O total de médicos no Município da Figueira da Foz, em 2012, era de 265, considerando os especialistas e os não especialistas. Comparativamente com 2011, ano censitário, houve uma oscilação positiva de 5 médicos (em 2011, existia um total de 260 médicos).

Quadro 9 - Número de Médicas/os por Município de residência, segundo a especialidade, em 2012

Território	Total	Não especialistas	Especialistas	Cirurgia geral	Estomatologia	Ginecologia e obstetrícia	Medicina geral e familiar	Oftalmologia	Ortopedia	Pediatria	Psiquiatria	Outras especialidades
Portugal	43.863	16.441	31.773	1.585	647	1.583	5.684	925	1.034	1.773	1.012	17.530
Centro	8.680	3.233	6.353	292	130	329	1.484	157	222	282	191	3.266
Baixo Mondego	4.365	1.569	3.306	138	78	207	451	101	128	135	134	1.934
Figueira da Foz	265	87	198	13	5	12	39	3	12	8	4	102

Fonte: Anuários Estatísticos Regionais, 2012

Dos 265 médicos no Município da Figueira da Foz, em 2012, registavam-se 87 não especialistas e 198 especialistas, representando estes 74,7% do total de médicos. Das especialidades discriminadas no quadro, e considerando que 102 médicos estão incluídos na categoria “outras especialidades”, sobressaem 39 médicos de Medicina Geral e Familiar, 13 médicos de Cirurgia Geral e 12 médicos de Ginecologia e Obstetrícia em *ex aequo* com o número de médicos de Ortopedia (12).

### **2.2.2.3. Enfermeiros**

Enfermeiro é, segundo o INE, o profissional de saúde que programa, executa e avalia cuidados gerais de enfermagem, requeridos pelo estado de saúde do indivíduo, família e comunidade, no âmbito da patologia, prevenção, tratamento e reabilitação da doença e do tipo de intervenção do serviço.<sup>9</sup>

Segundo o INE, em 2012, o Município da Figueira da Foz contava com 5,8 enfermeiros/as por cada 1.000 habitantes. Este valor revela uma evolução francamente positiva quando comparado com o ano de 2005 (4,3 enfermeiros/1.000 habitantes).

### **2.2.2.4. Hospital Distrital da Figueira da Foz**

O Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E. está sediado na Gala, freguesia de São Pedro, concelho da Figueira da Foz.

Atualmente, e segundo informação disponibilizada na página oficial, este Hospital tem como área prioritária de influência todo o concelho da Figueira da Foz. Abrange, de forma parcial, os concelhos limítrofes de Soure, Pombal, Montemor-o-Velho e Cantanhede e também o concelho de Mira, sem prejuízo do disposto pelas redes de diferenciação hospitalar, no contexto do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

O Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E. é um hospital geral, de acordo com a modalidade de classificação do INE. Dispõe de um total de 144 camas, sem berçário. Está dotado de um conjunto de Serviços Clínicos e de Apoio, que dão suporte a todas as atividades que os seus profissionais desempenham, em dois edifícios, um mais antigo e outro recente, inaugurado em 2010, destinado à Consulta Externa no piso superior e à Urgência de Adultos e Pediátrica (acessos e circuitos separados), no piso inferior. Este edifício contempla também uma farmácia de venda ao público, florista, quiosque e bar.

No âmbito dos Serviços de Prestação de Cuidados estão integrados os serviços, valências e unidades funcionais prestadoras de cuidados: Serviço de Anestesiologia, Serviço de Cirurgia, Serviço de Imagiologia, Serviço de Medicina Laboratorial (Imuno-hemoterapia/Patologia Clínica), Serviço de Especialidades Cirúrgicas (agrega as valências de Ginecologia/Obstetrícia, Oftalmologia, Otorrinolaringologia e Urologia), Serviço de Especialidades Médicas (agrega as valências de Cardiologia, Dermatologia, Neurologia, Gastrenterologia e Pneumologia), Serviço de Medicina, Medicina Física e Reabilitação, Serviço de Ortopedia, e Serviço de Pediatria (agrega a unidade Funcional de Psiquiatria da Infância e Adolescência).

Os Serviços de Suporte à Prestação de Cuidados integram o Bloco Operatório, os Serviços Farmacêuticos, o Serviço Social, o Serviço de Esterilização e a Unidade de Nutrição e Dietética.

Segundo os dados disponíveis no Instituto Nacional de Estatística, em 2010 e 2011, em regime de ambulatório, registaram-se 97.324 e 93.683 consultas externas, respetivamente, no único hospital

<sup>9</sup> <http://www.ine.pt>

público na Figueira da Foz. Como se poderá depreender dos números apresentados houve um decréscimo de 3.641 consultas externas. Contudo uma consulta ao Relatório e Contas referentes a 2011 do HDFS, E.P.E poder-se-á observar que, no geral, desde 2007 (2007 = 86.533 consultas externas) até 2010 tem vindo a aumentar o número total de consultas externas realizadas.

#### **2.2.2.5. Centro de Saúde da Figueira da Foz**

O Decreto-Lei n.º 28/2008 de 22 de Fevereiro criou os Agrupamentos de Centros de Saúde do Serviço Nacional de Saúde, designados por ACeS. Estes visam assegurar a prestação de cuidados de saúde primários à população de determinada área geográfica. Para isso desenvolvem atividades de promoção da saúde e prevenção da doença, prestação de cuidados na doença e ligação a outros serviços para a continuidade dos cuidados. Desenvolvem, igualmente, atividades de vigilância epidemiológica, investigação em saúde, controlo e avaliação dos resultados e participam na formação de diversos grupos profissionais. De acordo com a legislação referida, os ACeS podem compreender as seguintes unidades funcionais: Unidade de Saúde Familiar (USF), Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP); Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC), Unidade de Saúde Pública (USP), Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados (URAP), Outras unidades ou serviços, propostos pela respetiva ARS, I. P., e aprovados por despacho do Ministro da Saúde, e que venham a ser considerados como necessários.

O Centro de Saúde da Figueira da Foz tem como área geográfica de influência as freguesias do Concelho da Figueira da Foz. Possui como unidades associadas:

- **Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Figueira Norte**, com sede nas Alhadas e com 3 Unidades Descentralizadas: Bom Sucesso, Maiorca e Santana;
- **Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Figueira Sul** com sede no Paião e com 3 Unidades Descentralizadas: Lavos, Marinha das Ondas e Cova Gala;
- **Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Figueira Urbana**, com sede em Buarcos e com 3 Unidades Descentralizadas: Quiaios, Vila Verde e Brenha;
- **Unidade de Saúde Familiar Buarcos**;
- **Unidade de Saúde Familiar São Julião**;
- **Unidade de Cuidados na Comunidade Farol do Mondego**, destinada aos residentes do concelho da Figueira da Foz.

## Plano Municipal para a Integração de Imigrantes da Figueira da Foz

Quadro 10 - Número de inscritos nas Unidades de Cuidados de Saúde da Figueira da Foz, em 31/12/2013

Unidade de Saúde	Inscritos sem Médico de família (MF)	Inscritos sem Médico de família, por opção	Inscritos com Médico de Família	Soma Total dos Inscritos
UCSP Figueira da Foz Norte	1.288	4	8.813	10.105
UCSP Figueira da Foz Sul	3.063	7	10.675	13.745
UCSP Figueira da Foz Urbana	2.342	320	18.464	21.126
USF Buarcos	0	2	10.374	10.376
USF São Julião	0	0	9.752	9.752
<b>Total</b>	<b>6.693</b>	<b>333</b>	<b>58.078</b>	<b>65.104</b>

Fonte: SIARS 31/12/2013 in BM-PD 2014 <http://www.arscentro.min-saude.pt/>

Como se pode constatar pela tabela anterior, em 31/12/2013 existiam 65.104 utentes inscritos no total das unidades funcionais/assistenciais da Figueira da Foz, o que significa que em 2013, existiam mais utentes inscritos do que residentes no concelho (INE - População residente freguesias CAOP 2013 = 62.125), apurando-se que a diferença se situa nos 2.979 indivíduos.

Do total de utentes inscritos, uma elevada percentagem, 89,2%, tem Médico de Família. Dos restantes utentes inscritos, 10,3% não têm médico de família atribuído. De salientar ainda que, dos dados apurados no quadro acima apresentado, o maior número de utentes inscritos sem médico de família, por opção, se enquadra em meio urbano - UCSP da Figueira da Foz Urbana, com 320 utentes inscritos. No triénio 2011-2013 houve um decréscimo considerável no número total de inscritos no concelho da Figueira da Foz, seguindo a tendência quer do Baixo Mondego, quer da Região Centro. Entre 2011 e 2013 registaram-se menos 5.040 utentes no concelho, o que parece estar em consonância com as quebras demográficas já registadas.

Segue-se o registo da atividade do Centro de Saúde, relativamente ao total de consultas médicas realizadas no triénio 2010-2013, assim como às consultas por algumas das especialidades que esta estrutura de saúde assegura à população, no âmbito dos cuidados básicos de saúde.

Quadro 11 - Número de registos de consultas médicas no Centro de Saúde da Figueira da Foz, por especialidade, no triénio 2010-2012

Figueira da Foz	2010	2011	2012
Total de consultas	149.029	143.922	162.003
Medicina Geral e Familiar	122.851	125.702	140.753
Planeamento Familiar	7.583	5.429	6.191
Pediatria	16.848	11.808	13.804
Saúde Materna	1.538	983	1.255

Fonte: INE - DGS/MS - Inquérito aos Centros de Saúde

Em termos globais, os dados permitem afirmar que, no triénio em análise, regista-se um aumento substancial do número total de consultas realizadas entre 2010 e 2012 (12,6%), realidade que resulta do aumento do número de consultas médicas na especialidade de Medicina Geral e Familiar. As consultas de Planeamento Familiar conheceram um decréscimo acentuado de 2010 para 2011, -2.095 consultas (28,4%), não tendo acontecido a total recuperação de 2011 para 2012, com apenas mais 762 consultas, o que representou um aumento de apenas 14,0%. No caso da Pediatria, houve uma quebra de 29,9% das consultas, entre 2010 e 2011, e apenas um aumento de 16,9% no período subsequente. A Saúde Materna viveu situação semelhante às especialidades referenciadas, ou seja, uma quebra abrupta de 36,1% das consultas entre 2010 e 2011, recuperando 27,7% no período 2011-2012.

#### **2.2.2.6. Centro de Respostas Integradas**

Os Centros de Respostas Integradas (CRI) são Unidades de Intervenção Local (UIL) dependentes das ARS e que coordenam a prestação de cuidados globais às pessoas com problemas de dependência de substâncias lícitas e ilícitas bem como aos seus envolventes, quer em regime de ambulatório, quer individualmente ou em dependência (CRI de Coimbra Boletim de Outono, 2014,).

A Equipa de Tratamento da Figueira da Foz é uma Equipa Técnica Especializada em Intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependências constituída em 1998 e instalada no concelho desde Outubro de 2001, abrangendo o Município da Figueira da Foz e os Municípios Limítrofes (Montemor-o-Velho, Soure, Mira e Cantanhede). As suas áreas de intervenção abrangem a Prevenção, a Redução de Riscos e Minimização de Danos, o Tratamento e a Reinserção de utentes com comportamentos aditivos e dependências de substâncias psicoativas, lícitas ou ilícitas, dependência de jogo e outras formas de dependência (CRI de Coimbra Boletim de Outono, 2014).

O número total de utentes deste serviço, no concelho é de 428 (340 do sexo masculino e 88 do sexo feminino), distribuídos da seguinte forma:

**Quadro 12 - Distribuição dos utentes residentes no Município da Figueira da Foz, acompanhados pelas diferentes equipas do CRI de Coimbra**

<b>Equipa</b>	<b>Nº</b>
Prevenção Coimbra	2
Prevenção Figueira da Foz	17
Tratamento Coimbra	24
Tratamento Figueira da Foz	385
<b>Total</b>	<b>428</b>

Quadro 13 - Distribuição dos utentes residentes no Município da Figueira da Foz, acompanhados pelo CRI de Coimbra, em função do sexo e faixa etária

Idade	Sexo		Totais
	Masc.	Fem.	
16-20	22	11	33
21-25	9	3	12
26-30	18	9	27
31-35	38	11	49
36-40	87	7	94
41-45	62	14	76
>= 46	104	33	137

### 2.2.3. Educação

"Educação é o caminho pelo qual homens e mulheres podem chegar a tornar-se conscientes de si próprios, de sua forma de atuar e de pensar, quando desenvolvem todas as suas capacidades considerando não apenas eles mesmos, mas também as necessidades dos demais" (FREIRE, 1979, 40).

Nas sociedades contemporâneas, a educação continua a desempenhar um papel estruturante, enquanto processo de construção pessoal e social. A análise dos indicadores educativos contribui de forma relevante, mas não exclusivamente, segundo diversos estudos, para explicar a estreita correlação detetada entre educação, pobreza e exclusão social. Segundo o Relatório da EAPN - "Indicadores sobre a pobreza", atualizado em março de 2014, "O risco de pobreza aumenta à medida que o nível de escolaridade diminui. Em 2011, 49,2% das crianças cujos pais detinham baixos níveis de escolaridade estavam em risco de pobreza, por comparação com 7,5% das crianças cujos pais detinham níveis mais elevados de escolaridade. Esta situação verifica-se em todos os Estados Membros."<sup>10</sup>

<sup>10</sup> EAPN - Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal - Indicadores sobre pobreza - Dados Europeus e Nacionais - 2014

**Quadro 14 - Taxa de analfabetismo, segundo os Censos, 2001 e 2011 (%)**

Unidade Territorial	2001	2011
Figueira da Foz	10,18	5,99
Buarcos	8,90	4,77
São Julião	5,34	3,27
Tavarede	5,87	3,09
São Pedro	9,21	4,53
Vila Verde	11,26	6,30
Alhadas	13,43	7,97
Brenha	6,14	3,57
Alqueidão	12,02	8,78
Ferreira-a-Nova	14,56	9,21
Santana	9,58	6,62
Lavos	12,85	7,97
Maiorca	16,18	9,93
Marinha das Ondas	13,22	8,18
Paião	10,90	7,59
Borda do Campo	16,01	10,59
Quiaios	11,55	5,29
Bom Sucesso	18,26	12,35
Moinhos da Gândara	15,58	10,37

Fonte: INE, Censos 2011

O concelho da Figueira da Foz apresentava, em 2011, uma taxa de analfabetismo de 5,99% superando o valor apurado no país, o qual registou, na mesma data 5,2%. No conjunto das freguesias que constituem o concelho há a assinalar o decréscimo generalizado da taxa de analfabetismo, no período intercensitário analisado.

No ano letivo 2012/2013, segundo os dados publicados pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, do Ministério da Educação e Ciência, foram contabilizados no Município da Figueira da Foz 69 estabelecimentos de ensino, dos quais 51 estabelecimentos são de natureza pública e 18 estabelecimentos de ensino privado. Observando o quadro 15, confirma-se um decréscimo do número de estabelecimentos de ensino no concelho nos últimos 4 anos letivos (-15, o que representa uma variação de -21,7%), nos estabelecimentos da rede pública de ensino, decorrente do processo de reordenamento da rede escolar do Município, promovido pelo Ministério da Educação e Ciência, em estreita articulação com os Agrupamentos de Escolas e a Câmara Municipal da Figueira da Foz.

## Plano Municipal para a Integração de Imigrantes da Figueira da Foz

Quadro 15 - Estabelecimentos de ensino, na Figueira da Foz, segundo a natureza do estabelecimento

Ano Letivo	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013
Figueira da Foz	84	82	75	69
Público	66	64	57	51
Privado	18	18	18	18

Fonte: DGEEC, Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, MEC, 2014

Refletindo as tendências demográficas, desde o ano letivo 2010/2011, tem-se verificado uma diminuição do número de alunos matriculados no Município da Figueira da Foz, sendo essa diminuição transversal aos vários níveis de ensino, desde a Educação Pré-Escolar ao Ensino Secundário. No total e considerando os últimos 4 anos letivos, o concelho da Figueira da Foz registou -1.914 alunos matriculados, dos quais -241 crianças no pré-escolar, -1.176 crianças no ensino básico e -497 no ensino secundário.

Quadro 16 - Número de alunos matriculados, segundo o nível de educação/ensino, por ano letivo, na Figueira da Foz

Ano Letivo	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013
Figueira da Foz	10 596	10 604	9 198	8 682
Educação pré-escolar <sup>11</sup>	1 486	1 429	1 327	1 245
Ensino Básico <sup>12</sup>	6 678	6 939	5 812	5 502
1.º CEB	2 414	2 367	2 394	2 300
2.º CEB	1 399	1 969	1 264	1 191
3.º CEB	2 865	2 603	2 154	2 011
Ensino Secundário <sup>13</sup>	2 432	2 236	2 059	1 935

Fonte: DGEEC, Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, MEC, 2014

<sup>11</sup> **EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR** - Subsistema de educação, de frequência facultativa, destinado a crianças com idades compreendidas entre os três anos e a idade de ingresso no ensino básico. Realiza-se em estabelecimentos próprios, designados por jardins-de-infância, ou incluídos em unidades escolares em que é também ministrado o ensino básico. A educação pré-escolar, no seu aspeto formativo, é complementar e/ou supletiva da ação educativa da família, com a qual estabelece estreita cooperação.

<sup>12</sup> **ENSINO BÁSICO** - Nível de ensino que se inicia cerca da idade de seis anos, com a duração de nove anos, cujo programa visa assegurar uma preparação geral comum a todos os indivíduos, permitindo o prosseguimento posterior de estudos ou a inserção na vida ativa. Compreende três ciclos sequenciais, sendo o 1.º de quatro anos, o 2.º de dois anos e o 3.º de três anos. É universal, obrigatório e gratuito.

<sup>13</sup> **ENSINO SECUNDÁRIO** - Nível de ensino que corresponde a um ciclo de três anos (10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade), que se segue ao ensino básico e que visa aprofundar a formação do aluno para o prosseguimento de estudos ou para o ingresso no mundo do trabalho. Está organizado em cursos predominantemente orientados para o prosseguimento de estudos e cursos predominantemente orientados para a vida ativa. 2, 3 e 4 in Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (2014), *Regiões em Números 2012-2013, Vol. II - Centro*, Lisboa, pp. 21-23.



## Plano Municipal para a Integração de Imigrantes da Figueira da Foz

Quadro 17 - Escolarização segundo o nível de ensino na Figueira da Foz (%)

Ano Letivo	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013
Taxa bruta de pré-escolarização	81,2	84,0	87,4	87,1
Taxa bruta de escolarização <sup>14</sup> - Ensino Básico	128,8	132,6	111,6	105,9
Taxa bruta de escolarização - Ensino Secundário	146,2	134,8	119,5	111,3
Taxa real de pré-escolarização	80,5	83,7	86,5	86,8

Fonte: DGEEC, Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, MEC, 2014

Considerando um conjunto relevante de indicadores de escolarização da população na Figueira da Foz, de acordo com os dados disponibilizados pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência do Ministério da Educação, segundo o nível de ensino, destaque para:

- um aumento da taxa bruta de pré-escolarização entre o ano letivo de 2009/2010 e 2012/2013, passando de 81,2% para 87,1%; em paralelo, um aumento da taxa real de pré-escolarização nos anos letivos considerados, ou seja, registando em 2009/2010 uma taxa de 80,5% e em 2012/2013 86,8%. Trata-se de um salto quantitativo que tem pautado a frequência do ensino pré-escolar, contribuindo para uma precoce socialização no e do contexto escolar o que trará, decerto, dividendos no que se refere ao percurso escolar subsequente que se revela cada vez mais prolongado.
- uma diminuição substancial da taxa bruta de escolarização no ensino básico entre 2009/2010 e 2012/2013, de 128,8% para 105,5%;
- uma diminuição dos valores da taxa bruta de escolarização no ensino secundário.

<sup>14</sup> Taxa bruta de escolarização - relação percentual entre o número de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos, independentemente da idade e a população em idade normal de frequência desse ciclo de estudos.

Taxa real de escolarização - relação percentual entre o número de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos, em idade normal de frequência desse ciclo e a população residente dos mesmos níveis etários. *in* Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (2014), *Regiões em Números 2012-2013, Vol. II - Centro*, Lisboa, pp. 21-23.

## Plano Municipal para a Integração de Imigrantes da Figueira da Foz

Quadro 18 - Resultados Escolares - taxa de retenção e desistência<sup>15</sup>

Ano Letivo	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013
Ensino Básico	5,1	4,2	7,3	8,3
1.º CEB	2,1	1,6	2,9	3,1
2.º CEB	5,2	2,8	8,2	8,6
3.º CEB	9,2	8,7	12,5	14,4
Ensino Secundário	18,1	18,2	16,6	14,1

Fonte: DGEEC, Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, MEC, 2014

A análise dos resultados escolares dos alunos da Figueira da Foz é apresentada nos dados do quadro 18, por meio da Taxa de Retenção e Desistência, a qual estabelece a relação percentual entre o número de alunos que não puderam transitar para o ano de escolaridade seguinte por razões de insucesso ou por ter ultrapassado o limite de faltas injustificadas e o número de alunos matriculados, nesse ano letivo.

Relativamente ao Ensino Básico verificou-se, entre o ano letivo 2009/2010 e 2010/2011 um decréscimo na Taxa de Retenção e Desistência. No entanto, entre o ano letivo 2010/2011 e o ano letivo 2012/2013 essa mesma taxa tem vindo a sofrer um aumento significativo.

No Ensino Básico importa salientar, também, a Taxa de Retenção e Desistência registada no 3º CEB que nos últimos anos letivos tem registado um significativo aumento, chegando a registar 14,4%, no ano letivo 2012/2013.

Em relação ao Ensino Secundário desde o ano letivo de 2010/2011 que se tem vindo a registar um gradual decréscimo da Taxa de Retenção e Desistência.

De acordo com o Relatório “Estado da Educação - 2013” do Conselho Nacional de Educação, as taxas de abandono escolar, em Portugal, diminuíram significativamente nas últimas décadas (1991-2011), passando de 12,6% para um valor quase residual, 1,7%. Importa, desde já, clarificar que a taxa de abandono escolar se refere a “Razão entre população residente com idades compreendidas entre os 10 e 15 anos que abandonou a escola sem concluir o 9º ano, e a população residente com idades

<sup>15</sup> **TAXA DE RETENÇÃO E DESISTÊNCIA** - Relação percentual entre o número de alunos que não podem transitar para o ano de escolaridade seguinte e o número de alunos matriculados, nesse ano letivo.

**DESISTÊNCIA** - Situação do aluno que no final do ano letivo não se encontrava em condições de se inscrever no ano de escolaridade seguinte, por não ter frequentado até ao final o ano de escolaridade em que se encontrava inscrito.

**RETENÇÃO** - Consiste na manutenção do aluno abrangido pela escolaridade obrigatória, no ano letivo seguinte, no mesmo ano de escolaridade que frequenta, por razões de insucesso ou por ter ultrapassado o limite de faltas injustificadas. *in* Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (2014), **Regiões em Números 2012-2013, Vol. II - Centro**, Lisboa, pp. 21-23.

*compreendidas entre os 10 e 15 anos, multiplicado pela base 100. Este é o indicador utilizado para aferir o grau de concretização da escolaridade obrigatória de nove anos.”<sup>16</sup>*

No caso concreto da Figueira da Foz verifica-se, entre 2001-2011, um aumento da taxa de abandono escolar, de 1,59% para 2%, movimento contrário ao constatado na Região Centro e no Baixo Mondego, onde se confirma uma diminuição do abandono escolar. Avaliando a situação por freguesia, no caso considerando apenas as freguesias que se inscrevem na zona urbana, mediante os dados oficiais disponíveis no quadro abaixo, confirma-se um agravamento do abandono escolar, à semelhança do que acontece para a globalidade do concelho da Figueira da Foz, exceto na freguesia de Vila Verde.

**Quadro 19 - Taxa de abandono escolar (%)<sup>17</sup> por local de residência (à data dos Censos 2001 e 2011)**

Taxa de Abandono Escolar	2001	2011
Centro	2,19	1,40
Baixo Mondego	1,49	1,33
Figueira da Foz	1,59	2

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação 2001 e 2011

Tratando-se o abandono escolar de uma saída do sistema de ensino antes da conclusão da escolaridade obrigatória (dentro dos limites etários previstos na lei), é consensual a ideia de que tal ocorrência condiciona, entre outros, a qualidade do capital humano e o acesso ao mercado de trabalho, com as necessárias implicações daí decorrentes, enquanto obstáculo ao crescimento económico e ao aumento da produtividade e da competitividade do tecido produtivo português. Portanto, o abandono escolar é, efetivamente, não só um problema social e político, mas também um problema económico, com custos elevados para as famílias e para o país. É, por isso, uma preocupação central, no âmbito das medidas prescritas no Acordo de Parceria para os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) 2014-2020 o combate ao abandono escolar, ao abandono escolar precoce (18-24 anos) e particularmente no que se refere ao número de jovens que não estão em situação de emprego, de ensino nem de formação (designados no quadro das políticas comunitárias de NEET - “*Young people not in employment, education or training*”).

<sup>16</sup> JUSTINO, David [et al.] - Estado da Educação 2013

<sup>17</sup> (População residente com idade entre 10 e 15 anos que abandonou a escola sem concluir o 9º ano/ População residente com idade entre 10 e 15 anos)\*100

#### **2.2.4. Ação Social**

Nas últimas décadas a promoção da coesão e o combate à pobreza e exclusão social têm vindo a ocupar um lugar de relevo nas preocupações e prioridades das sociedades europeias modernas, constituindo um dos objetivos da União Europeia como projeto político e social. Em paralelo com o interesse público com o bem-estar dos indivíduos e as famílias, tem sido dado especial enfoque aos direitos de cidadania e de garantia de mínimos vitais aos cidadãos em situação de carência económica.

As transformações vivenciadas pela sociedade nas últimas décadas, especialmente as de natureza demográfica e familiar, como o progressivo envelhecimento da população, a diversidade interna desse envelhecimento e o aumento da esperança média de vida, os indicadores referentes à pobreza e à exclusão social, as mudanças na estrutura e nos modelos de família e a extensão crescente dos direitos de cidadania, concomitantemente a uma assinalável complexificação dos fenómenos de exclusão social, tornaram imperiosa a conceção de novas formas de intervenção e o ajustamento das respostas sociais já existentes, numa perspetiva que privilegie a flexibilidade que atenda à mudança constante e à crescente complexidade da realidade social.

Este cenário conduziu, no domínio da ação social, a um imperioso incentivo à expansão e qualificação da rede de serviços e equipamentos sociais, em termos nacionais, através dos mais variados programas, denotando acima de tudo uma preocupação generalizada das sociedades europeias em promover uma ação consertada em prol da qualidade de vida e bem-estar dos cidadãos. Tem havido, portanto, um esforço significativo no reforço da rede e na sua diversidade, promovendo uma cobertura geográfica alargada que supere as assimetrias, mas que enfatize sobretudo e para o efeito medidas de reforço do papel das famílias, na conciliação do trabalho familiar com a vida profissional, no desenvolvimento do apoio domiciliário, na dinamização de estruturas de convívio e de combate ao isolamento e insegurança e numa maior e melhor prevenção e cobertura das situações de dependência.

Um outro aspeto essencial a considerar prende-se com o empenho e corresponsabilidade de atores e instituições que intervêm no apoio prestado aos indivíduos e às famílias. Nesta perspetiva tem havido uma total convergência na ação de vários organismos do setor público, solidário e privado, contribuindo para a concertação da ação social, numa lógica de parceria, complementaridade e participação, contribuindo para o *mainstreaming* da Inclusão Social.

Nesta ótica é por demais evidente que a Rede de Serviços e Equipamentos Sociais (RSES), no âmbito da ação social, concorre para os objetivos fundamentais de prevenção e reparação de situações de carência e desigualdade socioeconómica, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais, bem como a integração e promoção comunitárias das pessoas e o desenvolvimento das respetivas capacidades.

Têm, por isso, os serviços e equipamentos sociais da RSES o seu enfoque na ação que abranja a totalidade da população, garantindo o princípio da universalidade do acesso, o qual se consubstancia, em especial, na comparticipação pública do investimento e do funcionamento das

## *Plano Municipal para a Integração de Imigrantes da Figueira da Foz*

respostas sociais da rede solidária. No entanto, existem serviços e equipamentos específicos dirigidos a determinados grupos alvo, como sejam as que são destinadas a crianças e jovens, população com deficiências ou incapacidades, entre outras, que pela especificidade das suas problemáticas requerem respostas consentâneas, que contribuam para a mitigação da pobreza e/ou exclusão social.

Tendo sido a tendência dominante no país aquela que remete para uma ideia de forte dinamismo da rede de serviços<sup>18</sup> e equipamentos sociais,<sup>19</sup> no quadro 20 apresentam-se as respostas sociais<sup>20</sup> na Rede Solidária e na Rede Lucrativa existentes na Figueira da Foz, dirigidas à infância e à juventude, população adulta e comunidade.

---

<sup>18</sup> Conjunto de atividades desenvolvidas no âmbito de cada Resposta Social

<sup>19</sup> Estruturas físicas onde se desenvolvem as diferentes respostas sociais ou estão instalados os serviços de enquadramento a determinadas respostas que se desenvolvem diretamente junto dos utentes/da comunidade

<sup>20</sup> Conjunto de iniciativas/serviços de ação social desenvolvidos no interior ou a partir de um equipamento social, organizados em função dos diversos públicos-alvo, com vista a satisfazer determinadas necessidades dos utentes

Quadro 20 - QUADRO SÍNTESE: Entidades da Rede Solidária e da Rede Lucrativa com respostas sociais no concelho da Figueira da Foz - novembro 2014

Respostas Sociais		Rede Solidária			Rede Lucrativa		
	Resposta Social	Número	Capacidade	Taxa Potencial de Cobertura	Número	Capacidade	Taxa Potencial de Cobertura
Infância e Juventude	Creche	21	771	41,4	1	36	1,9
	Educação Pré-escolar	15	972	62,4	0	0	0,0
	Centro de Atividades	16	900	14,4	1	25	0,9
	Lar de Infância e Juventude	2	54	----	0	0	0
	Centro de Acolhimento Temporário	1	12	0	0	0	0
	Centro de Dia	19	530	3,7	1	----	----
População Adulta	Serviço de Apoio Domiciliário	22	839	5,9	1	40	0,3
	ERPI	10	500	3,5	15	288	2,0
	Centro de Convívio	1	15	0,1	----	----	----
	Centro de Atividades Ocupacionais	4	84	----	0	0	0
	Lar Residencial	1	25	----	0	0	0
	Centro Comunitário	4	529 <sup>21</sup>	----	0	0	0
Família e Comunidade	Equipa de Intervenção Direta	1	50	----	0	0	0
	Comunidade de Inserção	1	14	----	0	0	0

Fonte: ISS, I.P. - Centro Distrital Coimbra/ UDSP/ NIS

A rede de equipamentos sociais do Município integra também um conjunto de 12 entidades que não tendo acordos com a Segurança Social implementa um conjunto diverso de projetos de intervenção na comunidade.

#### 2.2.4.1. RSI - Rendimento Social de Inserção

O RSI é uma medida de política social, criada para apoiar as pessoas ou famílias que se encontrem em situação de grave carência económica e em risco de exclusão social; implica a celebração de um contrato de inserção com o/a beneficiário/a e seu agregado familiar, no sentido de promover a sua

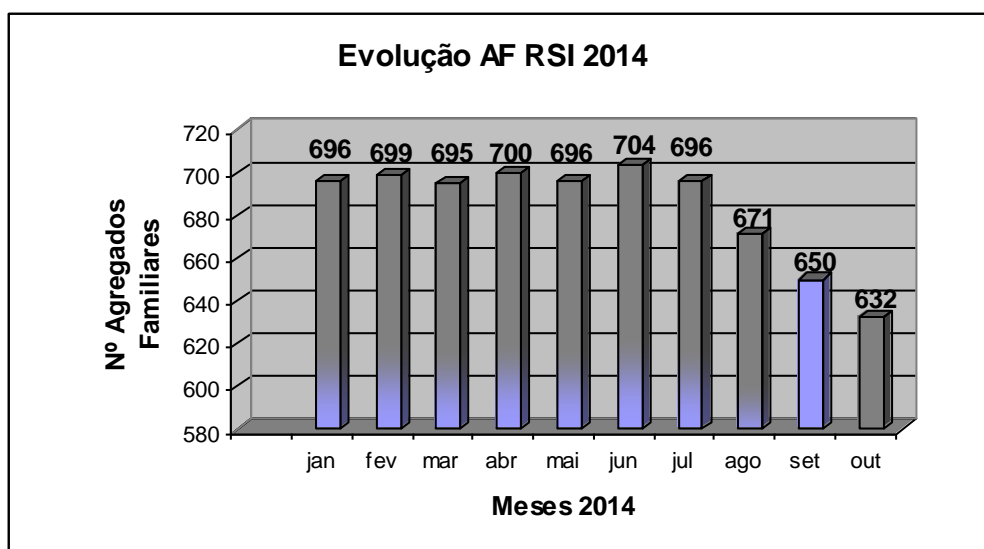
<sup>21</sup> Segundo dados do Centro Distrital de Segurança Social de Coimbra do ISS, IP, existem 4 Centros Comunitários no concelho da Figueira da Foz, havendo apenas informação disponível da capacidade dos mesmos para 3 centros comunitários.

integração social e profissional, do qual constam um conjunto de deveres e direitos. O RSI constitui uma prestação pecuniária, para satisfação das necessidades básicas dos seus beneficiários.

O Decreto-lei n.º 133/2012, de 27/06, alterou substancialmente os diplomas anteriormente em vigor, trazendo consequências imediatas para os beneficiários desta prestação pecuniária, ao considerar no cálculo da referida prestação, elementos como o valor do património imobiliário, bens móveis sujeitos a registos e rendimentos prediais, entre outros requisitos.

Os dados que se seguem retratam a situação do concelho da Figueira da Foz, em outubro de 2014, relativamente aos beneficiários de RSI - Rendimento Social de Inserção procurando, sempre que possível, detalhar o nível de análise à escala da Freguesia.

**Gráfico 3 - Evolução do número de agregados familiares beneficiários de RSI, em 2014, na Figueira da Foz**



Fonte: NLI da Figueira da Foz

Analisando a evolução do número de agregados familiares beneficiários de RSI, entre os meses de janeiro e outubro de 2014, é possível verificar que, após a manutenção de um número relativamente estável de agregados nos primeiros 7 meses do ano, observa-se uma diminuição significativa do número de agregados familiares beneficiários de RSI, decorrente da aplicação do novo diploma legal, supra referenciado.

## Plano Municipal para a Integração de Imigrantes da Figueira da Foz

**Quadro 21 - Evolução do número de agregados familiares beneficiários de RSI, em 2014, por mês e localização geográfica de residência, na Figueira da Foz**

2014	jan.	fev.	mar.	abr.	mai.	jun.	jul.	ago.	set.	out.	Total
Figueira da Foz	696	699	695	700	696	704	696	671	650	632	6.815

Fonte: ISS, I.P. - Centro Distrital Coimbra/ UDSP/ NIS

Observando a distribuição do número de agregados familiares beneficiários de RSI por local de residência, destacam-se os somatórios relativos às freguesias da Zona Urbana: Buarcos (2.815), seguida de Tavarede (918), São Pedro (589) e Vila Verde (438), como sendo aquelas onde residem um maior número de beneficiários.

Note-se, contudo, que a freguesia de Alhadãs (802), na Zona Norte do concelho, regista maior número de agregados beneficiários desta medida, do que as freguesias de São Pedro e de Vila Verde.

**Quadro 22 - Evolução do número de beneficiários de RSI, em 2014, por mês e localização geográfica de residência, na Figueira da Foz**

2014	jan.	fev.	mar.	abr.	mai.	jun.	jul.	ago.	set.	out.	Total
Figueira da Foz	1.524	1.537	1.526	1.536	1.531	1.548	1.504	1.439	1.379	1.335	14.859

Fonte: ISS, I.P. - C Dist Coimbra/ UDSP/ NIS

A análise do número de beneficiários de RSI nas freguesias da malha urbana da Figueira da Foz permite reforçar a distribuição do número de agregados familiares beneficiários de RSI, como observado anteriormente. Confirma o maior número de beneficiários na freguesia de Buarcos ao longo de quase todo o ano de 2014 e o menor número, das quatro consideradas, na freguesia de Vila Verde.

**Quadro 23 - Beneficiários de RSI que iniciaram atividade profissional em 2014**

Unidade Geográfica	Média mensal de beneficiários RSI ano 2014	Beneficiários RSI que iniciaram atividade profissional no decorrer da prestação em 2014	Taxa de beneficiários RSI que iniciaram atividade profissional no decorrer da prestação em 2014
Figueira da Foz	1 486	35	2,3%
Distrito de Coimbra	7 176	182	2,5%

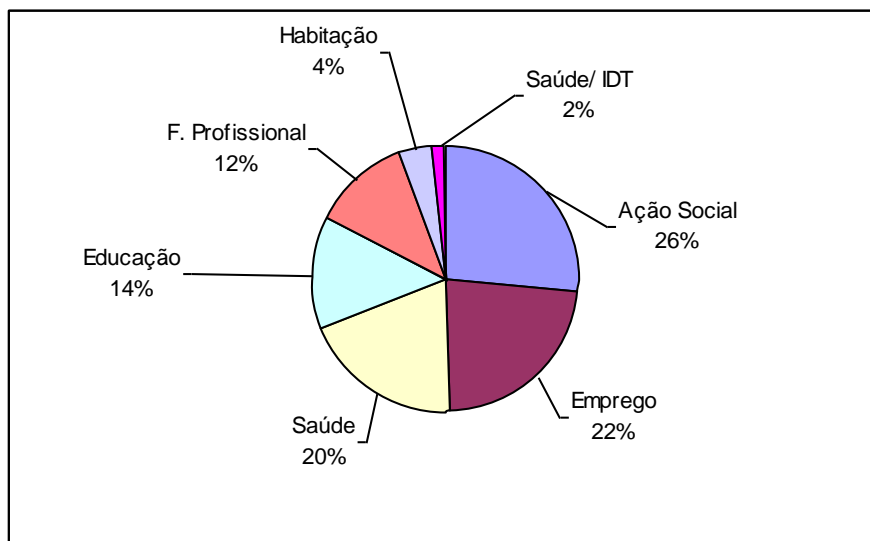
Fonte: NLI da Figueira da Foz



## Plano Municipal para a Integração de Imigrantes da Figueira da Foz

Dos dados apresentados, destaca-se o facto da Taxa de Beneficiários de RSI que iniciaram atividade profissional no decorrer da prestação em 2014, apresentada pelo Município da Figueira da Foz (2,3%) ser inferior à registada pelo Distrito de Coimbra (2,5%).

Gráfico 4 - Contratos de Inserção por áreas, em outubro de 2014, na Figueira da Foz



Fonte: NLI da Figueira da Foz

Analisando o gráfico acima apresentado, verifica-se que a maior parte dos contratos de inserção são assinados na área da Ação Social (26%), seguida do Emprego (22%) e Saúde (20%), surgindo as áreas da Habitação (4%) e Saúde/IDT (2%) com menor expressão.

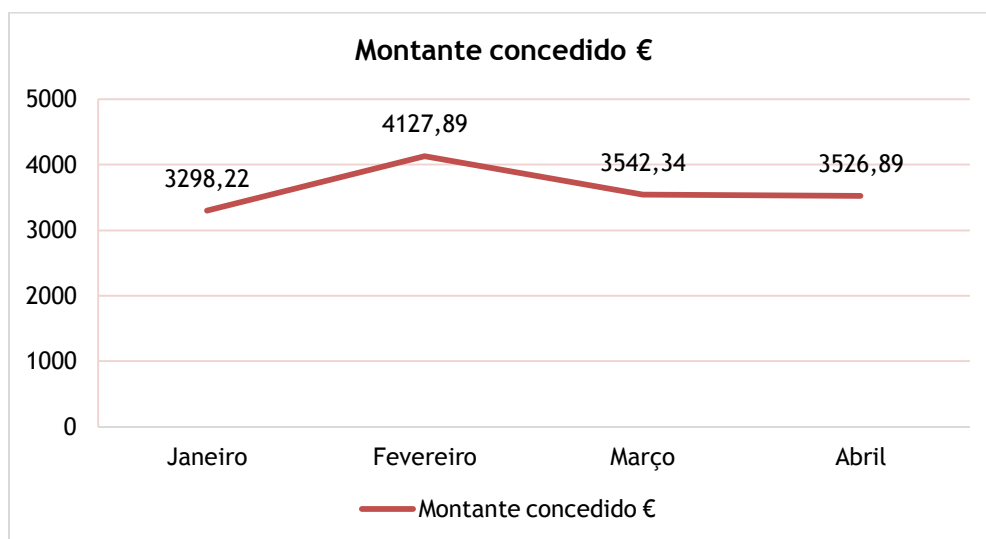
Quadro 24 - Evolução do número de cidadãos imigrantes apoiados e número de agregados beneficiários de RSI do Município da Figueira da Foz, de janeiro a abril de 2015

2015	janeiro	fevereiro	março	abril
Nº de cidadãos imigrantes apoiados	28	38	31	31
Nº de agregados apoiados	18	22	21	21

Fonte: ISS, I.P. - C Dist Coimbra/ Unidade Funcional da Figueira da Foz

Observando o número de cidadãos e agregados imigrantes beneficiários do Rendimento Social de Inserção verifica-se, que nos primeiros quatro meses de 2015, o maior pico se verificou no mês de fevereiro, registando-se um ligeiro decréscimo nos dois meses seguintes, tendo o mês de março e o mês de abril apresentado o mesmo número de cidadãos imigrantes apoiados e o mesmo número de agregados apoiados, 31 e 21, respetivamente.

Gráfico 5 - Evolução do montante pecuniário concedido a cidadãos beneficiários de RSI do Município da Figueira da Foz, de janeiro a abril de 2015



Fonte: ISS, I.P. - C Dist Coimbra/ Unidade Funcional da Figueira da Foz

À semelhança da leitura realizada relativa ao número de beneficiários e de agregados beneficiários de RSI verifica-se que é igualmente no mês de fevereiro de 2015 que se regista um maior montante pecuniário concedido seguindo-se de um decréscimo nos meses de março e de abril.

#### 2.2.4.2. CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Figueira da Foz

As Comissões de Proteção de Crianças e Jovens são “instituições oficiais não judiciais com autonomia funcional que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral” - artigo 12.º n.º 1 da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), publicada em anexo à Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, alterada pela Lei n.º 31/2003, de 22 de Agosto.

Visam a promoção dos direitos e a proteção das crianças e dos jovens em perigo, por forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral e exercem a sua competência na área do Município onde têm sede.

A intervenção para promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem tem lugar quando os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto ponham em perigo a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento ou quando esse perigo resulte de ação ou omissão de terceiros ou da própria criança ou jovem.

A criança ou jovem está em perigo quando:

- Está abandonado ou vive entregue a si próprio

## Plano Municipal para a Integração de Imigrantes da Figueira da Foz

Ex.: abandono à nascença ou após os seis meses de vida, ausência permanente ou temporária de suporte familiar ou outro, crianças e jovens não acompanhados).

- Sofre maus-tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais

Ex.: maus-tratos físicos, ofensas físicas, maus-tratos psicológicos, indiferença afetiva, exercício abusivo de autoridade, depreciação/humilhação, hostilização e ameaças, abuso ou aliciamento sexual, prostituição ou pornografia infantil, violação ou outro ato sexual.

- Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal

Ex.: negligência grave, negligência a nível psicoafetivo, educativo ou ao nível da saúde, falta de supervisão e acompanhamento familiar.

- É obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento

Ex.: exploração do trabalho infantil, utilização da criança na prática de mendicidade, absentismo escolar, abandono escolar, insucesso escolar e/ou outras situações em que esteja em causa o direito à educação.

- Está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional

Ex.: violência doméstica, consumo de bebidas alcoólicas e/ou de estupefacientes por elemento do seu agregado familiar e/ou outro significativo.

- Assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem detenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação

Ex: *bullying*, comportamentos graves antissociais e/ou de indisciplina, consumo de bebidas alcoólicas e/ou de estupefacientes, prática de facto qualificado pela Lei Penal como crime para crianças com idade inferior a 12 anos.

A intervenção das Comissões depende sempre do consentimento expresso dos seus pais, do representante legal ou da pessoa que tenha a guarda de facto da criança ou jovem, bem como da não oposição de criança ou jovem com idade igual ou superior a 12 anos de idade. Sem estes, terá de ser instaurado processo de promoção e proteção judicial.

As Comissões funcionam em duas modalidades:

- **Alargada** - composta pelos elementos previstos no artigo 17.º da LPCJP - representantes do Município; da Segurança Social; do Ministério da Educação; dos Serviços de Saúde; das IPSS/ONG que desenvolvam atividades de caráter não institucional, em meio natural de vida, destinadas a crianças e jovens; das IPSS/ONG que desenvolvam atividades em regime de colocação institucional de crianças e jovens; das Associações de Pais e Encarregados de

## *Plano Municipal para a Integração de Imigrantes da Figueira da Foz*

Educação; das Associações/ Entidades que desenvolvam atividades desportivas, culturais e/ou recreativas destinadas a crianças e jovens; das Associações de Jovens ou dos Serviços da Juventude; das Forças de Segurança (GNR e/ou PSP); pessoas designadas pela Assembleia Municipal; técnicos cooptados ou cidadãos com especial interesse pelos problemas das crianças e jovens. À Alargada compete desenvolver ações de promoção dos direitos e de prevenção das situações de perigo para a criança e jovem. Funciona em plenário, que reúne, pelo menos, de dois em dois meses e em grupos de trabalho para assuntos específicos.

- **Restrita** - conforme previsto no artigo 20.º da LPCJP, é composta por um número ímpar de membros designados pela Alargada, tem de integrar obrigatoriamente um representante do Município e um representante da Segurança Social, um representante das Instituições Particulares de Solidariedade Social e/ou Organizações Não Governamentais e garantir uma composição interdisciplinar e interinstitucional, com particular relevo para pessoas com formação nas áreas de serviço social, psicologia, direito, educação e saúde, podendo, para tal, proceder à cooptação de técnicos. A esta compete intervir nas situações em que uma criança ou jovem está em perigo. Deve funcionar em permanência, reunindo-se em plenário, pelo menos, com periodicidade quinzenal. Os seus membros exercem funções a tempo completo ou parcial.

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Figueira da Foz (CPCJ) foi criada pela Portaria n.º 1226-AL/2000 de 30 de Dezembro, na sequência da reorganização da Comissão de Proteção de Menores da Figueira da Foz, em funcionamento desde Julho de 1995.

Tem vindo a acompanhar processos de promoção e proteção de crianças e jovens residentes na área do Município, alguns dos quais imigrantes e/ou filhos de imigrantes residentes na área do Município da Figueira da Foz.

Entre 2010 e 2014 a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Figueira da Foz teve o seguinte volume processual:

- Ano de 2010 - 327 processos de promoção e proteção acompanhados, dos quais 172 transitados, 120 instaurados e 35 reabertos.
- Ano de 2011 - 372 processos de promoção e proteção acompanhados, dos quais 177 transitados, 160 instaurados e 35 reabertos.
- Ano de 2012 - 397 processos de promoção e proteção acompanhados, dos quais 175 transitados, 174 instaurados e 48 reabertos.
- Ano de 2013 - 434 processos de promoção e proteção acompanhados, dos quais 201 transitados, 183 instaurados e 50 reabertos.
- Ano de 2014 - 407 processos de promoção e proteção acompanhados, dos quais 184 transitados, 149 instaurados e 74 reabertos.

## *Plano Municipal para a Integração de Imigrantes da Figueira da Foz*

- Ano de 2015 (até Abril) - 316 processos de promoção e proteção acompanhados, dos quais 230 transitados, 60 instaurados e 26 reabertos.

A negligência, a violência doméstica e a exposição a comportamentos que podem comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança e/ou jovem são as situações mais sinalizadas, sendo que a partir dos 15 anos de idade também o absentismo escolar é frequentemente referido.

No mesmo período temporal, foram acompanhados um total de 25 processos de promoção e proteção de crianças filhas de imigrantes residentes na Figueira da Foz (*vide* quadro 25), o que representa apenas 1,11% do volume processual total.

Destas:

- 12 crianças/jovens têm como país de origem o Brasil.
- 15 crianças/jovens são do sexo feminino.
- a média de idades das crianças/jovens acompanhados é de 11,84 anos.
- as problemáticas dominantes nestes processos são o insucesso/absentismo/abandono escolar - 7 crianças/jovens e a exposição a comportamentos que podem comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança e/ou jovem - 5 crianças/jovens.

Quadro 25 - Processos de Promoção e Proteção acompanhados pela CPCJ da Figueira da Foz, entre 01/01/2010 a 16/04/2015

Ano	N.º	Motivo de Abertura	Estado atual	Idade	Sexo	País de Origem	Residência
2010	5	Absentismo escolar - 1 Insucesso Escolar - 1 Negligência - 1 Exercício Abusivo Autoridade - 1 Violência Doméstica - 1	Arquivado - 5 Aberto - 0	9 aos 16 anos	Masc. - 3 Fem. - 2	Brasil - 4 Angola - 1	Concelho da Figueira da Foz - 5
2011	2	Negligência - 1 Abandono escolar - 1	Arquivado - 2 Aberto - 0	6 aos 18 anos	Masc. - 0 Fem. - 2	Brasil - 1 Panamá - 1	Concelho da Figueira da Foz - 1 Fora do concelho - 1
2013	6	ECPCBEDC <sup>22</sup> - 2 Absentismo/Insucesso escolar - 1 Não recebe os cuidados/afeição adequados - 2 Negligência - 1	Arquivado - 5 Aberto - 1	4 aos 17 anos	Masc. - 2 Fem. - 4	Brasil - 2 Angola - 2 Ucrânia - 1 EUA - 1	Concelho da Figueira da Foz - 6
2014	8	ECPCBEDC - 3 Ausência Temporária de Suporte familiar - 2 Abandono escolar - 2 Maus-tratos físicos - 1	Arquivado - 3 Aberto - 5	8 aos 17 anos	Masc. - 3 Fem. - 5	Rússia - 2 Ucrânia - 1 Brasil - 4 Moldávia - 1	Concelho da Figueira da Foz - 8
2015	4	Violência doméstica - 2 Maus-tratos físicos - 1 Absentismo/Insucesso escolar - 1	Arquivado - 0 Aberto - 4	7 aos 17 anos	Masc. - 2 Fem. - 2	Ucrânia - 2 Brasil - 1 China - 1	Concelho da Figueira da Foz - 4

<sup>22</sup> ECPCBEDC (Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança)

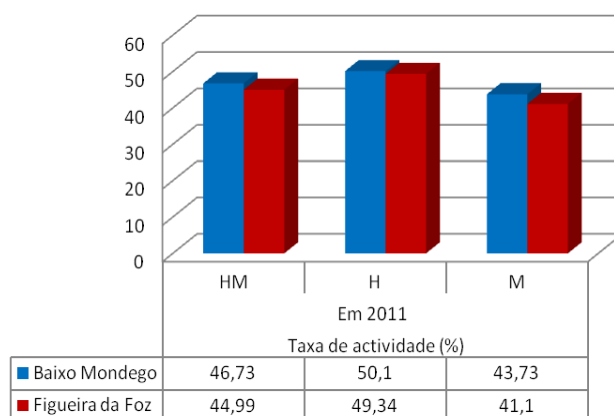
### 2.2.5. Economia e mercado de trabalho

Em 2011, no Município da Figueira da Foz a taxa de atividade foi de 44,99%, valor inferior ao registado no Baixo Mondego (NUT III). A repartição por sexo evidencia uma taxa de atividade mais elevada para os homens, com 49,34%, face aos 41,1% para as mulheres.

Em relação às freguesias na área urbana regista-se em Tavarede a mais alta taxa de atividade com 52,17%, sendo que 53,34% refere-se à taxa de atividade dos homens e 51,06% à das mulheres, na freguesia referida. As restantes freguesias apresentam valores próximos dos que foram registados para o concelho, na mesma data.

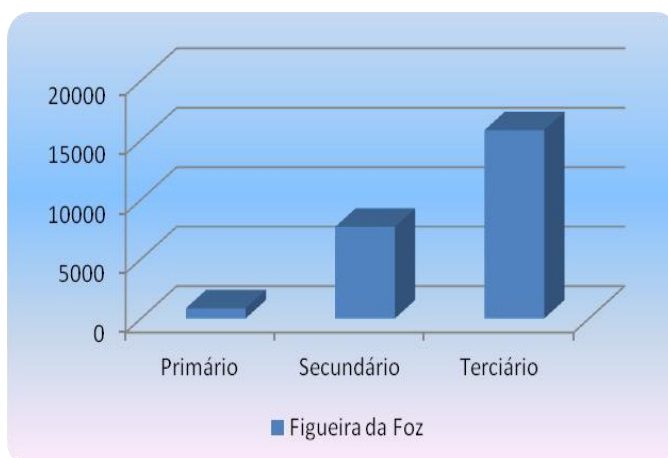
Salienta-se ainda o facto de as taxas de atividade das mulheres serem, nos territórios referenciados, sempre inferiores às taxas registadas no sexo masculino.

Gráfico 6 - Taxa de Atividade Total, segundo o sexo, por localização geográfica, em 2011



Fonte: <http://www.ine.pt/>

Gráfico 7 - Distribuição do emprego segundo o setor de atividade, em 2011, por localização geográfica



Fonte: <http://www.ine.pt/>

## Plano Municipal para a Integração de Imigrantes da Figueira da Foz

Analisando a distribuição do emprego segundo o setor de atividade verifica-se que, à semelhança do que acontece com o Município, é o setor terciário que maior representatividade assume nas freguesias urbanas, seguido do setor secundário e por último do setor primário, excetuando na Freguesia de São Pedro, em que o setor secundário assume uma maior preponderância relativamente ao setor terciário.

Quadro 26 - Taxa de Desemprego por sexo segundo os Censos 2001 e 2011 (%)<sup>22</sup>

Unidade Geográfica	2001			2011		
	Total	M	F	Total	M	F
Baixo Mondego	⊥ 6,4	⊥ 4,8	⊥ 8,3	⊥ 10,4	⊥ 10,2	⊥ 10,6
Figueira da Foz	⊥ 7,4	⊥ 5,0	⊥ 10,4	⊥ 12,7	⊥ 11,5	⊥ 14,1

Fonte/Entidades: INE, PORDATA

A Taxa de desemprego representa o número de desempregados por cada 100 ativos. Os ativos são a mão-de-obra disponível para trabalhar incluindo-se, na população ativa, os trabalhadores que estão empregados e desempregados.

Ainda, segundo o INE, desempregado é “*quem está à procura de emprego, incluindo um novo emprego ou o primeiro emprego*” (Metainformação - INE).

Assim, em 2011, de acordo com os Censos, o concelho da Figueira da Foz registou uma taxa de desemprego de 12,7%, valor superior ao que foi registado no Baixo Mondego, na mesma data. De salientar, igualmente, que a taxa de desemprego afeta mais mulheres que homens, no concelho. Esta situação é idêntica, em qualquer um dos anos Censitários, isto é, 2001 e 2011.

Veja-se, então, a realidade do concelho da Figueira da Foz traduzida por alguns números de desemprego, publicados pelo Serviço de Estatísticas do IEFP, relativos a Novembro de 2014, que contribuem para realçar alguns traços que importam a esta reflexão, não sem antes referenciar o entendimento de desempregado “*candidato inscrito num Centro de Emprego, que não tem trabalho, procura um emprego como trabalhador por conta de outrem, está imediatamente disponível e tem capacidade para o trabalho*”.<sup>23</sup>

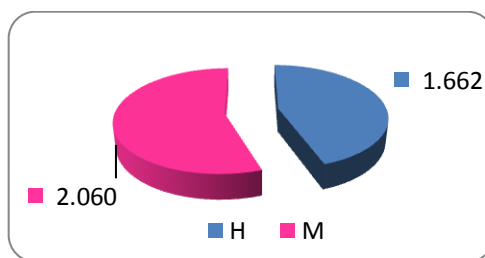
<sup>22</sup> ⊥ Quebra de série

<sup>23</sup> <https://www.iefp.pt/documents/10181/273964/Metainforma%C3%A7%C3%A3o/8a9a7a4e-383d-4f19-958b-850c068e8c71>



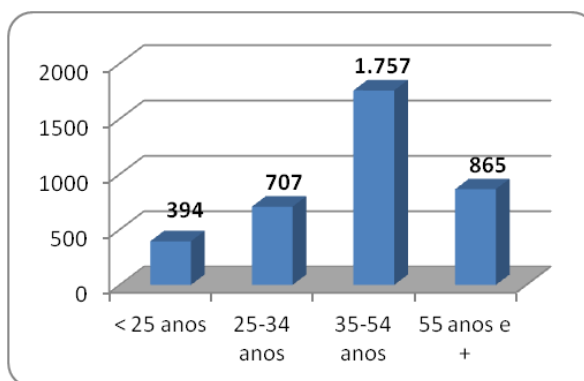
## Plano Municipal para a Integração de Imigrantes da Figueira da Foz

Gráfico 8 - Desempregados, em novembro de 2014, por sexo, no concelho da Figueira da Foz



Fonte: <https://www.iefp.pt/en/estatisticas>

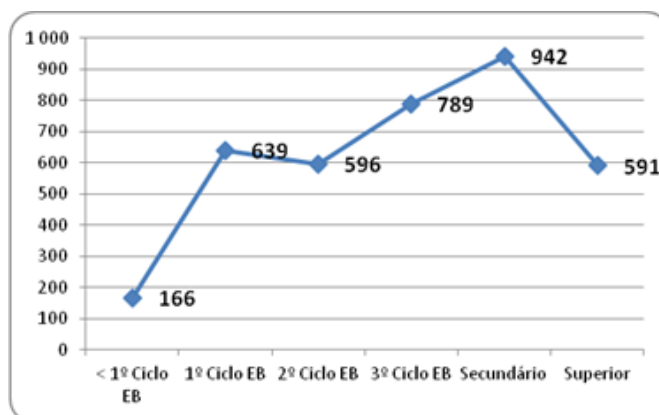
Gráfico 9 - Desempregados, em novembro de 2014, por grupo etário, no concelho da Figueira da Foz



Fonte: <https://www.iefp.pt/en/estatisticas>

Em novembro de 2014, os desempregados inscritos no Centro de Emprego da Figueira da Foz eram maioritariamente do sexo feminino e encontravam-se no escalão etário dos 35-54 anos, logo seguido do escalão etário dos 55 e mais anos.

Gráfico 10 - Desempregados, em novembro de 2014, por nível de escolaridade, no concelho da Figueira da Foz

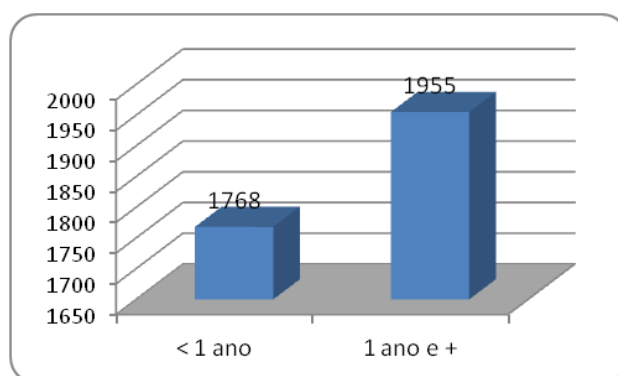


Fonte: <https://www.iefp.pt/en/estatisticas>

Relativamente aos desempregados inscritos no Centro de Emprego da Figueira da Foz, tendo por base de análise o nível de escolaridade, verifica-se que são os detentores de habilitações ao nível do Ensino Secundário aqueles que, em maior número, se encontram representados na população inscrita, seguido daqueles que apenas detêm o 3º CEB.

De acordo com os dados registados pelo Centro de Emprego da Figueira da Foz, os munícipes que apresentam escolaridade inferior ao 1º CEB constituem o grupo de inscritos com menor representatividade, devendo-se certamente esta realidade aos sucessivos aumentos verificados ao nível da escolaridade mínima obrigatória, ao longo das últimas décadas.

**Gráfico 11 - Desempregados, em novembro de 2014, por tempo de inscrição no concelho da Figueira da Foz**



Fonte: <https://www.iefp.pt/en/estatisticas>

O gráfico acima apresentado revela o facto de a maioria dos inscritos no Centro de Emprego da Figueira da Foz se encontrarem inscritos naquele Serviço público há mais de 1 ano, o que é preocupante, do ponto de vista da sua reinserção profissional.

### **2.3. Caracterização da população imigrante**

Os dados publicados pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) indicam que, em 2013, existiam 1548 cidadãos estrangeiros<sup>24</sup>, representando cerca de 2,5% da população total residente do Município. Desses, 779 eram homens e 769 eram mulheres. Constata-se, ainda, uma diminuição do número de imigrantes na Figueira da Foz (-345), quando comparado com o ano de 2011, ano em que foram registados por aquele organismo 1.893 imigrantes residentes. Destes, 981 eram homens e 912 eram mulheres.

<sup>24</sup> **Estrangeiro residente** - para efeitos estatísticos, considera-se o estrangeiro detentor de título de residência emitido nos termos da Lei de Imigração, do Regime de Livre Circulação de Nacionais de Estados Membros da União Europeia e seus familiares e da Lei de Asilo; SEF.

**Quadro 27 - Número de estrangeiros e de naturais do estrangeiro no Município, peso no total da população residente**

<b>Nº de estrangeiros</b>	<b>1.548</b>
% de estrangeiros por total de residentes	2,5%

Fonte: SEF 2013

<b>Nº de naturais do estrangeiro</b>	<b>4.669</b>
% de naturais do estrangeiro por total de residentes	7,5%

Fonte: Censos 2011

Das nacionalidades presentes no território da Figueira da Foz, a Brasileira assume maior preponderância, tendo sido identificados, em 2013, 505 residentes brasileiros no concelho em análise, representando 32,6% do total de estrangeiros residentes. Segue-se a Ucrânia, como sendo o segundo país com maior representação na Figueira da Foz, ou seja, 352 residentes (22,7% do total de estrangeiros no Município). Abaixo dos três dígitos, seguem-se as nacionalidades Chinesa, Romena, Búlgara, Alemã, Angolana, Marroquina, Francesa e do Reino Unido.

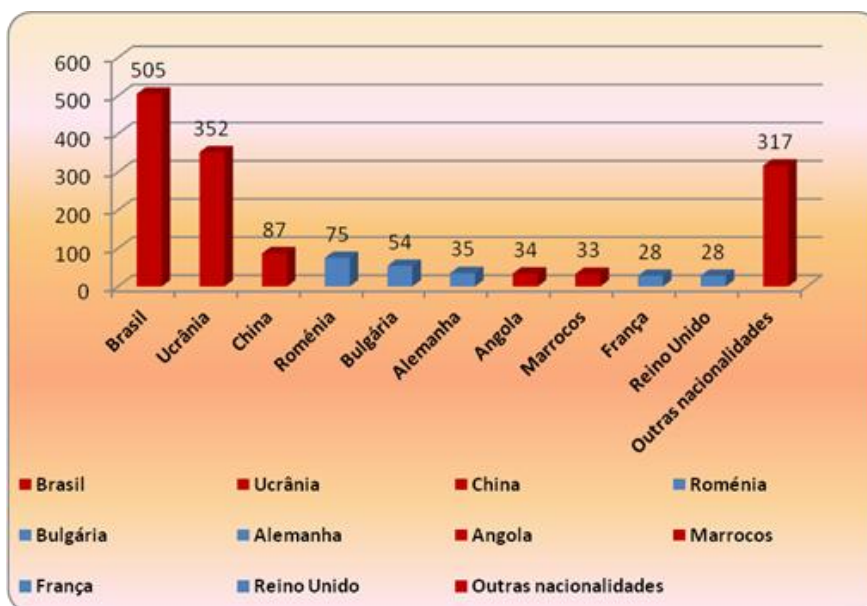
**Quadro 28 - Principais nacionalidades representadas no Município (n.º e % para total de estrangeiros)**

Nacionalidade	N	%
Brasil	505	32,6
Ucrânia	352	22,7
China	87	5,6
Roménia	75	4,8
Bulgária	54	3,5
Alemanha	35	2,3
Angola	34	2,2
Marrocos	33	2,1
França	28	1,8
Reino Unido	28	1,8
Outras nacionalidades	317	20,5
<b>Total</b>	<b>1.548</b>	<b>100,0</b>

Fonte: SEF 2013

Em termos de representação gráfica, poder-se-ão visualizar os dados distribuídos da seguinte forma:

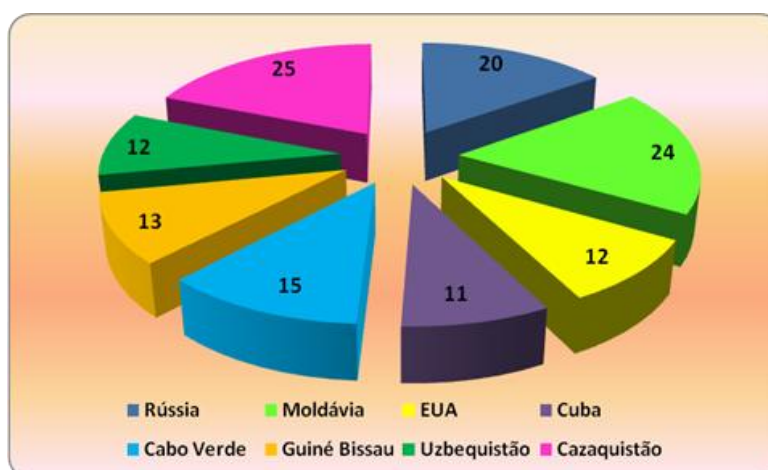
Gráfico 12 - Principais nacionalidades representadas no Município (nº e % para total e estrangeiras)



Fonte: SEF 2013

O item “Outras nacionalidades” contempla 317 cidadãos estrangeiros, dos quais 132 se distribuem pelas nacionalidades representadas no gráfico 13, referentes a países terceiros, as mais representativas em termos numéricos. Os restantes 185 cidadãos repartem-se, em número menos significativo (entre 1 e 5), por uma grande diversidade de nacionalidades.

Gráfico 13 - Nacionalidades representadas na categoria “Outras Nacionalidades”, por país de origem, em 2013



Fonte: Dados do SEF, 2013

Considerando na análise, a distribuição da população residente segundo o sexo, importa destacar que, no caso dos estrangeiros residentes no Município da Figueira da Foz, predomina o sexo masculino, com 50,3%, embora com uma pequena diferença relativamente ao sexo feminino, que

## Plano Municipal para a Integração de Imigrantes da Figueira da Foz

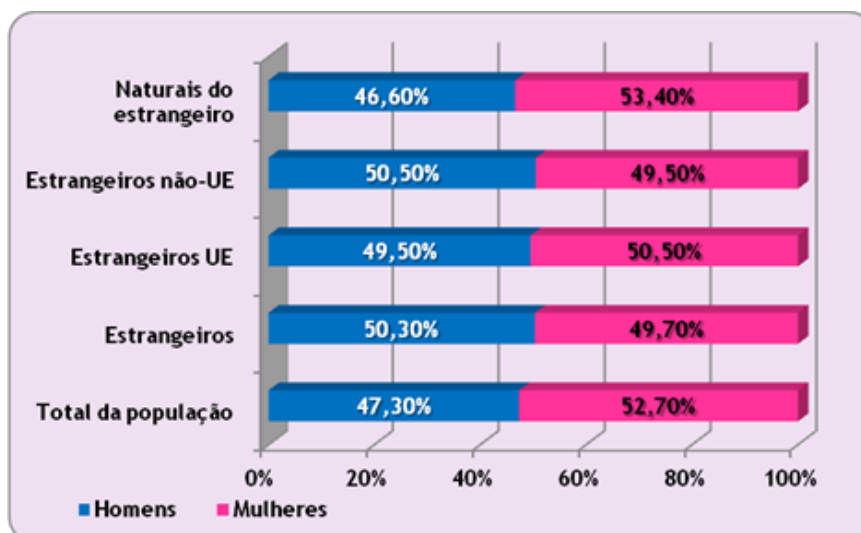
representa 49,7% do total de estrangeiros. Cenário semelhante ocorre quando a análise considera, exclusivamente, estrangeiros de fora da União Europeia. Num e noutro caso a tendência da distribuição populacional, segundo o sexo, é contrária à realidade do total da população da Figueira da Foz, onde se diagnostica uma percentagem superior de mulheres, 52,7%.

Quadro 29 - Distribuição populacional do Município da Figueira da Foz, segundo o sexo

População	Homens	Mulheres	Fontes
Total da população	47,3%	52,7%	Censos 2011
Estrangeiros	50,3%	49,7%	SEF 2013
Estrangeiros UE	49,5%	50,5%	SEF 2013
Estrangeiros não UE	50,5%	49,5%	SEF 2013
Naturais do estrangeiro	46,6%	53,4%	Censos 2011

Graficamente, poder-se-á representar a distribuição populacional segundo o sexo, da seguinte forma:

Gráfico 14 - Distribuição populacional do Município da Figueira da Foz, segundo o sexo



## Plano Municipal para a Integração de Imigrantes da Figueira da Foz

**Quadro 30 - Distribuição etária da população estrangeira residente, no Município da Figueira da Foz**

Grupos etários	Residentes com nacionalidade estrangeira (%)	Residentes com nacionalidade estrangeira (%)	Residentes com nacionalidade Portuguesa (%)
0-9 anos	5,7%	2,4%	8,3%
10-19 anos	14,7%	9,2%	9,2%
20-29 anos	16,1%	10,8%	10,2%
30-39 anos	24,9%	27,0%	13,7%
40-49 anos	19,7%	22,7%	14,1%
50-59 anos	10,7%	14,3%	14,4%
60-69 anos	4,5%	6,7%	12,8%
70 e mais anos	3,7%	7,0%	17,3%
<b>Total (Nº)</b>	<b>1.419</b>	<b>4.669</b>	<b>60.704</b>

Fonte: Censos 2011

Relativamente à distribuição da população estrangeira residente no Município é notória a predominância dos grupos etários em idade ativa, ou seja, entre os 30-39 anos e 40-49 anos, com 24,9% e 19,7%, respetivamente. Este cenário encontra-se em total sintonia com a distribuição etária quando se consideram os residentes com nacionalidade Portuguesa, como se pode confirmar pelos dados do quadro supra.

**Quadro 31 - Nível de escolaridade dos cidadãos estrangeiros e naturais do estrangeiro, residentes no Município da Figueira da Foz**

População	Nenhum	1º Ciclo E. Básico	2º Ciclo E. Básico	3º Ciclo E. Básico	Ensino Secundário e Pós-Secundário	Ensino Superior
Total da população	19,3%	25,1%	12,1%	17,1%	14,6%	11,8%
Estrangeiros UE	10,4%	7,7%	15,8%	19,0%	29,2%	17,9%
Estrangeiros não UE	12,5%	10,0%	11,7%	25,0%	28,2%	12,7%
Naturais do estrangeiro	6,6%	9,9%	11,7%	24,1%	27,1%	20,5%

Fonte: Censos 2011

Na caracterização da população estrangeira, o nível de escolaridade é um indicador de expressiva relevância. Trata-se, em termos globais, de um fator indispensável que poderá contribuir para a explicação tanto de aspetos relacionados com a atividade profissional como para os de inserção social. Ou seja, a integração profissional e social dos imigrantes poderá evidenciar maiores

dificuldades quando se trate de cidadãos com baixos níveis de qualificação escolar e profissional, o que também acaba por dificultar os processos de mobilidade profissional e social ascendentes.

Do quadro supra evidenciam-se os seguintes aspetos:

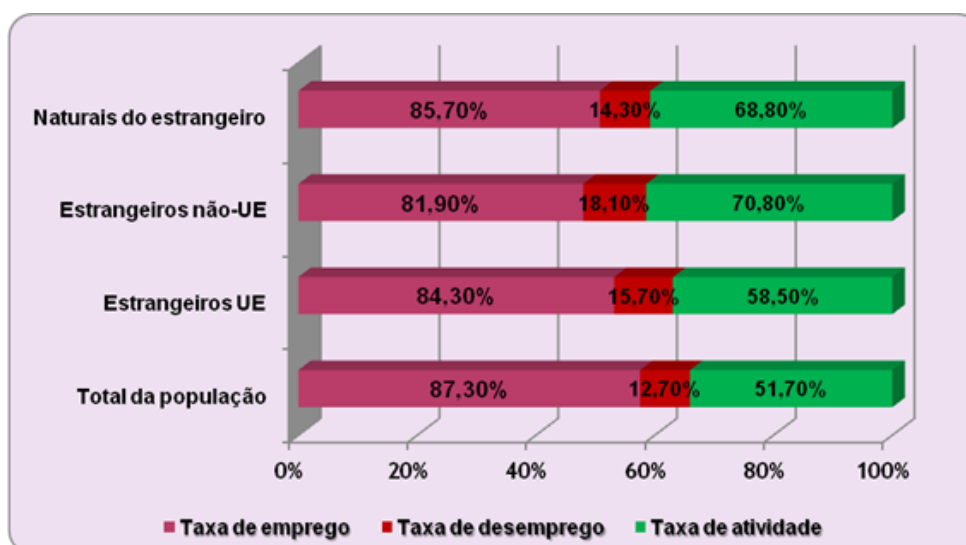
- maior taxa de imigrantes com ensino superior quando comparado com o total da população do Município da Figueira da Foz;
- em contraponto, a taxa de “nenhum nível de escolaridade” na população total do Município é precisamente superior à que foi registada pelos Censos 2011 para a população imigrante;
- os cidadãos imigrantes apresentam também taxas inferiores na categoria “1.º CEB”, comparativamente com a população residente do concelho;
- os imigrantes residentes na Figueira da Foz encontram-se ainda em vantagem nos níveis de escolaridade: 2.º e 3.º CEB e ensino secundário.

**Quadro 32 - Taxa de emprego, desemprego e atividade para o total da população, estrangeiros da UE, estrangeiros não UE e naturais do estrangeiro, no Município da Figueira da Foz**

População	Taxa de emprego	Taxa de desemprego	Taxa de atividade
Total da população	87,3%	12,7%	51,7%
Estrangeiros UE	84,3%	15,7%	58,5%
Estrangeiros não UE	81,9%	18,1%	70,8%
Naturais do estrangeiro	85,7%	14,3%	68,8%

Fonte: Censos, 2011

**Gráfico 15 - Taxa de emprego, desemprego e atividade para o total da população, estrangeiros da UE, estrangeiros não UE e naturais do estrangeiro, no Município da Figueira da Foz**



## *Plano Municipal para a Integração de Imigrantes da Figueira da Foz*

No Município da Figueira da Foz a taxa de emprego do total da população está próxima da que se regista na população estrangeira, quer da União Europeia, quer de países terceiros. No caso concreto da taxa de desemprego sobressai a que se refere aos estrangeiros de países terceiros, contrastando com as taxas registadas para as restantes categorias em análise. Digno de registo, a taxa de atividade<sup>25</sup> registada para os estrangeiros de países terceiros, que segundo os Censos 2011, supera de forma significativa (70,8%), a que foi assinalada para o total da população, para os estrangeiros da UE, para os estrangeiros não UE e para os naturais do estrangeiro.

Criado em janeiro de 2009, o **Gabinete de Inserção Profissional (GIP)** tem como objetivo apoiar os desempregados na definição e concretização do seu percurso de inserção, atuando em estreita articulação com os Centros de Emprego. Da auscultação desta estrutura de apoio ao emprego da Câmara Municipal da Figueira da Foz e no que diz respeito ao atendimento de utentes imigrantes, entre 2009 e março de 2015, foi possível apurar os dados se apresentam no quadro seguinte:

---

<sup>25</sup> **Taxa de Atividade** - razão entre a população ativa e a população residente. **População Ativa** - Conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados).



*Plano Municipal para a Integração de Imigrantes da Figueira da Foz*

**Quadro 33 - Utentes imigrantes inscritos no GIP, entre 2009 e março de 2015, por idade, sexo, habilitações e nacionalidade**

GIP - Gabinete de Inserção Profissional				
Idade	Sexo		Habilitações	Nacionalidade
	Masculino	Feminino		
23		x	12.º	São Tomé
30	x		lic.	Angola
32		x	12º	Cuba
37	x		12º	Cuba
34	x		9º	Tunísia
22	x		12º	Leste
26	x		12ª	Rússia
23	x		12º	Brasil
23	x		12º	Roméia
55	x		12º	Cuba
29		x	lic.	Leste
36	x		9º	África
34		x	lic.	Brasil
54	x		9º	Alemanha
37		x	12º	Cuba
36		x	8º	Leste
29	x		12º	Roméia
56		x	12º	Leste
22		x	12º	Brasil
38		x	12º	Leste
49		x	9º	Brasil
28	x		12ª	Rússia
32		x	6º	Moldávia
44	x		9º	Brasil
25		x	9º	Brasil
53	x		11º	Leste
40	x		10º	Angola
27	x		lic.	Leste
21		x	lic.	Leste
27	x		9º	Brasil
40	x		9º	Brasil
20		x	11ª	Angola

Fonte: CMFF - GIP, 2015

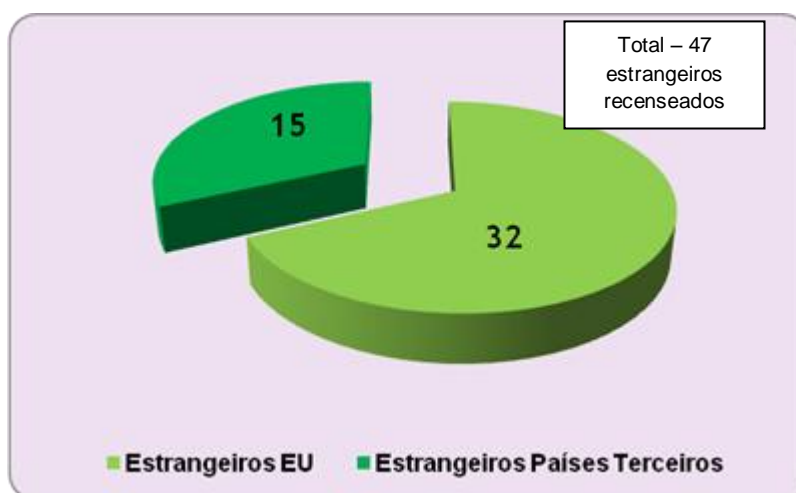
**Gabinete de Apoio ao Empreendedor (GAE)** - Criado em 2012, o GAE tem como principal objetivo o atendimento de *front office* ao empreendedor que pretenda apresentar a sua ideia de negócio ao Município. Esta intervenção é articulada com a IEFF - Incubadora de Empresas da Figueira da Foz e com o ISCAC - Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra, entidades parceiras do Projeto “*Construir Futuros*”, do qual fazem parte os demais Municípios da Região de Coimbra e outras entidades de apoio ao empreendedor por estas indicadas. No período de vigência desta estrutura, a funcionar na Câmara Municipal da Figueira da Foz, foram realizados dois atendimentos de imigrantes, um de nacionalidade lituana e outro de nacionalidade brasileira.

Quadro 34 - Distribuição de utentes imigrantes inscritos no GAE, entre 2012 e março de 2015, por idade, sexo, habilitações e nacionalidade

GAE				
Idade	Sexo		Habilitações	Nacionalidade
	Masculino	Feminino		
39	X		9º	Lituânia
23		x	Lic.	Brasil

Fonte: CMFF - GAE, 2015

Gráfico 16 - População estrangeira recenseada no Município da Figueira da Foz



Fonte: DGAI - Direção-Geral da Administração Interna - Administração Eleitoral (2013)

Segundo os dados da Direção-Geral da Administração Interna - Administração Eleitoral, de 2013, o Município da Figueira da Foz totalizava 58.750 eleitores, dos quais 47 eram estrangeiros, 32 cidadãos estrangeiros da União Europeia e 15 de Países Terceiros.

Pelo retrato, parece fazer sentido afirmar que a participação política dos imigrantes residentes na Figueira da Foz está aquém do desejável face ao número total de cidadãos estrangeiros residentes,

## Plano Municipal para a Integração de Imigrantes da Figueira da Foz

registados em 2013. Porém, na análise a esta questão da participação política, enquanto direito e dever de plena cidadania, importa atender aos princípios consagrados pela Constituição Portuguesa, nomeadamente no artigo 15.º - Estrangeiros, apátridas, cidadãos europeus e demais legislação em vigor. Segundo aquele artigo da Constituição da República Portuguesa:

*“4. A lei pode atribuir a estrangeiros residentes no território nacional, em condições de reciprocidade, capacidade eleitoral ativa e passiva para a eleição dos titulares de órgãos de autarquias locais.*

*5. A lei pode ainda atribuir, em condições de reciprocidade, aos cidadãos dos Estados-membros da União Europeia residentes em Portugal o direito de elegerem e serem eleitos Deputados ao Parlamento Europeu.”<sup>26</sup>*

Quadro 35 - Religiões mais representadas no Município da Figueira da Foz, em 2011

Religião	N	%
Católica	43.357	69,8
Ortodoxa	228	0,4
Protestante	599	1,0
Outra Cristã	1130	1,8
Judaica	9	0,0
Muçulmana	52	0,1
Outra não cristã	158	0,3
Sem religião	3.365	5,4
População que não respondeu	5.162	8,3
População com menos de 15 anos	8.065	13,0
<b>Total</b>	<b>62.125</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Censos, 2011

Nas sociedades democráticas ocidentais o direito a professar, em privado ou em público, crenças de teor religioso, bem como a celebrar rituais associados, assume-se como um direito inalienável, ainda que nem sempre assim tenha sido e *“sem suspeição, que ainda hoje esse direito não é comungado por todos os homens e mulheres do mundo”*.<sup>27</sup>

No que se refere, então, à representatividade das diversas confissões religiosas no Município é indiscutível a preponderância da Religião Católica a qual é professada, segundo os Censos 2011, por

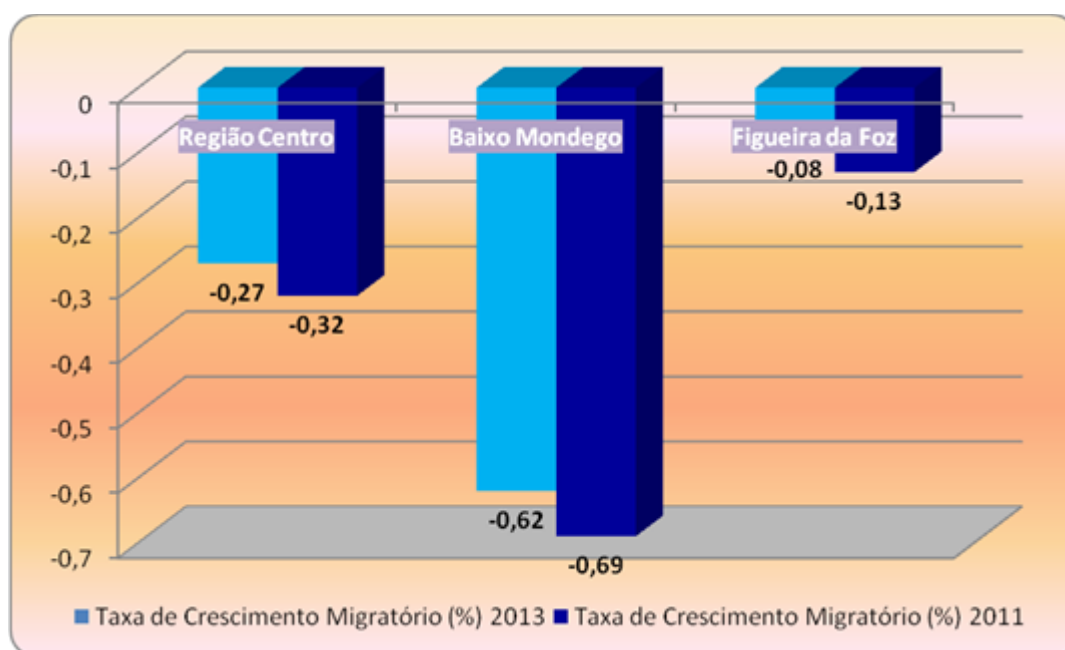
<sup>26</sup> <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>

<sup>27</sup> Mourão, Paulo Reis (2008), *A Liberdade Religiosa como Estímulo à Migração*, Cadernos OI – Observatório da Imigração, N.º 02, Edição ACIDI, Lisboa., p. 10

cerca de 70% da população residente, à data. Destacar, ainda, das restantes religiões professadas pela população da Figueira da Foz, 1,8% refere “Outra Religião Cristã” (que não a católica) e 1,0% refere praticar a Religião Protestante.

Dados também a reter, relativamente ao Município, nesta questão em concreto da religiosidade da população, são os 8,3% (ou seja, 5.162 residentes) de cidadãos que não responderam a essa questão nos Censos de 2011 e 5,4%, dos 62.125 residentes, que se assumiram “sem religião”.

Gráfico 17 - Taxa de crescimento migratório (%) por local de residência (NUTS - 2002)



Fonte: Anual - INE, Indicadores Demográficos

Para terminar, observou-se igualmente o saldo migratório na Figueira da Foz, no ano de 2011 (Censos 2011) e em 2013 (dados disponíveis dos imigrantes, SEF). Significa saldo migratório, representado através da Taxa de Crescimento Migratório, a diferença entre as pessoas que entram e saem de um país ( $SM = \text{Imigração} - \text{Emigração}$ ) observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média<sup>28</sup> desse período (habitualmente expressa por 100 ( $10^2$ ) ou 1000 ( $10^3$ ) habitantes).<sup>29</sup>

À semelhança do que se pode observar na Região Centro e no Baixo Mondego também a Figueira da Foz apresenta, quer em 2011, quer em 2013, uma taxa de crescimento migratório negativa, expressando um número superior de saídas do Município (Emigração) quando comparadas com o número de entradas, isto é, de imigrantes.

<sup>28</sup> População média refere a população calculada pela média aritmética dos efetivos em dois momentos de observação, habitualmente em dois finais de anos consecutivos.

<sup>29</sup> <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/1712>

### 2.3.1. Inquérito à população imigrante

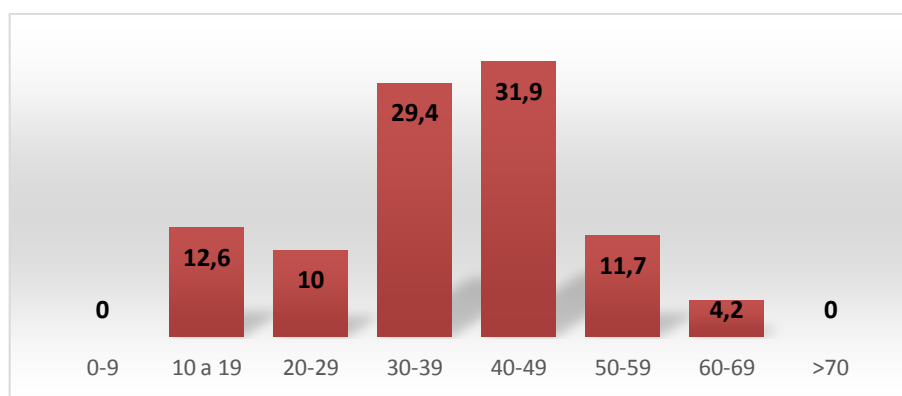
De forma a conhecermos um pouco melhor a população imigrante residente no Município da Figueira da Foz, foi elaborado um questionário estruturado em torno das 13 áreas temáticas identificadas pelo ACM, I.P., o qual foi passado a 119 indivíduos, entre os meses de março e maio de 2015, recorrendo para o efeito à colaboração dos vários parceiros do projeto e às redes de conhecimentos dos imigrantes envolvidos na elaboração do Plano Municipal para a Integração dos Imigrantes da Figueira da Foz.

#### 2.3.1.1. Caracterização demográfica

De acordo com os dados apurados a estrutura demográfica dos inquiridos, no que diz respeito à variável sexo, revela uma predominância do número de indivíduos do sexo feminino na globalidade dos inquiridos (46 homens contra 75 mulheres).

No que diz respeito à estrutura etária, é o intervalo 40-49 anos o que detêm uma maior representatividade (31,5%), logo seguido do intervalo 30-39 (29,4%), ou seja, os imigrantes residentes no Município da Figueira da Foz são predominantemente indivíduos em idade ativa.

Gráfico 18 - Distribuição dos imigrantes inquiridos por escalão etário



No que se reporta ao país de origem dos inquiridos, destacam-se o Brasil (37 inquiridos) e a Ucrânia (31 inquiridos). Na totalidade dos inquiridos, a esmagadora maioria são provenientes de Países Terceiros (113 inquiridos).

Quadro 36 - Distribuição dos imigrantes inquiridos por país de origem

País de Origem	Nº
Alemanha	1
Angola	2
Brasil	31
Cazaquistão	1
China	12
Cuba	6
Estados Unidos da América	1
França	2
Marrocos	4
Moldávia	2
Roménia	2
Rússia	9
São Tomé e Príncipe	7
Suíça	1
Ucrânia	37
Uzbequistão	1
<b>Total</b>	<b>119</b>

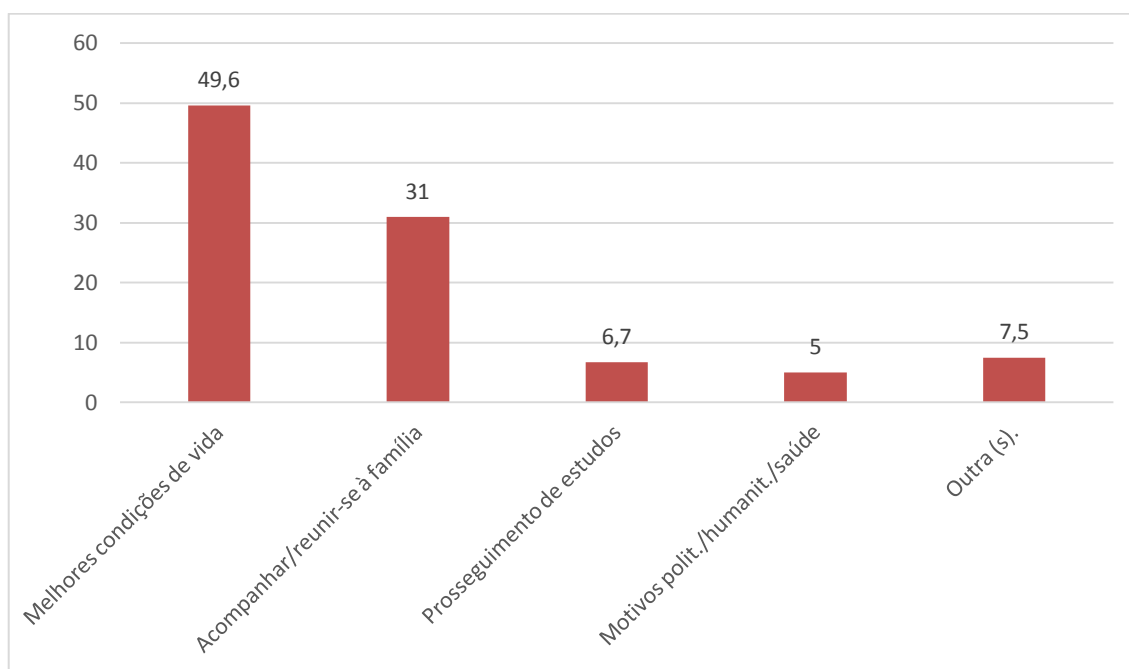
Da análise dos dados recolhidos verifica-se que a maioria dos inquiridos (84 inquiridos) reside em Portugal há mais de cinco anos.

Quadro 37 - Número de anos em Portugal

Nº de anos em Portugal	Nº
Menos de seis meses	8
Seis meses a um ano	2
Um a dois anos	4
Três a cinco anos	21
Mais de cinco anos	84
<b>Total</b>	<b>119</b>

Questionados acerca das razões que motivaram a sua saída do país de origem, os inquiridos referem sobretudo a procura de melhores condições de vida (49,6%) e o facto de acompanharem ou desejarem reunir-se à família (31%).

Gráfico 19 - Razões de saída do país de origem



Salienta-se ainda o facto de, embora a maioria dos inquiridos terem afirmado não ter pago a qualquer indivíduo ou organização para o “ajudar” a vir para Portugal (83 inquiridos), pelo menos 23 inquiridos assumem que o fizeram, sendo que 13 dos inquiridos optaram por não responder a esta questão.

No que concerne à forma como veio para Portugal, grande parte dos inquiridos indica que veio para o nosso país “acompanhado pela família, por meios próprios ou familiares”, sendo igualmente significativo o número de inquiridos que “veio sozinho, por meios próprios ou familiares”.

Quadro 38 - Forma como veio para Portugal

Forma como veio para Portugal	Nº
Sozinho, por meios próprios ou familiares	39
Acompanhado pela família, por meios próprios ou familiares	51
Sozinho, com ajuda de terceiros	12
Acompanhado pela família, com ajuda de terceiros	4
Em grupo, com ajuda de terceiros	10
Recrutado por um empregador português	2
Integrado em empresa com atividade em Portugal	0
Outro	1
<b>Total</b>	<b>119</b>

## Plano Municipal para a Integração de Imigrantes da Figueira da Foz

Em termos de documentação, atualmente e aquando da chegada a Portugal, os dados mostram que os documentos mais habituais de entrada no país são o Visto uniforme/Schengen (43 inquiridos) e o Visto de turista (30 inquiridos). No que refere à documentação atual, a grande maioria detém Autorização de Residência. De salientar que, quando questionados acerca da vontade de obter nacionalidade portuguesa, 61,3% dos inquiridos refere que sim, enquanto 21% dos inquiridos afirma que não.

**Quadro 39 - Documentação quando chegou a Portugal**

Tipo de Documento	Nº
Visto uniforme (Schengen)	43
Visto de curta duração	12
Visto de turista	30
Visto de trabalho	5
Visto de estudante	4
Incluído no passaporte dos pais	7
Outro tipo de visto/documento	0
Sem qualquer documento	9

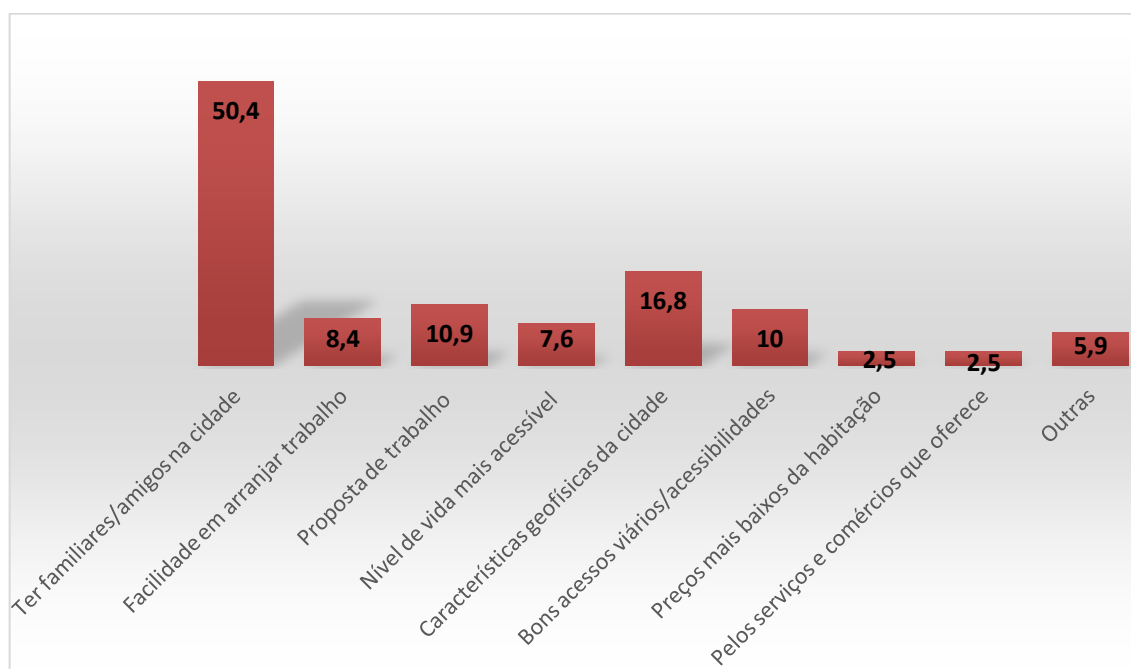
**Quadro 40 - Estatuto de permanência atual**

Estatuto de Permanência	Nº
Possuo autorização de residência	71
Possuo autorização de permanência	17
Possuo visto de estada temporária	10
Possuo visto de trabalho	0
Processo em resolução no SEF	3
Sem qualquer tipo de autorização	3
Outras situações	15

Numa abordagem à Figueira da Foz enquanto cidade de acolhimento, os inquiridos foram questionados acerca das razões da escolha deste Município, tendo a maioria das respostas indicado que foi o facto de terem familiares ou amigos na cidade (50,4%), sendo também relevantes as características geofísicas do Município (16,8%), o facto de terem tido uma proposta de trabalho na cidade (10,9%) e as suas boas acessibilidades (10%).



Gráfico 20 - Razões da escolha da Figueira da Foz enquanto cidade de destino



Nesta mesma perspetiva, e perante a questão, se “recomendariam ou não a Figueira da Foz como local de destino”, 57,1% dos inquiridos refere que sim, pela segurança, tranquilidade e qualidade de vida da cidade, enquanto 36,9% refere que não, apontando, de forma esmagadora, como motivação a falta de emprego no Município.

Quando questionados relativamente à perspetiva de trazer para Portugal familiares ou amigos que ainda estão no país de origem, 68,1% dos inquiridos responde que não, alegando a dificuldade na obtenção de emprego, enquanto 31,9% dos inquiridos afirma que sim, defendendo que “a Figueira da Foz é uma cidade bonita e com boas condições de vida”.

Os inquiridos que responderam afirmativamente a esta questão pretendiam, na sua maioria, trazer os filhos e/ou os pais para virem residir no Município da Figueira da Foz.

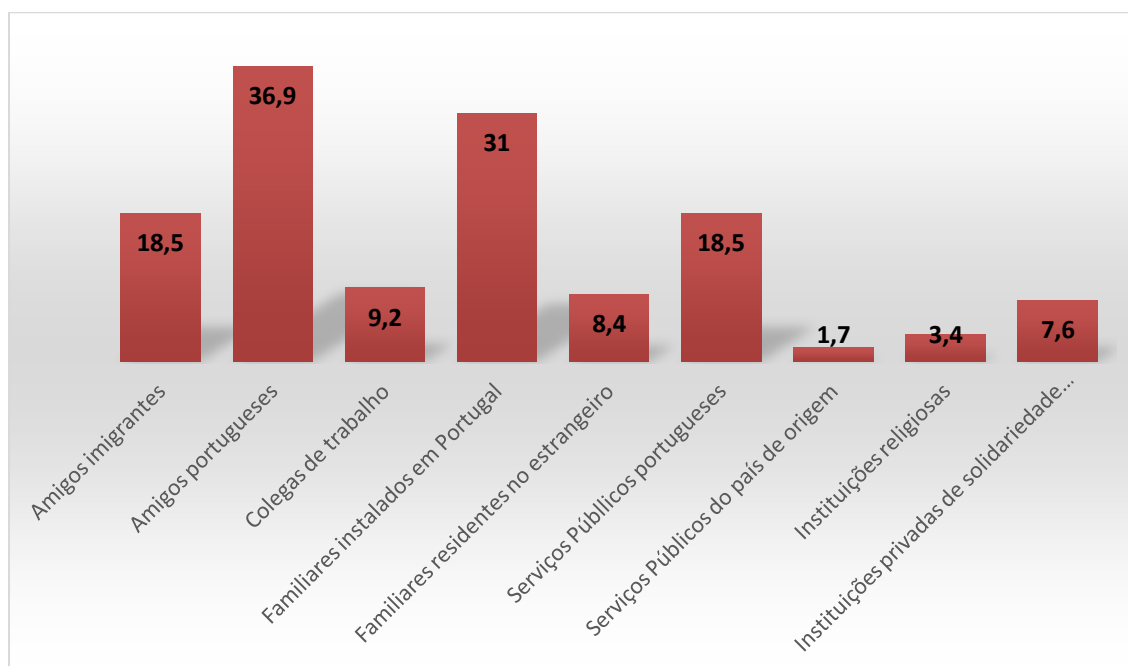
### 2.3.1.2. Serviços de Acolhimento e Integração; Urbanismo e Habitação; Solidariedade e Resposta Social; Saúde

A maior parte dos inquiridos (67,2%) refere já ter recebido algum tipo de ajuda desde que chegou a Portugal, sendo que 32,8% responderam que tal não se verificou na sua situação. Essas ajudas têm vindo sobretudo de familiares e amigos/conhecidos, do seu país de origem ou de portugueses (conforme se verifica no quadro 41). Esta tendência mantém-se quando questionados acerca de “a quem recorreriam numa situação de emergência”. Neste caso, as respostas indicam que seria prioritariamente a amigos portugueses (36,9%), familiares instalados em Portugal (31%) e amigos imigrantes (18,5%), destacando-se igualmente os serviços públicos portugueses (18,5%):

Quadro 41 - Principais fontes de ajuda aos imigrantes

Principais fontes de ajuda aos imigrantes	Nº
Familiares	45
Organizações de solidariedade social	6
Associações ligadas à Igreja	3
Amigos/conhecidos do seu país de origem	12
Amigos e conhecidos portugueses	37
Organizações do Estado	6
Associações de imigrantes	5
Outro	1
<b>Total</b>	<b>80</b>

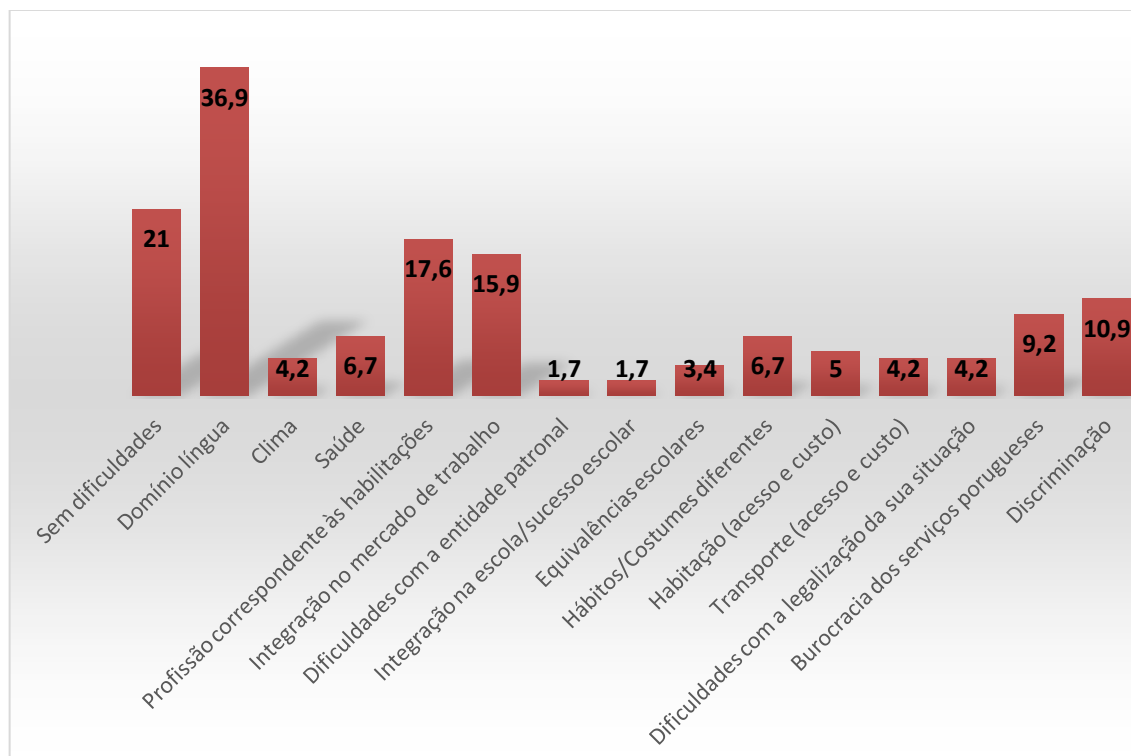
Gráfico 21 - Entidades a que recorreriam os imigrantes em situação de emergência



A esmagadora maioria dos inquiridos não são beneficiários de qualquer apoio social (92,4%) contando-se, entre os restantes (7,6%), 7 beneficiários de Rendimento Social de Inserção e 2 beneficiários de Subsídio por assistência a filho com deficiência ou doença crónica.

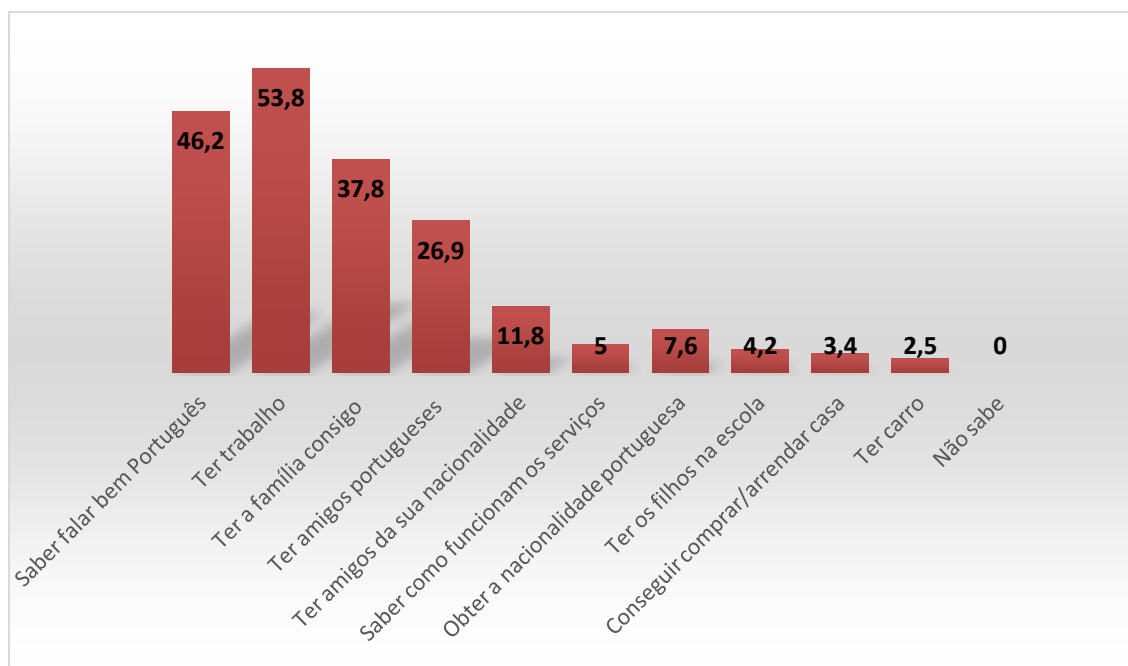
Questionados acerca da sua integração no Município, os inquiridos apontam como mais prementes as dificuldades relativas ao domínio da língua portuguesa (36,9%), obtenção de profissão correspondente às habilitações (17,6%) e a integração no mercado de trabalho (15,9%). De salientar que 21% dos inquiridos referem não sentir qualquer dificuldade na adaptação ao Município.

Gráfico 22 - Principais dificuldades na adaptação ao Município



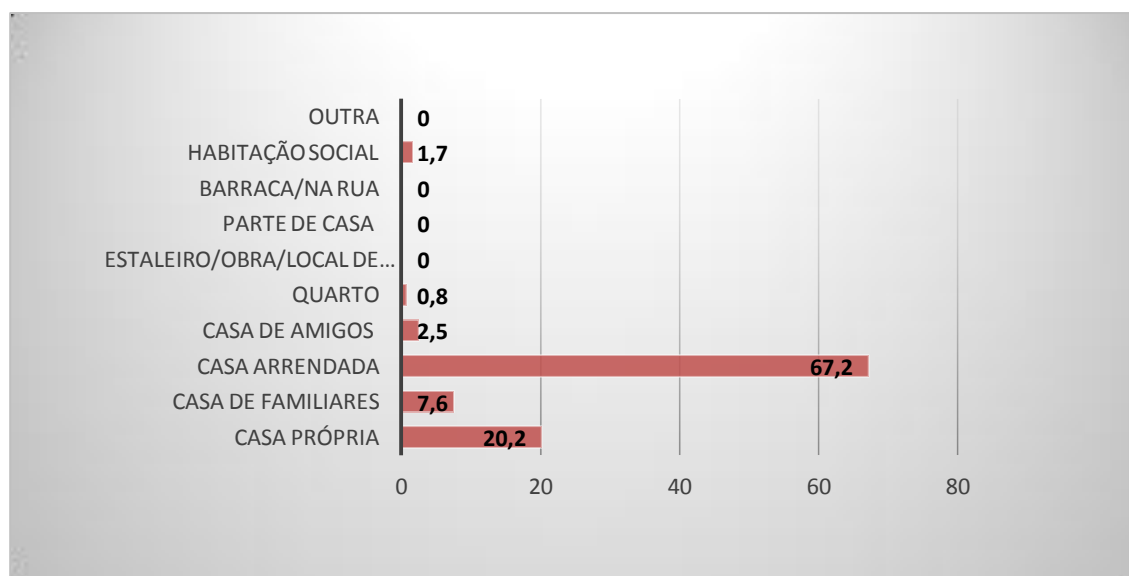
Neste mesmo âmbito, é apresentado como prioritário para a melhoria da adaptação e integração no Município ter trabalho (53,8%), saber falar bem português (46,2%), ter a família consigo (37,8%) e ter amigos portugueses (26,9%).

Gráfico 23 - Prioridades para a adaptação ao Município



Em matéria de habitação, regista-se o facto de a maioria dos inquiridos residir em casa arrendada (67,2%). Todas as demais categorias, à exceção daquela que refere casa própria (20,2%) e casa de familiares (7,6%), podem ser consideradas residuais em matéria de respostas obtidas.

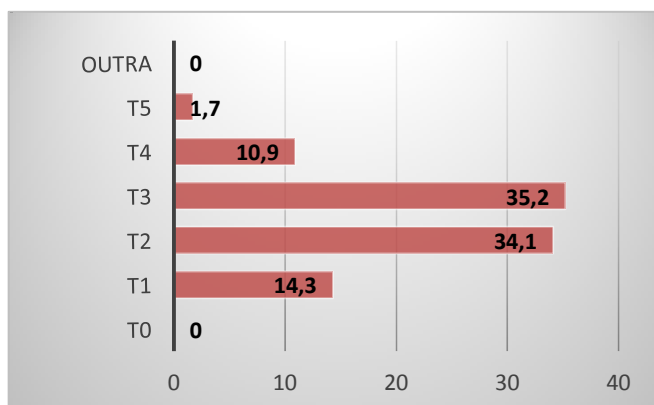
Gráfico 24 - Tipo de Alojamento



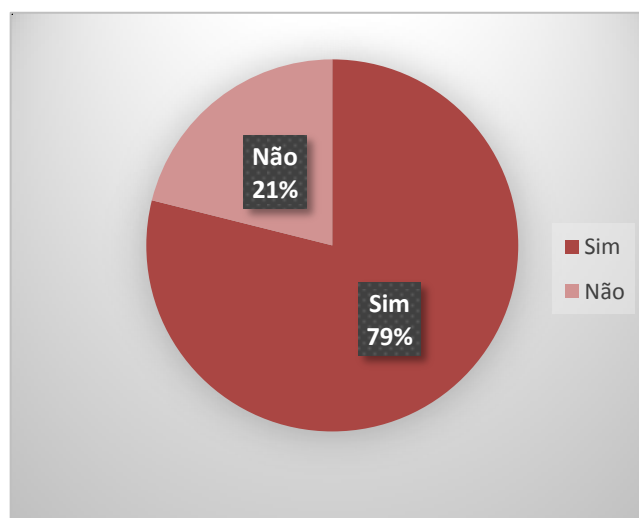
Em termos de distribuição por freguesia dos inquiridos, é possível concluir que a maioria (70%) reside na zona urbana do concelho (Buarcos-São Julião, São Pedro, Vila Verde e Tavarede), com especial representatividade na freguesia de Buarcos - São Julião (58%).

No que refere à tipologia das habitações, verifica-se que os inquiridos residem sobretudo em habitações T2 (34,1%) ou T3 (35,2%), sendo que 79% consideram que as condições da sua habitação estão adequadas às suas necessidades enquanto em 21% dos casos tal não se verifica.

**Gráfico 25 - Tipologia da habitação**

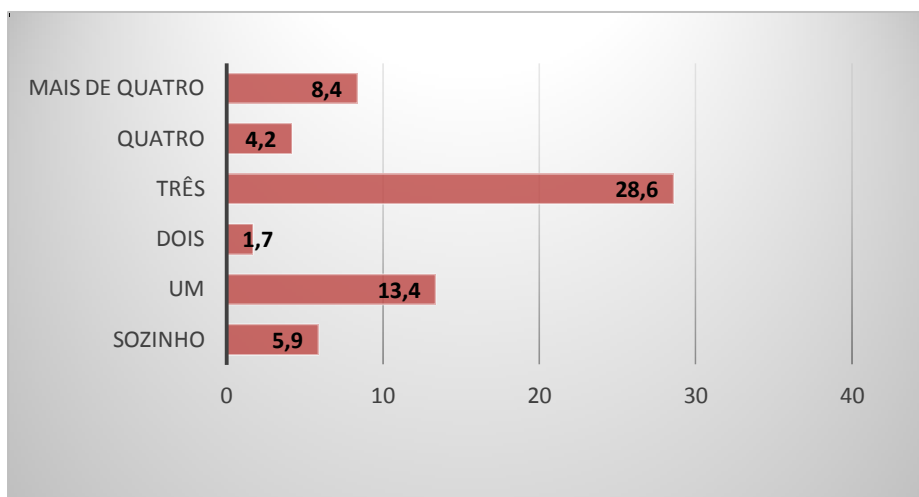


**Gráfico 26 - Adequação da habitação às necessidades**



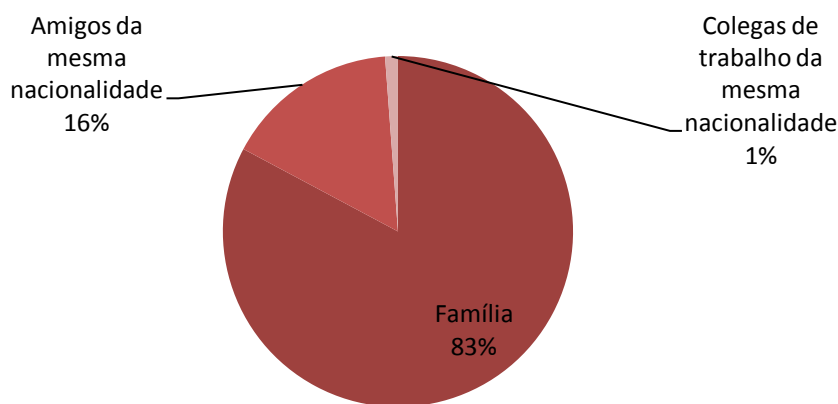
Ainda neste âmbito, os inquiridos foram questionados acerca do número de pessoas com quem partilham a habitação, tendo sido igualmente solicitado que indicassem se essas pessoas são familiares, amigos ou colegas de trabalho, bem como quais as suas nacionalidades. Verifica-se, assim que, no que refere ao número de pessoas com quem partilha habitação, as respostas com maior frequência são com uma pessoa (13,4%), três pessoas (28,6%) ou mais de quatro pessoas (8,4%).

Gráfico 27 - Número de pessoas com quem os inquiridos partilham habitação



Na sua maioria, os inquiridos partilham habitação com familiares (83%), 16% referem partilhar habitação com amigos da mesma nacionalidade e 1% dos inquiridos com colegas da mesma nacionalidade.

Gráfico 28 - Pessoas com quem os inquiridos partilham habitação



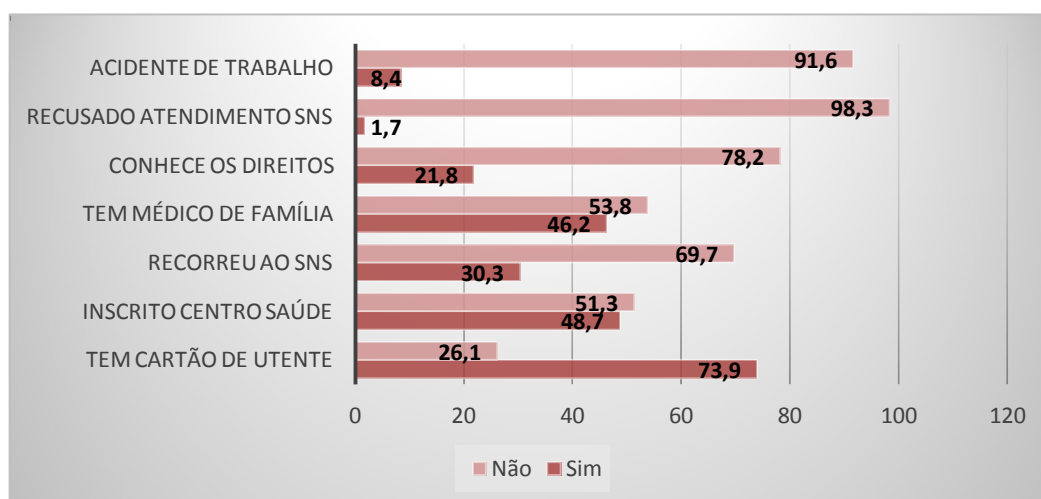
Abordadas as questões em matéria de acesso à saúde, os inquiridos indicam, na sua maioria, serem portadores de cartão de utente (73,9%) sendo que, apenas 26,1% dos inquiridos não têm cartão de utente. Por outro lado, verifica-se que 51,3% dos inquiridos não se encontram inscritos no Centro de Saúde da sua área de residência. De entre os 48,7% inquiridos que estão inscritos Centro de Saúde da sua área de residência, 75,8% pertencem ao Centro de Saúde de Buarcos, 13,7% ao Centro de Saúde de São Julião e os restantes 12% distribuem-se pelas Unidades de Saúde de Alhadas, Paião, Quiaios e São Pedro. Por sua vez, 30,3% dos inquiridos afirmam que já recorrem ao Serviço Nacional de Saúde, maioritariamente por motivos de doença, cirurgia ou rotina, em oposição aos que afirmam nunca ter recorrido a este serviço (69,7%).

No que refere à atribuição de médico de família, 46,2% indicam que têm médico de família atribuído, enquanto 53,8% não se encontram nesta situação.

Quando questionados relativamente aos direitos no que refere à saúde, apenas 21,8% dos inquiridos afirmam ter conhecimento desses direitos, em oposição aos 78,2% que dizem não disporem desse conhecimento.

As situações de recusa de atendimento no Serviço Nacional de Saúde foram narradas apenas por 1,7% dos inquiridos, tendo sido motivadas por questões de falta de documentação. De igual modo, também os inquiridos que sofreram acidentes de trabalho se circunscrevem a 8,4% do universo dos inquiridos.

Gráfico 29 - Acesso à saúde

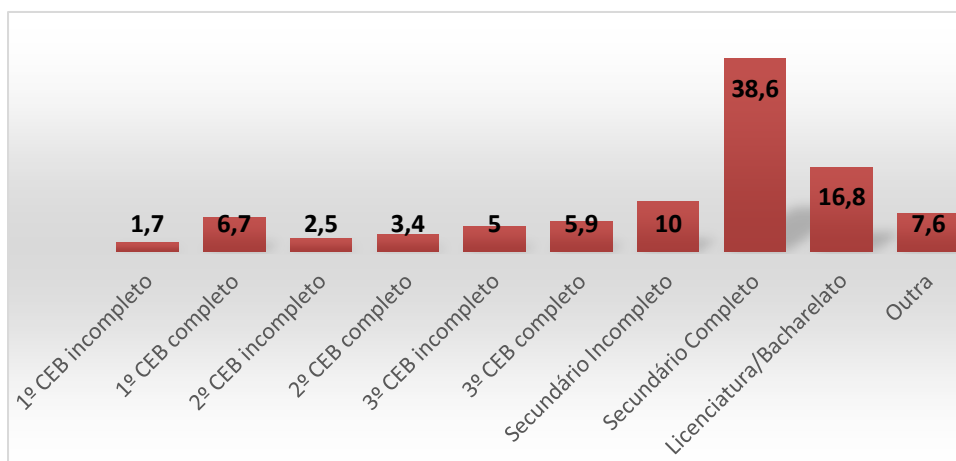


### 2.3.1.3. Mercado de Trabalho e Empreendedorismo; Educação e Língua; Capacitação e Formação

Em matéria de qualificações escolares os inquiridos detêm, na sua grande maioria, a escolaridade mínima obrigatória em Portugal (considerado o 12.º ano).

Na globalidade, 38,9% dos inquiridos detêm o nível de ensino secundário, 16,8% licenciatura/bacharelato e 7,6% grau superior a licenciatura/bacharelato.

Gráfico 30 - Nível de escolaridade (%)



Salienta-se o facto de serem menos frequentes as situações em que os inquiridos têm validadas para Portugal as suas habilitações literárias (41,1%), sendo que na sua maioria (58,8%) tal não se verifica.

Em matéria de empregabilidade, averiguou-se acerca da situação profissional dos inquiridos no seu país de origem, tendo-se verificado que 33,6% se encontravam em situação de desemprego e 66,4% empregados, nas áreas elencadas no quadro seguinte.

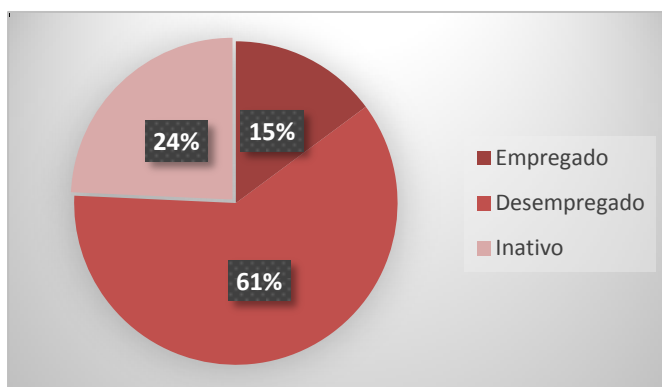


Quadro 42 - Profissões dos inquiridos no país de origem

Profissão no país de origem	Nº
Advogado/a	1
Agricultor/a	1
Artesã/o	1
Bombeiro/a	1
Comerciante	11
Contabilista	3
Coordenador/a Registo Civil	1
Costureiro/a	1
Diretor/a de laboratório	1
Doméstico/a	1
Economista	1
Empregado/a de escritório	4
Empregado/a do ramo hoteleiro	1
Enfermeiro/a	4
Engenheiro/a	1
Estudante	10
Gestor/a financeiro	1
Vendedor/a Imobiliário	1
Informático(a)	2
Massagista	1
Motorista	1
Operário/a fabril	6
Pescador/a	2
Professor/a	13
Rececionista	2
Cozinheiro/a /Empregado/a de mesa	7
Total	79

A tendência, no que concerne à empregabilidade dos inquiridos no presente, remete para uma maior frequência de situações de desemprego (52,9%) face às de emprego (33,6%), sendo que 13,4% dos inquiridos são considerados inativos.

Gráfico 31 - Situação profissional atual dos inquiridos



Na sua maioria (68.3%), os inquiridos em situação de desemprego, encontram-se inscritos no Centro de Emprego da Figueira da Foz.

No que diz respeito às profissões atuais dos inquiridos, a realidade é visivelmente menos ampla e diversificada do que a verificada nas profissões exercidas nos países de origem, destacando-se as profissões relacionadas com a área da restauração (Cozinheiro/a /Empregado/a de mesa - 11 inquiridos), do comércio (Comerciante - 9 inquiridos) e serviços de limpeza (Empregado/a de limpeza - 7 inquiridos) como sendo as categorias com maior representatividade no universo de pessoas inquiridas.

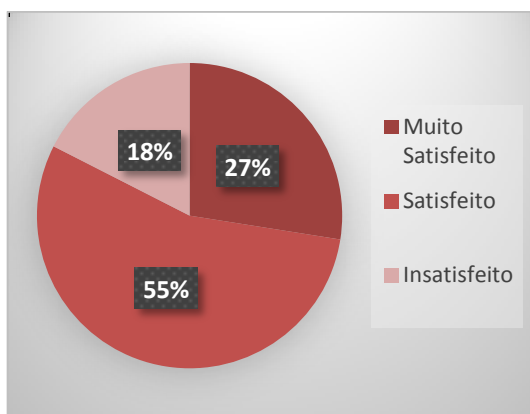
Quadro 43 - Profissão atual dos inquiridos

Profissão	Nº
Cabeleireiro/a	2
Caixeiro/a	1
Comerciante	9
Costureiro/a	1
Cozinheiro/a /Empregado/a mesa	11
Empregado/a de limpeza	7
Motorista pesados	1
Operário/a da construção civil	3
Operário/a fabril	5
<b>Total</b>	<b>40</b>

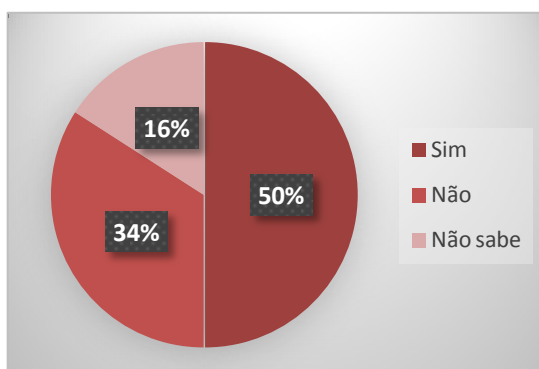
Aos inquiridos que se encontram empregados foi questionado o seu grau de satisfação com a profissão exercida e a perceção que têm relativamente à equidade salarial comparativamente aos autóctones. Nestas questões, constata-se que a maioria dos inquiridos empregados afirma estar

satisfeito com a profissão exercida (55%), 27,5% dizem estar muito satisfeitos enquanto que, apenas 17,5% diz estar insatisfeito. É ainda possível verificar que a maioria dos inquiridos empregados considera que existe equidade salarial entre imigrantes e autóctones (55%).

**Gráfico 32 - Grau de satisfação com a profissão exercida**

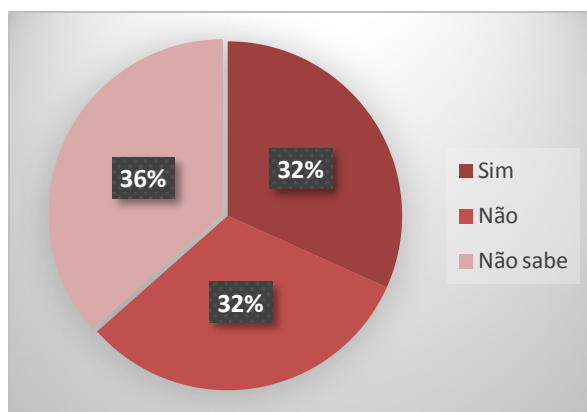


**Gráfico 33 - Equidade salarial**



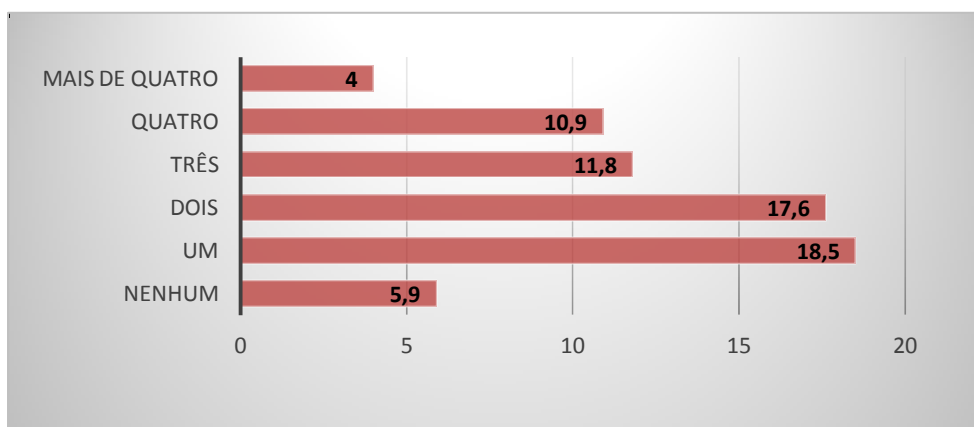
Por sua vez, os inquiridos desempregados mostram-se bastante divididos relativamente ao facto de, “serem imigrantes” constituir uma barreira no acesso ao emprego, considerando 31,7% que sim e outros 31,7% que não, existindo 36,5% que não sabe.

Gráfico 34 - Barreira no acesso ao emprego



Explorando o percurso laboral dos inquiridos, averiguando o número de empregos que já tiveram desde que estão em Portugal, é possível constatar que as respostas de maior frequência são um (18,5%), dois (17,6%) e mais de três (11,8%)

Gráfico 35 - Número de empregos em Portugal (%)



Tal como se verifica nas profissões atuais dos inquiridos, também se destacam, na questão relativa ao primeiro emprego em Portugal, as áreas da restauração (Cozinheiro/a /Empregado/a de mesa - 30 inquiridos), serviços de limpeza (Empregado/a de limpeza - 22 inquiridos), comércio (Comerciante - 15 inquiridos), mas igualmente da indústria (Operário/a fabril - 12 inquiridos) e construção (Operário/a da construção civil - 8 inquiridos).

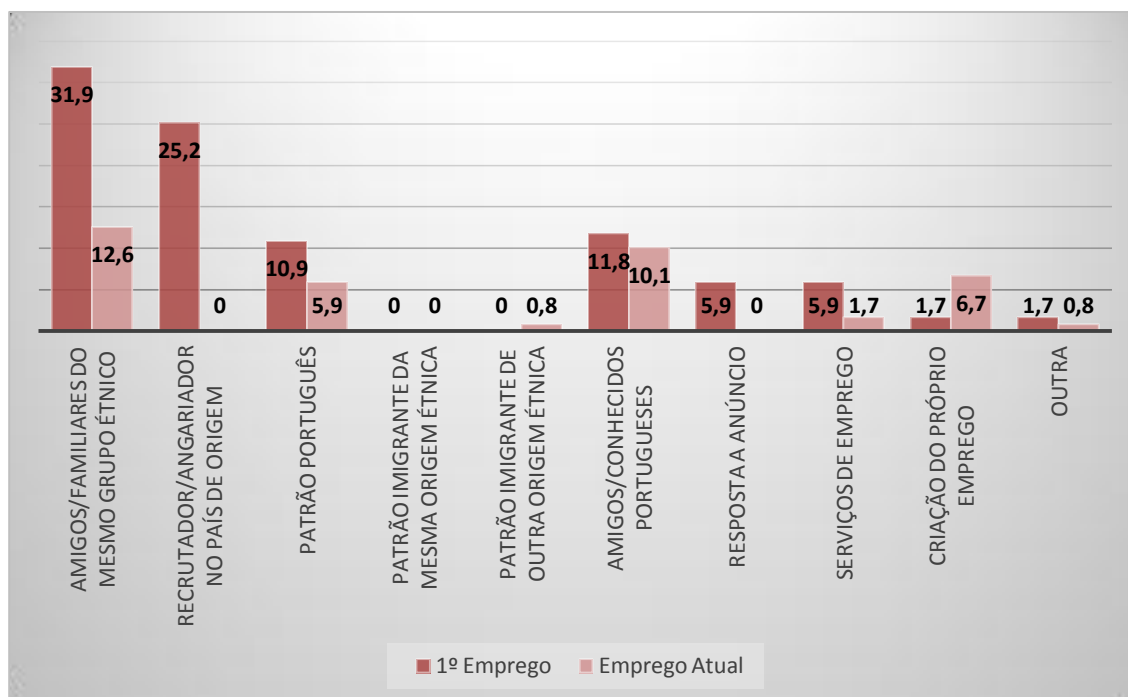
**Quadro 44 - Primeiro emprego em Portugal**

Profissão	Número
Carpinteiro/a	1
Comerciante	15
Cozinheiro/a /Empregado/a de mesa	30
Empregado/a de empresa publicidade	1
Empregado/a de limpeza	22
Empregado/a do ramo hoteleiro	3
Funcionário/a Público/a	6
Jardineiro/a	2
Mecânico/a	1
Operário/a da construção civil	8
Operário/a fabril	12
Padeiro/a	1
Pescador/a	1
Pintor/a	1
Prestador/a de cuidados a idosos	2
Professor/a	1
Serralheiro/a	1
Não responde	11
<b>Total</b>	<b>119</b>

Relativamente à forma de obtenção de emprego em Portugal, constata-se que o primeiro emprego dos inquiridos foi obtido sobretudo através de amigos/familiares do mesmo grupo étnico (31,9%), recrutador/angariador no país de origem (25,2%) ou amigos/conhecidos portugueses (11,8%).

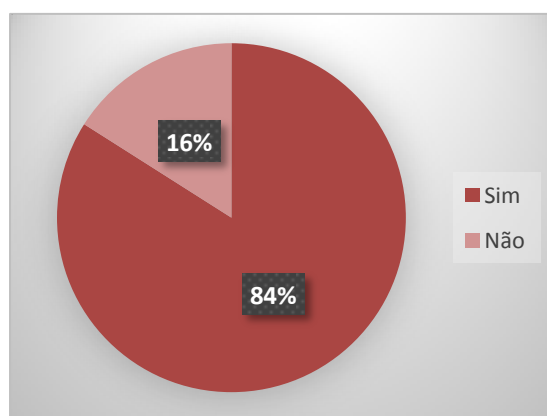
Por sua vez, no que refere ao emprego atual, surge novamente como sendo a mais representativa a categoria amigos/familiares do mesmo grupo étnico (12,6%) e amigos/conhecidos portugueses (10,1%).

Gráfico 36 - Forma de obtenção de emprego em Portugal



A esmagadora maioria dos inquiridos nunca trabalhou nenhuma temporada no estrangeiro depois de ter vindo para Portugal (84%) sendo que, os 16% que respondem afirmativamente a esta questão, indicam ter trabalhado em Espanha.

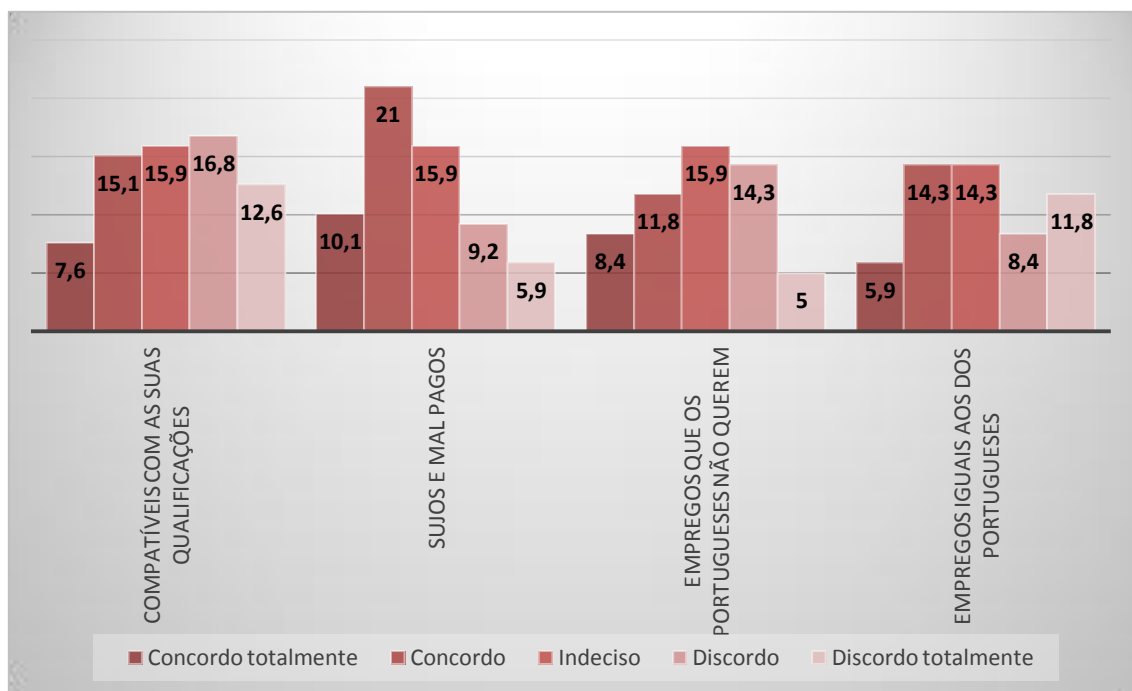
Gráfico 37 - Trabalho no estrangeiro desde que reside em Portugal



Procurando caracterizar a perspetiva dos inquiridos acerca dos empregos disponíveis para os imigrantes em Portugal, verificamos que, relativamente ao facto de serem compatíveis com as suas qualificações, as respostas dividem-se, tendo maior frequência a resposta “Discordo”. Quando questionados se estes empregos são “sujos e mal pagos”, 21% dos inquiridos tendem a concordar. Já nas restantes questões, as respostas tendem a dividir-se, destacando-se, no entanto, a resposta

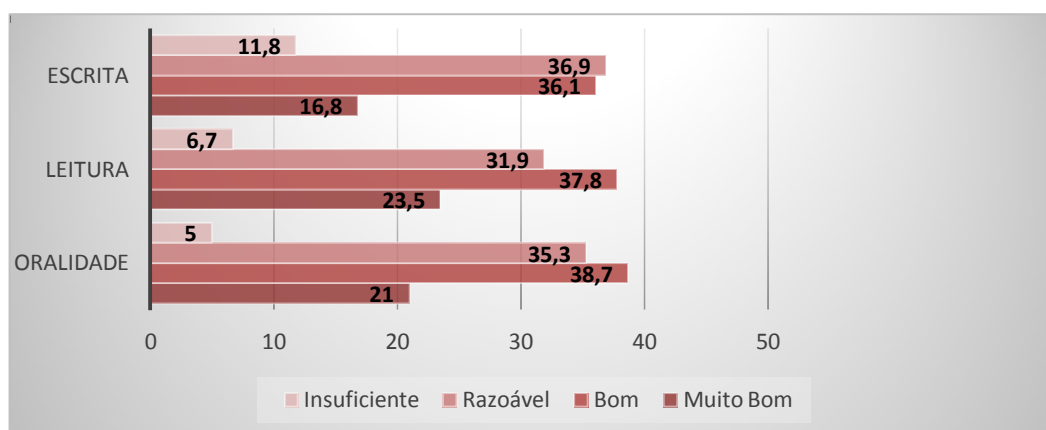
“Indeciso” quando questionados sobre se são empregos que os portugueses já não querem (15.9%), e das respostas “Concordo” e “Indeciso” na questão de estes serem empregos iguais aos dos portugueses.

Gráfico 38 - Perspetiva acerca dos empregos disponíveis para imigrantes em Portugal



No que diz respeito à língua portuguesa e ao conhecimento que os inquiridos detêm da mesma, a grande maioria classifica-o como bom ou razoável, nas três áreas consideradas (oralidade, leitura e escrita), tendo sido aprendido sobretudo em contextos informais, sozinho, com amigos ou colegas de trabalho (70,5%) e em, 29,4% das situações, na escola ou em cursos de português.

Gráfico 39 - Domínio da língua portuguesa



#### 2.3.1.4. Cultura; Cidadania e Participação Cívica; Religião

As respostas analisadas em matéria de cidadania e participação cívica prendem-se, fundamentalmente, com a participação em atividades de cariz social, comunitário, recreativo ou associativo, bem como o conhecimento de associações promovidas por imigrantes.

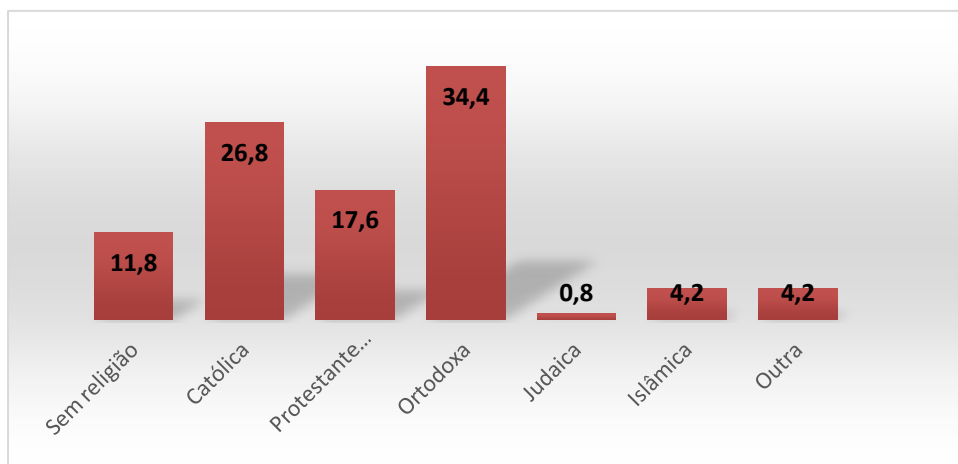
Neste contexto, 85,7% dos inquiridos não participa habitualmente em nenhuma das atividades referidas sendo que, aqueles que participam (14,3%) fazem-no sobretudo em atividades promovidas por igrejas, associações de imigrantes ou pelas escolas.

No que refere ao conhecimento de associações promovidas por imigrantes, 94% dos inquiridos afirma não ter conhecimento de qualquer associação deste tipo, enquanto que 5,9% indicam conhecer associações de imigrantes.

Em matéria de recenseamento eleitoral e exercício do direito de voto nas eleições locais do Município, a grande maioria dos inquiridos (78,2%) não se encontra recenseado e não exerce esse direito (92,4%) sendo que, apenas 21,8% dos inquiridos está recenseado e 7,6% participa em atos eleitorais.

As religiões com maior frequência entre os inquiridos são a Ortodoxa (34,4%), a Católica (26,8%) e a Protestante Evangélica (17,6%).

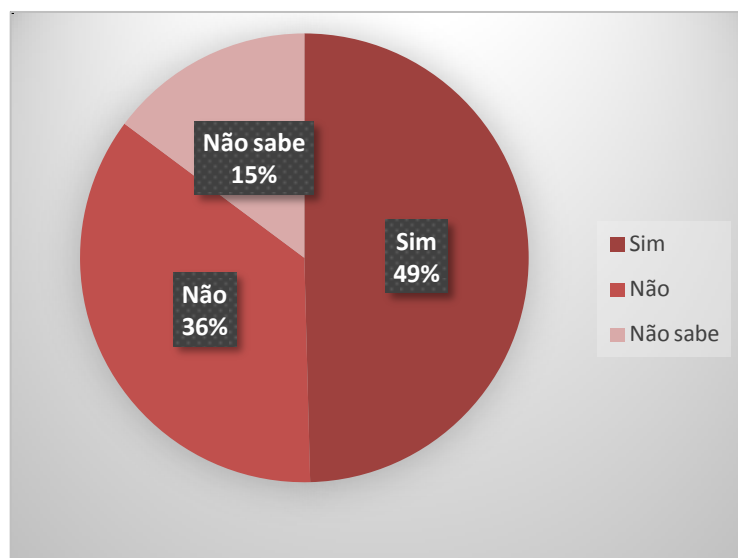
Gráfico 40 - Religiões professadas pelos inquiridos



Questionados acerca da existência de locais de culto para a prática das religiões professadas, os inquiridos referem, na sua maioria, que sim (49%), 36% respondem que não e 15% respondem que não sabem.



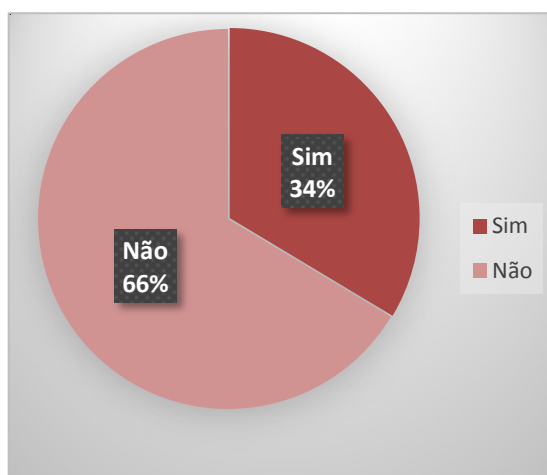
Gráfico 41 - Locais de culto para prática da religião professada pelos inquiridos



#### 2.3.1.5. Media e Sensibilização da Opinião Pública; Racismo e Discriminação; Relações Internacionais

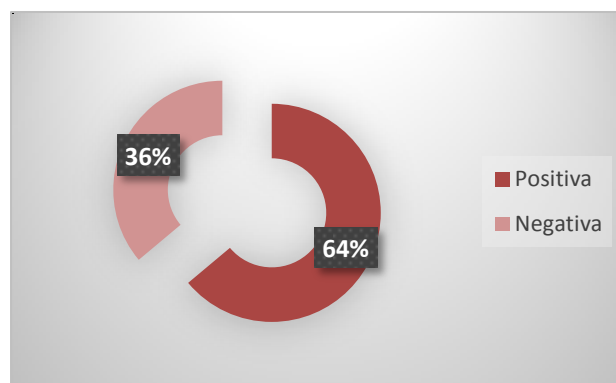
Quando questionados sobre temas relativos ao racismo e à discriminação, a maioria dos inquiridos (66,4%) refere que nunca se sentiu discriminado por motivos raciais ou étnicos em Portugal, enquanto 33,4% refere ter conhecimento ou já ter sido alvo de discriminação, no trabalho, na escola, nas instituições públicas, bem como no quotidiano ou no convívio com os autóctones.

Gráfico 42 - Conhecimento de situações de racismo ou discriminação (%)



Por fim, procurando averiguar, na ótica dos inquiridos, qual a perspetiva dos munícipes face à imigração, a maioria das respostas apontam para que esta seja uma visão positiva (63,9%), enquanto 36,1% consideram que esta será uma perspetiva negativa.

Gráfico 43 - Perspetiva dos munícipes face à imigração, segundo os inquiridos



#### 2.3.1.6. Principais conclusões

Em termos **demográficos**, o universo de inquiridos revela uma maior representatividade de indivíduos do sexo feminino e de indivíduos em idade ativa. No que se reporta à naturalidade dos inquiridos, Ucrânia e Brasil surgem como os países com um maior número de respostas.

A **entrada em Portugal** teve por base, na maioria dos casos, o visto de “Schengen” ou o visto de “turista”, mas, atualmente, praticamente todos os inquiridos têm a sua situação regularizada, sendo maioritária a intenção de obtenção de nacionalidade portuguesa.

A análise dos **motivos de saída do país de origem** dos inquiridos neste estudo revela que estes estão essencialmente relacionados com a procura de melhores condições de vida e reagrupamento familiar.

Nesta mesma linha, a escolha da **Figueira da Foz**, enquanto cidade de acolhimento, é marcada sobretudo pelo facto de os inquiridos terem familiares e amigos na cidade, bem como pelas suas características geofísicas.

A Figueira da Foz é considerada, pela maioria dos inquiridos, como uma cidade com uma boa qualidade de vida e segura, no entanto, há alguma unanimidade na referência à falta de emprego.

No que refere ao **acolhimento e integração**, o domínio da língua portuguesa é assinalado com grande destaque como uma das principais dificuldades na adaptação ao Município, logo seguido da dificuldade em encontrar emprego compatível com as suas qualificações. Neste sentido, os inquiridos destacam a importância do domínio da língua portuguesa, da integração no mercado de trabalho, de ter a família consigo e de ter amigos portugueses na sua integração e adaptação ao Município.

Considerando a área da **solidariedade e resposta social** retém-se que a esmagadora maioria dos inquiridos não beneficia de qualquer apoio social nem tem como prática comum recorrer às respostas sociais existentes no Município, procurando habitualmente auxílio sobretudo junto de familiares e amigos.

Em matéria de **urbanismo e habitação**, conclui-se que os inquiridos habitam maioritariamente em casas arrendadas que partilham com familiares, mostrando-se satisfeitos com a sua situação habitacional.

No respeitante ao acesso à **saúde**, embora a quase totalidade dos inquiridos seja portadora de cartão de utente, são significativos os casos de inquiridos sem inscrição no Centro de Saúde, sem médico de família e que não conhecem os seus direitos nesta matéria.

Relativamente à **educação e língua**, estes são indivíduos escolarizados, assumindo os níveis de ensino secundário e superior o maior destaque, e detêm um bom nível de conhecimento da língua portuguesa.

Em termos de **mercado de trabalho**, regista-se algum desfasamento entre as ocupações profissionais dos inquiridos nos países de origem e as suas ocupações profissionais em Portugal, onde se denota alguma concentração relativa em atividades pouco qualificadas como é o caso de operário fabril, empregado de limpeza, comerciante, operário da construção civil, entre outros.

No campo da **religião**, evidenciam-se as religiões Católica e Ortodoxa, apontando a totalidade de praticantes desta última a inexistência de um espaço de culto para a sua prática no concelho.

Ao nível da **cultura, cidadania e participação cívica** é francamente expressiva a não participação política dos inquiridos, não estando na sua maioria recenseados, bem como o seu alheamento das manifestações de cariz associativo, cultural, recreativo e social locais.

Existe um número significativo de respostas que apontam para a existência de situações de **racismo e discriminação** a vários níveis no concelho, embora, na sua maioria, os inquiridos refiram que, em matéria de **opinião pública**, a perspetiva dos munícipes face à imigração é positiva.

## **2.4. Necessidades Identificadas na comunidade imigrante**

De forma a complementar o diagnóstico social elaborado e para melhor conhecer as necessidades identificadas pelos imigrantes bem como pelos vários serviços/instituições que de perto trabalham com esta população foram realizados os seguintes *Focus Group*:

- *Focus Group* Imigrantes - 18 de março de 2015
- *Focus Group* Entidades/Imigrantes - 20, 23 e 27 de março de 2015

Dos vários *Focus Group* realizados foi possível identificar um conjunto de dificuldades e necessidades da população imigrante no concelho, em cada área de intervenção.

Abaixo apresenta-se a síntese desse trabalho:

Plano Municipal para a Integração de Imigrantes da Figueira da Foz

Áreas	Necessidades Identificadas pelos Imigrantes	Necessidades Identificadas pelos Parceiros
Serviços de Acolhimento e Integração	<p>Dificuldades ao nível das relações institucionais: entraves na obtenção de informações, prestação de informações contraditórias, burocracia dos serviços;</p> <p>Necessidade de investimento na capacitação dos recursos humanos dos serviços públicos, nas questões relacionadas com a imigração.</p>	<p>Inexistência de uma estrutura permanente de apoio ao acolhimento e integração de imigrantes, após o término do Projeto “Foz do Mundo” - Ação 1 FEINPT;</p> <p>Lacunas na formação específica dos técnicos dos serviços públicos e outras entidades no atendimento a população imigrante;</p> <p>Inexistência de um Kit de Acolhimento ou materiais específicos com informações úteis para os imigrantes, traduzido em várias línguas;</p> <p>Inexistência de um diagnóstico social acerca da população imigrante do concelho;</p> <p>Custos elevados dos procedimentos de legalização;</p> <p>Dificuldades no atendimento e análises de processos decorrentes das barreiras linguísticas.</p>
Urbanismo e Habitação	<p>Dificuldades no acesso à habitação: preços elevados do arrendamento; dificuldade no acesso a habitação social.</p> <p>Necessidade de reforçar a rede de transportes públicos: escassez de transportes públicos, especialmente ao fim de semana; horários desadequados.</p>	<p>Dificuldades na atribuição de habitação social tendo em conta a disparidade entre os recursos existentes e agregados em lista de espera;</p> <p>Situações de sobrelotação de habitação comum nas comunidades imigrantes.</p>
Solidariedade e Resposta Social	<p>Acesso aos Apoios Sociais (ausência de respostas de emergência e demora na análise dos processos);</p> <p>Desconhecimento acerca das respostas sociais disponíveis no Município;</p> <p>Necessidade de criação de respostas sociais de cariz imediato para situações de emergência.</p>	<p>Carência económica, carência alimentar e dificuldades no acesso à habitação;</p> <p>Necessidade de uma maior efetivação do trabalho em rede em situações multiproblemáticas;</p> <p>Respostas sociais sobretudo circunscritas ao apoio alimentar;</p> <p>Número significativo de famílias monoparentais sem suporte;</p> <p>Diferenças culturais criam dificuldades na abordagem a algumas problemáticas, como a negligência familiar, o abandono escolar, entre outras.</p>
Saúde	<p>Dificuldades no acesso à Saúde: limite do número de utentes por médico;</p> <p>Dificuldades de obtenção de médico de família, distância dos Centros de Saúde às residências.</p>	<p>Inexistência de informação relativa ao sistema de saúde, em várias línguas, nos serviços de saúde do Município;</p> <p>Desconhecimento por partes dos profissionais das especificidades culturais que possam ter influência na sua abordagem aos pacientes;</p> <p>Desconhecimento dos imigrantes acerca dos Direitos sociais na doença;</p> <p>Desconhecimento da legislação específica pelos profissionais de saúde.</p>

*Plano Municipal para a Integração de Imigrantes da Figueira da Foz*

Áreas	Necessidades Identificadas pelos Imigrantes	Necessidades Identificadas pelos Parceiros
<b>Mercado de Trabalho</b>	Acesso ao mercado de trabalho, precariedade e irregularidades contratuais (exploração, ausência de contrato de trabalho, discriminação); Ofertas de trabalho locais maioritariamente circunscritas à restauração geram dificuldades na integração de imigrantes com filhos e sem suporte familiar; Existência de desigualdades a nível salarial entre portugueses e imigrantes.	Taxa de desemprego mais elevada entre a comunidade imigrante; Maiores dificuldades dos imigrantes no acesso ao emprego, sobretudo ao emprego qualificado; Escasso domínio das ferramentas de procura ativa de trabalho; Desconhecimento da Legislação Laboral; Situações de precariedade laboral/trabalho não declarado; Desconhecimento das Medidas de Apoio à Criação do Próprio Emprego.
<b>Capacitação e Formação</b>	Dificuldades no processo de reconhecimento de Habilitações Escolares e Profissionais.	Dificuldades no processo de reconhecimento de Habilitações Escolares e Profissionais.
<b>Educação e Língua</b>	Insuficiência nos apoios aos estudantes; Dificuldades no acesso ao ensino da língua portuguesa.	Absentismo e abandono escolar significativos; Famílias pouco ativas no processo educativo; Deficiente especialização dos recursos humanos na área da imigração.
<b>Cultura</b>	Necessidade de contrariar a sazonalidade da oferta cultural da cidade; Dificuldades de obtenção de trabalho para artistas profissionais estrangeiros.	Necessidade de integrar a comunidade imigrante nos eventos culturais promovidos no Município, proporcionando oportunidades de dar visibilidade a artistas/grupos culturais de diferentes países de origem.
<b>Media e Sensibilização da Opinião Pública</b>	Persistência da existência de alguma intolerância dos figueirenses relativamente à diversidade cultural; Necessidade de criar mais oportunidades de convívio entre população autóctone e imigrante.	---
<b>Racismo e Discriminação</b>	Testemunhos de várias situações de racismo e discriminação.	Perceção da existência de algumas posições discriminatórias face a determinadas nacionalidades.
<b>Cidadania e Participação Cívica</b>	Necessidade da criação de Associação de Imigrantes; Alheamento do exercício da cidadania e participação cívica a nível nacional e local.	Reduzido número de imigrantes recenseados no Município; Necessidade da criação de Associação de Imigrantes.
<b>Religião</b>	Persistência de alguma intolerância relativamente à diversidade religiosa.	---
<b>Relações Internacionais</b>	Acordos/Protocolos entre Portugal e outros países: disparidade entre informação prestada no país de origem e a realidade encontrada.	Necessidade de efetivar articulação com entidades oficiais para a agilização da resolução de questões ligadas à documentação.

### 3. Plano Municipal para a Integração de Imigrantes da Figueira da Foz

#### 3.1. Dimensão estratégica

Áreas	Objetivos Estratégicos/ Gerais	Indicadores	Estratégias
Serviços de Acolhimento e Integração	<p>Reforço e melhoria das respostas de Acolhimento e Integração de Imigrantes;</p> <p>Capacitação e Qualificação de Técnicos para a Acolhimento e Integração de Imigrantes;</p> <p>Reforço do conhecimento da comunidade imigrante residente no Município;</p> <p>Empowerment dos imigrantes na promoção da melhoria das respostas de acolhimento e integração.</p>	<p>Existência de estruturas específicas de apoio à integração de imigrantes;</p> <p>Nº de técnicos capacitados;</p> <p>Nº de imigrantes envolvidos nas ações de promoção das respostas de acolhimento e integração.</p>	<p>Mobilização das entidades parceiras, da sociedade de acolhimento e da população imigrante para a importância do acolhimento e integração dos imigrantes no Município;</p> <p>Criação de estruturas específicas de apoio à integração de imigrantes;</p> <p>Promoção de ações de capacitação de técnicos;</p> <p>Realização de Recenseamento de Cidadãos Imigrantes.</p>
Urbanismo e Habitação	<p>Promoção de integração de imigrantes na área da habitação.</p>	<p>Nº de imigrantes integrados em habitação social;</p> <p>Nº de imigrantes identificados em situação de precariedade habitacional.</p>	<p>Divulgação de informação, em várias línguas, e prestação de suporte no acesso a habitação social, medidas e programas nacionais de apoio ao arrendamento.</p>
Solidariedade e Resposta Social	<p>Promoção do acesso dos imigrantes aos serviços públicos, respostas sociais e projetos existentes no Município;</p> <p>Envolvimento das Comissões Sociais de Freguesia no apoio social a imigrantes em situação de carência económica;</p> <p>Apoio ao imigrante Sobreendividado.</p>	<p>Nº de imigrantes apoiados pelas Comissões Sociais de Freguesia;</p> <p>Nº de imigrantes que recorre ao Gabinete de Apoio ao Imigrante Consumidor e do Gabinete de Apoio ao Imigrante Sobreendividado do CNAL.</p>	<p>Levantamento e sistematização dos recursos disponíveis e definição dos procedimentos de encaminhamento entre entidades e serviços;</p> <p>Mobilização das Comissões Sociais de Freguesia para o apoio a cidadãos imigrantes.</p>

Áreas	Objetivos Estratégicos/Gerais	Indicadores	Estratégias
Saúde	Promoção do conhecimento dos imigrantes acerca do sistema de saúde; Capacitação dos profissionais de saúde acerca das necessidades dos imigrantes nesta área; Uniformização do atendimento do utente imigrante nos serviços de saúde públicos locais.	Nº de imigrantes que recorrem aos serviços de saúde do Município; Nº de ações de sensibilização/capacitação a profissionais da área da saúde.	Criação/divulgação de informação acessível sobre o sistema de saúde; Sensibilização e Formação dos profissionais de saúde acerca das necessidades dos imigrantes nesta área; Criação de diretrizes para o atendimento uniformizado a utentes imigrantes.
Mercado de Trabalho	Aumento da empregabilidade entre os imigrantes; Promoção de informação sobre direitos e deveres dos trabalhadores imigrantes; Promoção do conhecimento acerca da população imigrante desempregada; Incentivo ao empreendedorismo imigrante.	Nº de imigrantes integrados no mercado de trabalho; Nº de ações de informação acerca dos direitos e deveres dos trabalhadores imigrantes; Nº de imigrantes participantes nas ações de informação; Caracterização anual dos imigrantes inscritos no CTE; Nº de imigrantes atendidos pelo GAE/GJP-CMFF.	Promoção da empregabilidade/empreendedorismo entre os imigrantes através da sua capacitação e da sensibilização de entidades locais para a sua integração; Articulação como CTE para a partilha de informações que permitam a sinalização e caracterização anual dos imigrantes inscritos.
Capacitação e Formação	Promoção do conhecimento sobre o reconhecimento académico e profissional; Promoção da integração de imigrantes em ações de capacitação e formação.	Nº de entidades envolvidas nas ações e nº de materiais divulgados junto da comunidade imigrante de informação acerca de instrumentos de reconhecimento de qualificações estrangeiras; Nº de imigrantes integrados em ações de formação.	Dinamização de ações acerca de instrumentos de reconhecimento de qualificações estrangeiras para parceiros e divulgação de material informativo junto de imigrantes; Encaminhamento de imigrantes para formação profissional.
Educação e Língua	Reforço do ensino da língua e da cultura portuguesa; Promoção da área da Educação Intercultural nas escolas; Medidas educativas e promotoras do sucesso educativo e da redução do abandono escolar; Envolvimento do Conselho Municipal de Educação na integração dos imigrantes; Capacitação de públicos estratégicos da educação.	Nº de entidades envolvidas no ensino da língua e cultura portuguesa; Nº de imigrantes integrados em ações formais e não formais do ensino da língua e cultura portuguesa; Nº de alunos imigrantes em situação de absentismo ou abandono escolar; Nº de pessoal docente e não docente capacitado para a integração de alunos imigrantes.	Mobilização de entidades da sociedade civil para a promoção do ensino da língua e cultura portuguesa; Contributos para a divulgação de cursos de PPT; Envolvimento da comunidade escolar na promoção da interculturalidade; Envolvimento do CME da Figueira da Foz na promoção da interculturalidade; Promoção de ações de formação dirigidas a públicos estratégicos da educação.

Áreas	Objetivos Estratégicos/ Gerais	Indicadores	Estratégias
Cultura	Captação do público imigrante e reforço da diversidade da oferta cultural do Município.	Nº de eventos com artistas estrangeiros promovidos pela CMFF; Nº de eventos culturais subordinados a países, religiões, culturas, povos, hábitos e costumes de outros países.	<p>Maior divulgação dos eventos culturais do Município, com vista ao maior envolvimento da comunidade imigrante residente na dinâmica cultural local; Continuação da aposta na realização de eventos que permitam mostrar a diversidade cultural.</p>
Media e Sensibilização da Opinião Pública	Mobilização dos media locais para os temas das migrações e da diversidade cultural; Sensibilização da opinião pública para as temáticas da igualdade e não discriminação.	Nº de media locais envolvidos; Nº de notícias e outros conteúdos relacionados com as migrações e a diversidade cultural; Nº de participantes nas iniciativas decorrentes da comemoração do Dia Municipal para a Igualdade.	<p>Envolvimento dos media locais para a abordagem dos temas relacionados com as migrações e diversidade cultural, através da cobertura de ações promovidas no âmbito da implementação do PMLI, bem como do convite à criação de conteúdos subordinados a estas temáticas; Aumento do grau de visibilidade das temáticas relacionadas com a igualdade, racismo, xenofobia, interculturalidade, diversidade cultural e religiosa, através da comemoração do Dia Municipal para a igualdade.</p>
Racismo e Discriminação	Desenvolvimento de iniciativas de prevenção e combate ao racismo e discriminação racial.	Nº de participantes nas iniciativas; Nº de materiais informativos produzidos divulgados.	<p>Dinamização de uma campanha, de âmbito municipal, de sensibilização com vista ao combate ao racismo e discriminação racial, que contempla realização de uma ação de sensibilização e divulgação eletrónica de material informativo.</p>
Cidadania e Participação Cívica	Promoção do exercício da cidadania ativa dos imigrantes; Promoção do Associativismo junto da comunidade imigrante.	Nº de imigrantes recenseados; Nº de imigrantes que participam em atos eleitorais; Criação de Associação de Imigrantes.	<p>Divulgação de informação acerca do Recenseamento Eleitoral e da participação política dos imigrantes;</p> <p>Realização de Campanha de Recenseamento Eleitoral de imigrantes;</p> <p>Mobilização da comunidade imigrante para a importância da constituição formal de uma Associação que os represente.</p>
Religião	Promoção do diálogo inter-religioso.	Nº de religiões envolvidas na iniciativa.	<p>Ação de promoção do conhecimento das várias religiões representadas no Município.</p>
Relações Internacionais	Reforço da política de relações externas da CMFF para discussão de questões relacionadas com as migrações.	Nº de contactos estabelecidos; Nº de visitas realizadas.	<p>Estabelecimento de contactos com Embaixadas e Consulados e outros países/cidades para agendamento de visitas e reativação de geminações.</p>



### 3.2. Dimensão Operacional

SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO						
Objetivos Estratégicos	Objetivos Operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Reforço e melhoria das respostas de Acolhimento e Integração de Imigrantes	Garantir a continuidade da existência de uma estrutura local de apoio ao Acolhimento e Integração de imigrantes.	Criação do CLAI da Figueira da Foz.	II	Criação de CLAI até 2017.	Formalização de candidatura/protocolo com ACM, I.P., para criação de CLAI da Figueira da Foz; Nº de técnicos afetos ao CLAI da Figueira da Foz.	Entidade responsável pelo CLAI
	Descentralização das respostas específicas de apoio ao Acolhimento e Integração de Imigrantes.	Estabelecimento de parcerias com vista à criação de infraestruturas / cedência de espaços que garantam atendimento de proximidade geográfica.	II	Criação de quatro períodos mensais de atendimento descentralizado: um para zona Sul, um para zona Norte, um para Buarcos e um para Tavaresde, em funcionamento até 2017.	N.º de protocolos / parcerias estabelecidas; Nº de períodos de atendimento descentralizado em funcionamento.	Entidade responsável pelo CLAI Juntas de Freguesia Figueira Domus, E.M.
	Uniformização dos procedimentos de atendimento das entidades e serviços a cidadãos imigrantes.	Conceção e impressão de Manual de Procedimentos no Atendimento a Cidadãos Imigrantes.	Criação do Manual de Procedimentos no Atendimento a Cidadãos Imigrantes até junho 2016; Atendimento a Cidadãos Imigrantes até março 2017.	II	Criação do documento; Ata do FMI em que é validado o documento.	Entidade responsável pelo CLAI
		Disseminação do Manual de Procedimentos no Atendimento a Cidadãos Imigrantes nas entidades e serviços que atuam junto da população imigrante.	Disseminação pelas entidades e serviços.	I	Nº de entidades.	Entidade responsável pelo CLAI

SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO (cont.)						
Objetivos Estratégicos	Objetivos Operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Reforço e melhoria das respostas de Acolhimento e Integração de Imigrantes (cont.)	Reforço dos materiais de acolhimento/informativos destinados a cidadãos imigrantes.	Conceção e impressão de Kit Municipal de Acolhimento ao Imigrante.	II	Kit Municipal de Acolhimento ao Imigrante até Dezembro 2016.	Nº de materiais de informação concebidos Nº de kits distribuídos.	CMFF
		Tradução e impressão do Kit Municipal de Acolhimento ao Imigrante em, pelo menos, três idiomas.	II	Tradução do kit Municipal de Acolhimento ao Imigrante em, pelo menos, três línguas.	Nº de idiomas em o kit Municipal de Acolhimento ao Imigrante está disponível; Nº de kits distribuídos.	CMFF
Capacitação e Qualificação de Técnicos para Acolhimento e Integração de Imigrantes	Realização de Sessões de Informação e Sensibilização sobre Acolhimento e Integração de imigrantes.	Realização de duas Sessões de Informação e Sensibilização sobre Acolhimento e Integração de imigrantes.	I	Realização de duas Ações até dezembro de 2017.	Nº de ações realizadas; Nº de entidades participantes.	CMFF e Entidade responsável pelo CLAI
		Desenvolvimento de ações de Formação sobre o Acolhimento e Integração de imigrantes.	II	Realização de duas ações de formação; Dotar 40 técnicos com formação específica para a área até dezembro de 2017.	Nº de ações realizadas; Nº de técnicos que concluíram formação.	CMFF e Entidade responsável pelo CLAI
	Criação de sistema de informação que permita a fácil circulação e acesso dos diferentes serviços à legislação/normativos no âmbito das migrações.	Criação e dinamização da Plataforma de Informação sobre Imigração.	I	Criação da Plataforma de Informação sobre Imigração até Dezembro 2015.	Nº de informações divulgadas/mês; Nº de entidades destinatárias.	CMFF

SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO (cont.)						
Objetivos Estratégicos	Objetivos Operacionais	Medidas	Nível <sup>31</sup>	Metas	Indicadores	Responsáveis
Reforço dos dados relativos à comunidade imigrante residente no Município;	Sinalização/Levantamento e Caracterização demográfica de Cidadãos Imigrantes residentes nas Freguesias Urbanas.	Criação de instrumento padronizado para sinalização, levantamento e caracterização demográfica da população imigrante.	I	Criação do Inquérito de Recenseamento da População Imigrante até março 2016.	N.º de CSF envolvidas; N.º de ferramentas de trabalho.	CMFF CSF Tavarede
		Mobilização de voluntários da Bolsa de Voluntariado/população imigrante para a apoio a realização do Recenseamento de Cidadãos Imigrantes residentes nas Freguesias Urbanas até dezembro 2016.	I	Recenseamento de Cidadãos Imigrantes residentes nas Freguesias Urbanas.	N.º de imigrantes recenseados.	CMFF CSF Tavarede
Empowerment dos imigrantes na promoção da melhoria das respostas de acolhimento e integração	Identificação de interlocutores privilegiados nas diversas comunidades imigrantes.	Criação de Rede de Mediadores Imigrantes.	I	Quatro interlocutores (Brasil, Ucrânia, China, de Países Africanos).	N.º de interlocutores que integram a Rede de Mediadores.	CMFF Juntas de Freguesia
	Reforço de competências da rede de mediadores.	Capacitação dos mediadores das áreas estratégicas de intervenção.	II	Realização de pelo menos uma ação de capacitação.	N.º de interlocutores capacitados.	CMFF
	Mobilização de imigrantes para apoio à tradução junto dos diversos serviços.	Criação de um grupo de voluntários imigrantes que possam prestar apoio, de forma informal, na tradução de documentos e nos atendimentos.		I	Quatro tradutores/as (Ucrânia, China e Países Africanos).	N.º de voluntários que integram grupo de tradutores informais.

<sup>31</sup> Medidas de Nível I - Aquelas que, na elaboração do Plano, forem consideradas pelas entidades como sendo parte do núcleo duro de competências em cada concelho, na área do acolhimento e integração a nível local e que, por esse motivo, deverão ser sempre garantidas aos cidadãos imigrantes, com ou sem financiamento externo.

Medidas de Nível II - Todas aquelas que não constituam prioridade de Nível I

URBANISMO E HABITAÇÃO						
Objetivos Estratégicos	Objetivos Operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Promoção de integração de imigrantes na área da habitação	Disponibilização das informações relativas à abertura de processo para atribuição de habitação social, dirigida à população imigrante em, pelo menos, 3 idiomas.	Tradução de documento informativo acerca dos procedimentos/requisitos de abertura de processo para atribuição de habitação social do folheto informativo em três idiomas.	II	Tradução em, pelo menos, três idiomas até junho 2016.	Nº idiomas em que o folheto está traduzido.	Figueira Domus, E.M. CMFF
	Consolidação do acesso dos imigrantes aos mecanismos de apoio ao arrendamento.	Divulgação do folheto informativo traduzido em, pelo menos, três idiomas, nos meios de comunicação on-line.	II	Divulgação em, pelo menos, três idiomas até julho 2016.	Nº de meios on-line utilizados para a divulgação.	Figueira Domus, E.M. CMFF
		Levantamento e sistematização das medidas e programas nacionais de apoio ao arrendamento disponíveis e aos quais os imigrantes podem ter acesso.	I	Identificação e sistematização das medidas e programas nacionais disponíveis até junho 2016.	Nº de materiais produzidos	CMFF MAJ
		Divulgação das medidas e programas nacionais disponíveis e aos quais os imigrantes podem ter acesso em, pelo menos, três idiomas, nos meios de comunicação on-line.	II	Divulgação em, pelo menos, três idiomas até julho 2016.	Nº de canais de distribuição utilizados para a divulgação.	Viver em Alegria CMFF MAJ

SOLIDARIEDADE E RESPOSTA SOCIAL						
Objetivos Estratégicos	Objetivos Operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Promoção do acesso dos imigrantes aos serviços públicos, respostas sociais e projetos existentes no Município	Definição da articulação entre as diferentes entidades e serviços que atuam junto da população imigrante;	Levantamento dos recursos disponíveis entre as diversas entidades e serviços que atuam junto da população imigrante; Criação de um modelo de articulação e encaminhamento que permita a rentabilização de recursos entre as várias entidades parceiras até Dezembro 2016;	I	Levantamento dos recursos disponíveis até junho 2016;	Nº de ferramentas criadas	CMFF ISS, I.P.
Envolvimento das Comissões Sociais de Freguesia no apoio social a imigrantes em situação de carência económica	Promoção do envolvimento das várias CSF da Zona Urbana do Município na prestação de apoio social a imigrantes em situação de carência económica;	Análise social em sede de Comissão Social de Freguesia dos casos de imigrantes socialmente desfavorecidos, procurando desenvolver ações que contribuam para a sua integração social e melhoria das suas condições de vida;	I	Envolvimento das Comissões Sociais de Freguesia da zona Urbana do Município na prestação de apoio social a imigrantes em situação de carência económica, até dezembro de 2017;	Nº de CSF envolvidas	CMFF CSF Tavarede
Apoio ao imigrante sobreendividado	Informação e sensibilização dos imigrantes para questões relativas ao endividamento e mecanismos de proteção existentes;	Realização de pelo menos uma ação de informação e sensibilização acerca das questões relativas ao endividamento e mecanismos de proteção existentes dirigida à população imigrante;	I	Realização de uma ação até setembro de 2016;	Nº de ações; Nº de participantes	CMFF Juntas de Freguesia
		Realização de pelo menos uma ação de informação e sensibilização acerca das questões relativas ao endividamento e mecanismos de proteção existentes dirigida aos técnicos e demais pessoal que faz atendimento aos imigrantes nos diferentes serviços públicos, IPSS's e coletividades.	I	Realização de uma ação até setembro de 2016;	Nº de ações; Nº de participantes	CMFF Juntas de Freguesia

SAÚDE						
Objetivos Estratégicos	Objetivos Operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Promoção do conhecimento dos imigrantes acerca do sistema de saúde	Criação e divulgação de folheto de informação sobre o acesso à saúde dos imigrantes e funcionamento das unidades de saúde do concelho da Figueira da Foz	Criação de grupo de trabalho para elaboração do folheto	I	Criação de folheto até dezembro 2015	Nº de materiais informativos produzidos Nº de materiais distribuídos	Serviços de saúde públicos implantados no Município da Figueira da Foz
		Tradução do folheto informativo em pelo menos, três idiomas	II	Elaboração do folheto informativo, em pelo menos três idiomas, até março 2016	Nº de materiais distribuídos	Serviços de saúde públicos implantados no Município da Figueira da Foz
		Divulgação nos meios de comunicação on-line das unidades de saúde do concelho da Figueira da Foz	I	Divulgação nos meios de comunicação on-line de pelo menos 60% das unidades de saúde do concelho da Figueira da Foz até julho de 2016	Nº unidades de saúde que divulgam o folheto informativo nos seus meios de comunicação on-line	Serviços de saúde públicos implantados no Município da Figueira da Foz

SAÚDE (cont.)						
Objetivos Estratégicos	Objetivos Operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Capacitação dos profissionais de saúde acerca das necessidades dos imigrantes nesta área	Sensibilização e formação dos profissionais dos serviços de saúde envolvidos acerca das necessidades dos imigrantes na área da saúde	Realização de Ações de Sensibilização dos profissionais dos serviços de saúde envolvidos acerca das necessidades dos imigrantes na área da saúde	I	Realização de pelo menos uma Ação de esclarecimento/ sensibilização sobre o PMI em cada serviço de saúde público do concelho até dezembro 2015	Nº de ações realizadas; Nº de serviços abrangidos	Serviços de saúde públicos implantados no Município da Figueira da Foz
		Realização de Ações de Formação dos profissionais dos serviços de saúde envolvidos acerca das necessidades dos imigrantes na área da saúde	II	Realização de pelo menos uma Ação de Formação dos profissionais dos serviços de saúde envolvidos acerca das necessidades dos imigrantes na área da saúde até dezembro 2016	Nº de ações realizadas; Nº de participantes	Serviços de saúde públicos implantados no Município da Figueira da Foz
Uniformização do atendimento do utente imigrante nos serviços de saúde públicos locais	Criação de instrumento que permita a uniformização do atendimento do utente imigrante nos serviços de saúde públicos	Criação e divulgação de Guia de Procedimentos no atendimento a utentes imigrantes dirigidas aos profissionais de saúde;	I	Guia de procedimentos até Junho 2016; Divulgação pelos serviços de saúde envolvidos até dezembro 2016	Nº de materiais produzidos	Serviços de saúde públicos implantados no Município da Figueira da Foz

MERCADO DE TRABALHO E EMPREENDEDORISMO						
Objetivos Estratégicos	Objetivos Operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
		Divulgação e incentivo à inscrição de imigrantes desempregados/à procura de novo emprego/em situação de precariedade laboral no GIP da CMFF	I	Aumento em 20% do número de imigrantes inscritos no GIP da CMFF	Nº de imigrantes inscritos no GIP da CMFF	GIP/CMFF
Aumento da empregabilidade entre os imigrantes	Promoção da integração profissional de imigrantes no concelho	Promoção de sessões de esclarecimento sobre procura ativa de emprego que inclua população imigrante	I	Mobilização de imigrantes para participação em, pelo menos, uma ação promovida pelo IEFP, anualmente	Nº de ações realizadas; Nº de imigrantes abrangidos	IEFP GIP/CMFF
		Sensibilização dos empresários locais e associações empresariais para a contratação/integração de imigrantes, podendo, para o efeito, recorrer a medidas de apoio ao emprego/contratação	I	Reunião de sensibilização com a ACIFF, a realizar até março 2016, para esta proceder à divulgação junto dos seus associados das medidas de apoio ao emprego/contratação que possam contribuir para a integração de trabalhadores imigrantes	Nº de associados envolvidos	ACIFF GIP/CMFF
Promoção de informação sobre direitos e deveres dos trabalhadores imigrantes	Dinamização de ações de sensibilização e informação nas áreas das relações laborais, segurança e saúde no trabalho	Articulação com o ACT e com as Comissões Sociais de Freguesia para a realização de ações de sensibilização e informação nas áreas das relações laborais, segurança e saúde no trabalho	I	Realização de, pelo menos, duas ações até dezembro 2017	Nº de ações realizadas; Nº de participantes em cada ação	CSF/Juntas de Freguesia GIP/CMFF



MERCADO DE TRABALHO E EMPREENDEDORISMO						
Objetivos Estratégicos	Objetivos Operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Promoção do conhecimento acerca da população imigrante desempregada	Monitorização/caracterização trimestral dos imigrantes inscritos no CTE	Levantamento trimestral da população imigrante inscrita no Centro de Emprego da Figueira da Foz	I	Relatório trimestral	Nº de ferramentas técnicas criadas	IEFP CMFF
Incentivo ao empreendedorismo imigrante	Apoio e capacitação dos imigrantes empreendedores, com vista à criação do seu próprio emprego/implementação de ideia de negócio	Divulgação e incentivo à inscrição de imigrantes que pretendam criar o seu próprio negócio no GAE da CMFF  Encaminhamento dos imigrantes para sessões de esclarecimento promovidas pelo GAE da CMFF	I	Aumento em 50% do número de imigrantes inscritos no GAE da CMFF  Mobilização de imigrantes para participação em, pelo menos, uma ação promovida pelo GAE anualmente	Nº de imigrantes inscritos no GAE da CMFF  Nº de sessões realizadas; Nº de imigrantes abrangidos	GAE/CMFF  GAE/CMFF

CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO						
Objetivos Estratégicos	Objetivos Operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Promoção do conhecimento sobre o reconhecimento académico e profissional	Aumento da informação relativa à qualificação e reconhecimento de competências profissionais e escolares	Ação de divulgação e esclarecimento dos instrumentos de reconhecimento de qualificações dirigida a entidades parceiras	I	Realização de ação de divulgação até dezembro 2016, com envolvimento de, pelo menos, vinte entidades parceiras	Nº de entidades envolvidas; Nº de participantes	IEFP CQEP da Escola Profissional
Promoção da integração de imigrantes em ações de capacitação e formação	Integração dos imigrantes em ofertas formativas adequadas às suas necessidades	Encaminhamento dos imigrantes desempregados para ações de formação no âmbito da Medida Vida Ativa	I	Integração de 5% dos imigrantes desempregados em ações de formação no âmbito da Medida Vida Ativa	Nº de imigrantes integrados em ações de formação profissional; Nº de imigrantes participantes em ações promovidas pelo GIP e pelo GAE	GIP GAE IEFP

EDUCAÇÃO E LÍNGUA						
Objetivos Estratégicos	Objetivos Operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Reforço do ensino da língua e da cultura portuguesa	Promoção do ensino da Língua e Cultura Portuguesa aos Imigrantes	Realização de sessões Língua e Cultura de Portugueses para Imigrantes” em contexto de sala de aula	I	Realização de cinquenta sessões de “Língua e Cultura de Portugueses para Imigrantes” até setembro de 2017	N.º de sessões realizadas; N.º de participantes	Associação Viver em Alegria
	Promoção da aprendizagem Língua e Cultura Portuguesa em contextos diferenciados	Realização de quatro visitas culturais e recreativas a locais emblemáticos do país	I	Realização quatro visitas culturais e recreativas	N.º de participantes; N.º de visitas realizadas	Associação Viver em Alegria CMFF
	Divulgação dos cursos de PPT a decorrer no Município	Divulgação junto da comunidade imigrante e dos vários parceiros locais das ações de PPT a decorrer no Município	I	Divulgação de ações de PPT no concelho da Figueira da Foz	N.º de imigrantes participantes nos cursos de PPT	IEFP CMFF
Promoção da área da Educação Intercultural nas escolas	Instituição do Dia da Interculturalidade nas Escolas (19 de Maio)	Dinamização de atividades dedicadas à temática da interculturalidade (trajes típicos, gastronomia, danças tradicionais...)	I	Envolvimento de toda a comunidade escolar e de todos os estabelecimentos de ensino	N.º de estabelecimentos de ensino envolvidos; N.º de alunos envolvidos	Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas
	Mobilização dos estabelecimentos de ensino em torno das questões da interculturalidade	Criação de uma exposição itinerante de trabalhos artísticos realizados pelos alunos e que abordem a questão da interculturalidade	I	Envolvimento de toda a comunidade escolar e de todos os estabelecimentos de ensino	N.º de alunos envolvidos; N.º de estabelecimentos de ensino envolvidos	Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas

EDUCAÇÃO E LÍNGUA (cont.)						
Objetivos Estratégicos	Objetivos Operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Medidas educativas e promotoras do sucesso educativo e da redução do abandono escolar	Sensibilização dos pais / encarregados de educação dos alunos para participação em sessões de educação parental	Promoção de sessões de Educação Parental para os imigrantes	I	Integração de 50% dos imigrantes a frequentar os estabelecimentos de ensino	N.º de estabelecimentos de ensino envolvidos; N.º de imigrantes presentes; N.º de sessões realizadas	Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas
	Sinalização e intervenção em situações problemáticas	Ações de apoio individualizado que visem a promoção e desenvolvimento de competências sociais interrelacionais	I	Integração de 100% dos imigrantes a frequentar os estabelecimentos de ensino	N.º de alunos imigrantes envolvidos; N.º de atendimentos efetuados	Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas
Reforço da integração da temática da imigração pelo Conselho Municipal de Educação	Reforço da inclusão da temática da interculturalidade nos Planos Anuais de Atividades dos estabelecimentos de ensino	Recomendação pelo Conselho Municipal da Educação aos diferentes estabelecimentos de ensino para inclusão nos respetivos Planos Anuais de Atividades dos estabelecimentos de ensino da temática da multiculturalidade	I	Implementação da recomendação do CME em todos os estabelecimentos de ensino nos anos letivos 2015/2016 e 2016/2017	N.º de estabelecimentos de ensino envolvidos	CME Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas
Capacitação de públicos estratégicos da educação	Formação especializada para pessoal docente, não docente e técnicos nos diferentes estabelecimentos de ensino	Realização de ações de formação acreditada para pessoal docente, não docente e técnicos dos diferentes estabelecimentos de ensino	II	Realização de ações de formação especializada que integrem 5% do pessoal docente e não docente, nos anos letivos 2015/2016 e 2016/2017	N.º de estabelecimentos de ensino envolvidos; N.º de formandos que concluem a formação	CMFF Entidade responsável pela candidatura

CULTURA						
Objetivos Estratégicos	Objetivos Operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Reforço da diversidade da oferta cultural do Município	Desenvolvimento de iniciativas com vista à promoção da participação dos imigrantes nas iniciativas culturais e recreativas do Município;	Promoção de uma maior divulgação junto da comunidade imigrante dos vários eventos culturais e recreativos realizados no Município através de canais privilegiados	I	Reforço da divulgação dos eventos culturais e recreativos realizados no Município junto das várias entidades que prestam atendimento/acompanhamento da população imigrante	Nº de canais de divulgação utilizados	CMFF
	Desenvolvimento de estratégias que promovam a diversidade das ofertas culturais do Município e a visibilidade dos artistas imigrantes locais	Dar continuidade à política de promoção da interculturalidade na programação cultural do Município, através da sua agenda cultural	I	Agenda cultural trimestral	Nº de eventos interculturais promovidos pelo Município	CMFF
		Convide à participação de artistas imigrantes do concelho para atuações em ações decorrentes da implementação do PMII	Atuação de pelo menos três artistas imigrantes do concelho em ações decorrentes da implementação do PMII, até setembro de 2017	I		Nº artistas participantes; Nº de atuações

CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO CÍVICA						
Objetivos Estratégicos	Objetivos Operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Promoção do exercício da cidadania ativa dos imigrantes	Divulgação de informação acerca do Recenseamento Eleitoral e da participação política dos imigrantes	Conceção e divulgação de folheto acerca do Recenseamento Eleitoral e da participação política dos imigrantes	I	Criação de folheto até Fevereiro de 2016	Criação do folheto	CMFF Juntas de Freguesia
		Tradução do folheto e divulgação do folheto em, pelo menos, três idiomas	II	Tradução e publicação de folheto traduzido até dezembro de 2016	Nº de línguas em que o folheto está traduzido	CMFF
Promoção do associativismo junto da comunidade imigrante	Aumento do número de cidadãos imigrantes recenseados	Realização de uma campanha de incentivo ao Recenseamento Eleitoral dos imigrantes, através da mobilização das Juntas de Freguesia e disponibilização de material de informativo junto das diferentes estruturas autárquicas	I	Aumento do número de imigrantes recenseados em 30%	Nº de imigrantes recenseados desde o início da campanha	CSF/Juntas de Freguesia
		Criação de uma Associação de Imigrantes que permita reforçar a coesão identitária, a afirmação multicultural e a sua representatividade em diferentes órgãos consultivos/deliberativos	I	Criação de Associação de Imigrantes até setembro 2017	Nº de imigrantes envolvidos; Nº de estruturas criadas	CMFF ACCFF

RELIGIÃO						
Objetivos Estratégicos	Objetivos Operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Promoção do diálogo inter-religioso	Potenciar o conhecimento das várias religiões representadas no Município e reforçar o diálogo inter-religioso;	Realização de um encontro inter-religioso, aberto à comunidade, com representantes das várias religiões presentes no Município;	I	Realização de um encontro inter-religioso até dezembro 2016;	Nº de religiões representadas; Nº de participantes;	Entidades religiosas do Município

MÉDIA E SENSIBILIZAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA						
Objetivos Estratégicos	Objetivos Operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Mobilização dos media locais para os temas das migrações e da diversidade cultural	Promoção da visibilidade mediática das temáticas das migrações e da interculturalidade	Promoção da cobertura dos media locais em todas as ações decorrentes da implementação do PMII	I	Cobertura de 80% das ações decorrentes da implementação do PMII	N.º de notícias publicadas; N.º de meios de comunicação social envolvidos	Media locais
		Dinamização de uma rubrica televisiva dedicada às migrações e interculturalidade	II	Emissão televisiva (FigueiraTv) de rubrica dedicada às migrações e multiculturalidade	N.º de emissões da rubrica; N.º de visualizações	FigueiraTv
Sensibilização da opinião para a temática da igualdade	Promoção do debate/reflexão em torno de diferentes áreas temáticas como sejam a igualdade, racismo, xenofobia, interculturalidade, diversidade cultural e religiosa	Comemoração do Dia Municipal para a Igualdade - 24 de Outubro; Integração de ações relacionadas com o racismo, xenofobia, interculturalidade, diversidade cultural e religiosa no programa do dia comemorativo	I	Comemoração Dia Municipal para a Igualdade em 24/10/2015, 24/10/2016 e 24/10/2017	N.º de entidades envolvidas; N.º de participantes; N.º de ações relacionadas com o racismo, xenofobia, interculturalidade, diversidade cultural e religiosa	CMFF CLI's



RACISMO E DISCRIMINAÇÃO						
Objetivos Estratégicos	Objetivos Operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Desenvolvimento de iniciativas de prevenção e combate ao racismo e discriminação racial	Dinamização de uma campanha de sensibilização contra o racismo e discriminação racial	Realização de uma ação de sensibilização aberta à comunidade contra o racismo e discriminação racial, com oradores especializados nas referidas temáticas	II	Realização de uma ação de sensibilização aberta à comunidade até junho 2016	Nº de participantes; Nº de notícias sobre a ação nos <i>media</i> locais	CMFF
		Disseminação de materiais de sensibilização para a temática através de meios eletrónicos	I	Divulgação de sensibilização através de meios eletrónicos até julho de 2016	Nº de materiais de divulgados; Nº de meios eletrónicos envolvidos	CMFF

RELAÇÕES INTERNACIONAIS						
Objetivos Estratégicos	Objetivos Operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Reforço da política de relações externas da CMFF	Intensificação dos contatos institucionais existentes entre o Município, Embaixadas e Consulados e outros países/cidades para abordar questões relacionadas com as migrações e promover a diversidade cultural	Agendamento de visitas exploratórias ao Município; Inclusão na ordem de trabalhos de pontos relacionados com as questões das migrações	I	Realização de pelo menos duas visitas de representantes de Embaixadas e Consulados e outros países/cidades para até 2017	N.º de visitas/N.º de contactos estabelecidos	GAP/CMFF
		Reativação de geminações do Município com outras cidades	I	Estabelecimento de contatos com vista à reativação de geminações	N.º de geminações reativadas	GAP/CMF

### 3.3. Modelo de Monitorização e Avaliação

O período de vigência do presente documento (2015-2017) será pautado por uma rigorosa monitorização por parte do Fórum Municipal Cidadania e Igualdade (FMCI), plataforma que surge na sequência da implementação do Projeto “♀♂ - Caminhos de Igualdade”, o qual decorre de uma candidatura à Medida 7.2 - Planos de Igualdade do Programa Operacional Potencial Humano (POPH).

O FMCI tem por objetivo dar continuidade às ações iniciadas em candidatura que, em articulação com os restantes grupos de trabalho constituídos no âmbito da Rede Social, deverá estar atento às questões da igualdade de género, violência doméstica e tráfico de seres humanos, migrações, entre outras.



No dia 24 de outubro de 2012 integram este Fórum os seguintes parceiros: Agrupamento dos Centros de Saúde do Baixo Mondego; Associação FigueiraViva; Associação Sentir dos Sentidos; Câmara Municipal da Figueira da Foz; Centro Distrital de Coimbra do ISS, I.P.; Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação da Figueira da Foz; Lucinda Jordão (Conselheira Local para a Igualdade); Diogo Seródio (Conselheiro Local para a Igualdade); Escola Secundária Dr. Joaquim de Carvalho, Figueira da Foz; Rede Interinstitucional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica da Figueira da Foz; Guarda Nacional Republicana (GNR) e Polícia de Segurança Pública (PSP).

A 3 de junho de 2015 foi deliberado, por unanimidade, em Plenário do CLAS, o alargamento do FMCI, passando a incluir todos os parceiros da candidatura à Ação 4 - Planos Municipais para a Integração de Imigrantes - *Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Mondego; Associação das Coletividades do Concelho da Figueira da Foz; Associação Comercial da Figueira da Foz; Associação Viver em Alegria; Centro de Emprego da Figueira da Foz; Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Figueira da Foz; DGEstE - Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares; Direção-Geral de Reinserção Social e Serviços Prisionais; Grupo Instrução e Sport; IPDJ - Instituto Português do Desporto e Juventude e Movimento Associativo Juvenil de Vila Verde*. Desta forma, esta plataforma criada, visa acompanhar, monitorizar e avaliar a implementação do Plano Municipal para a Integração dos Imigrantes da Figueira da Foz.

A este órgão será efetuado reporte semestral das ações desenvolvidas no âmbito dos objetivos e medidas propostos, bem como o balanço dos novos desafios, recursos, oportunidades ou ameaças que possam implicar a revisão das estratégias concertadas em sede de elaboração da carta-compromisso.

Caberá à equipa técnica responsável pela implementação do Plano, a elaboração de um instrumento padronizado para todas as áreas de intervenção, destinado à recolha anual, por parte das entidades parceiras, dos indicadores predefinidos, os quais deverão ser desagregados por sexo. Este instrumento contemplará, para além da recolha dos indicadores de natureza quantitativa, indicadores de natureza qualitativa, nomeadamente a descrição de boas práticas e o diagnóstico de novas necessidades no acolhimento e integração de imigrantes.

Acresce a este acompanhamento por parte do FMCI, a apresentação de Relatório Anual de Resultados do Plano Municipal para a Integração de Imigrantes da Figueira da Foz em sede de Conselho Local para a Ação Social.

No ano de 2017, prevê-se a elaboração de um Relatório de Avaliação Final do Plano Municipal para a Integração de Imigrantes da Figueira da Foz, apresentado e aprovado em sede de Conselho Local para a Ação Social e disponibilizado para consulta pública, em versão resumida.

Este documento de Avaliação Final integrará um balanço acerca da execução das medidas propostas e do seu impacto ao nível da prossecução dos objetivos e metas traçados, bem como do progresso efetivo alcançado, localmente, na integração dos cidadãos Nacionais de Países Terceiros nas treze áreas contempladas no Plano.

Esta avaliação global da execução do Plano, será confrontada com uma análise do novo panorama local no que refere às migrações e dos novos desafios e oportunidades emergentes no período de implementação do presente documento, consubstanciando-se, desta forma, a base de trabalho para a proposta de desenvolvimento de um Plano Municipal para a Integração de Imigrantes da Figueira da Foz a vigorar no período posterior a 2017.

Órgãos de Monitorização e Avaliação: <b>CLAS e FMCI</b>	
o <b>Monitorização:</b> semestral	<b>FMCI</b>
o <b>Avaliação:</b> anual	<b>CLAS e FMCI</b>
o Metodologia: apresentação pública de resultados e partilha de boas práticas	
o <b>NOVA PROPOSTA DE PMII, EM 2017</b>	

### **3.4. Acompanhamento e modelo de governação**

As sociedades atuais deparam-se com uma série de problemas complexos, como o desemprego de longa duração, a pobreza extrema, a exclusão social, o isolamento dos idosos, fenómenos migratórios entre outros, os quais constituem sérios desafios às instituições públicas e privadas, exigindo, cada vez mais a sua concertação de esforços em torno de respostas adequadas.

Estes problemas complexos são essencialmente horizontais, transversais, multidisciplinares e multissetoriais, enquanto as respostas sociais a estes problemas estão ainda muito condicionadas por uma visão burocrática das organizações, marcada por uma estrutura fechada com fronteiras bem definidas, divisão rígida do trabalho, modelo hierárquico de autoridade e hegemonia das rotinas e procedimentos.

## *Plano Municipal para a Integração de Imigrantes da Figueira da Foz*

A importância de gerar uma cultura organizacional, designada por “Governação Integrada”, com novos métodos e novas competências, através do desenvolvimento de um novo modelo organizacional adequado à realidade dos problemas sociais complexos, mas também aos recursos disponíveis, é um desafio estratégico para a sociedade portuguesa que importa concretizar através de aprendizagens e iniciativas partilhadas.

O Programa Rede Social é considerado uma boa prática em termos de governação integrada, atendendo à importância da construção, desenvolvimento e manutenção de relações inter-organizacionais de colaboração para gerir problemas sociais complexos com maior eficácia e eficiência.

É neste modelo que assenta a construção, implementação, acompanhamento e avaliação do Plano Municipal para a Integração de Imigrantes da Figueira da Foz procurando envolver os vários parceiros públicos e da sociedade civil que mais proximamente trabalham com a população imigrante do Município para, numa conjugação de esforços, partilha de responsabilidades e de recursos, criar condições para que a Figueira da Foz seja, cada vez mais, uma cidade acolhedora e recetora de capital humano capaz de gerar sinergias e oportunidades de desenvolvimento económico e social.



## **Nota Final**

Numa conjuntura em que os fluxos migratórios são um fenómeno generalizado, embora a Figueira da Foz seja um concelho tipicamente recebedor, tem visto, simultaneamente, nos últimos anos, um aumento da emigração, sentindo-se um significativo impacto económico e demográfico desta alteração do perfil migratório local, acentuando-se, neste contexto a sensibilidade para a questão das migrações.

Não obstante a relevância e eficácia das políticas nacionais de integração de imigrantes, são amplamente reconhecidos os desafios que atualmente se colocam a nível local, por força da maior exposição destes cidadãos ao risco de exclusão, em particular num contexto de crise económica e social.

Relembrando que “as políticas são nacionais, mas a integração é local” (citando o Professor Doutor Pedro Góis, na sua intervenção na Ação Municipal de Sensibilização), é fundamental intensificar o investimento local no favorecimento da integração dos imigrantes, do diálogo intercultural e do entendimento das migrações para além da sua dimensão meramente económica ou laboral, uma vez que, mais do que uma resposta ao mercado interno, estas providenciam aos locais de acolhimento um “capital humano”, que, bem gerido, potencia a sua competitividade e desenvolvimento.

Estes são, simultaneamente, os desafios e os compromissos consagrados no presente PMII 2015-2017 - a implementação de políticas de imigração positivas, a mobilização dos diversos agentes locais para a criação de estruturas e práticas que gerem oportunidades e condições para atrair e promover o estabelecimento dos cidadãos estrangeiros, assegurando o gozo dos seus direitos de cidadania civil, política e social, favorecendo a reação positiva da opinião pública relativamente aos imigrantes e o contributo para a efetivação de uma dinâmica social verdadeiramente intercultural.





## **Agradecimentos**

A conceção de um documento da natureza do Plano Municipal para a Integração de Imigrantes implica, quer pela sua importância e impacto a nível local, quer pela sua complexidade, um forte envolvimento e um grande investimento de todos os parceiros. Conscientes da dimensão da tarefa que foi proposta a cada entidade, desde os parceiros até aos convidados, bem como da sua pronta resposta e tão valorosa participação, numa temática que, para muitos não integra a sua matriz prioritária de atuação, é fundamental, nesta instância, endereçar, a cada um destes parceiros e entidades convidadas, um sincero reconhecimento.

No plano pessoal, gostaríamos de manifestar a nossa gratidão ao Professor Doutor Pedro Góis, pelo seu tão pertinente e generoso contributo, considerado de forma unânime preponderante para a sensibilização e aprofundamento de conhecimentos acerca desta temática.

Ainda neste plano, a todos os cidadãos imigrantes que aceitaram o convite a participar nas iniciativas realizadas e a colaborar ativamente neste projeto, um forte agradecimento pelo seu investimento pessoal. A cada um individualmente, pela coragem e disponibilidade de partilharem as suas histórias e de se envolverem de forma tão verdadeira em todos os momentos deste percurso, deixar uma palavra de gratidão e de apelo, para que continuem a desempenhar este papel decisivo na consciencialização para as questões associadas à imigração na Figueira da Foz e na efetivação das mudanças preconizadas no presente Plano.

Uma nota final para todos, reiterando que o Plano Municipal para a Integração de Imigrantes da Figueira da Foz é tanto da Autarquia como de cada um de vós, sendo, em tão grande parte, vosso o mérito deste documento que, sabemos, nos lança o desafio de unir esforços para uma melhor integração de imigrantes no Município e para a valorização da interculturalidade a nível local.



## Referências Bibliográficas

- Associação Industrial Portuguesa - Câmara do Comércio e Indústria - **Carta Magna da Competitividade: Relatório da Competitividade 2012**. Lisboa: Associação Industrial Portuguesa - Câmara do Comércio e Indústria, 2012. [Consult. 26-05-2015]. Disponível na internet:  
[http://www.aip.pt/irj/go/km/docs/site-manager/www\\_aip\\_pt/documentos/informacao\\_economica/carta\\_magna/informacao/Relat%C3%B3rios%20de%20Competitividade/AIP-Relatorio%20da%20Competitividade%202012\\_5%20fev%202013\\_vf.pdf](http://www.aip.pt/irj/go/km/docs/site-manager/www_aip_pt/documentos/informacao_economica/carta_magna/informacao/Relat%C3%B3rios%20de%20Competitividade/AIP-Relatorio%20da%20Competitividade%202012_5%20fev%202013_vf.pdf)
- Comissão das Comunidades Europeias - **Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Agenda Comum para a Integração – Enquadramento para a integração de Nacionais de Países Terceiros na União Europeia**, COM(2005) 389 final, Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias, 01-09-2005. [Consult. 24-03-2015]. Disponível na internet:  
[http://w3.ualg.pt/~fcar/2\\_cc\\_2012/projectos/subsite/legislacao/agenda.pdf](http://w3.ualg.pt/~fcar/2_cc_2012/projectos/subsite/legislacao/agenda.pdf)
- Comissão das Comunidades Europeias - **Decisão da Comissão de 21/VIII/2007 que aplica a Decisão 2007/435/CE do Conselho no que se refere à aprovação de directrizes estratégicas para o período 2007-2013**, C(2007) 3926 final, Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias, 2007. [Consult. 24-03-2015]. Disponível na internet:  
[http://www.sg.mai.gov.pt/FundosComunitarios/ProgramaQuadroSOLID/FundoEuropeuIntegracao/Documents/Decis%C3%A3o%20da%20Comiss%C3%A3o%20C\(2007\)%203926%20final,.pdf](http://www.sg.mai.gov.pt/FundosComunitarios/ProgramaQuadroSOLID/FundoEuropeuIntegracao/Documents/Decis%C3%A3o%20da%20Comiss%C3%A3o%20C(2007)%203926%20final,.pdf)
- Conselho da Europa - **Convenção Europeia de Direitos do Homem - Convenção para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais**, Roma: Conselho da Europa. [Consult. 24-03-2015]. Disponível na internet:  
[http://www.dgpj.mj.pt/sections/relacoes-internacionais/copy\\_of\\_anexos/tribunal-europeu-dos\\_1/downloadFile/attachedFile\\_f0/Convencao\\_Europeia\\_dos\\_Direitos\\_do\\_Homem.pdf?noche=1203004099.16](http://www.dgpj.mj.pt/sections/relacoes-internacionais/copy_of_anexos/tribunal-europeu-dos_1/downloadFile/attachedFile_f0/Convencao_Europeia_dos_Direitos_do_Homem.pdf?noche=1203004099.16)
- Conselho Europeu - **Programa de Estocolmo - Uma Europa aberta e segura que sirva e proteja os cidadãos**, Jornal Oficial da União Europeia, 2010/C 115/01, 04-05-2010. [Consult. 12-03-2015]. Disponível na internet:  
[http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/ALL/?uri=CELEX:52010XG0504\(01\)](http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/ALL/?uri=CELEX:52010XG0504(01))
- Conselho da União Europeia - **Comunicado de Imprensa 2696ª sessão do Conselho - Justiça e Assuntos Internos**, 14390/05 (Presse 296), 01 e 02-12-2005, Bruxelas: Conselho da União Europeia. [Consult. 24-03-2015]. Disponível na internet:  
[http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms\\_data/docs/pressdata/pt/jha/87606.pdf](http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/pt/jha/87606.pdf)
- Conselho da União Europeia - **Decisão do Conselho de 25 de Junho de 2007, que cria o Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros para o período de 2007 a 2013 no âmbito do programa geral «Solidariedade e gestão dos fluxos migratórios»**, Jornal Oficial da União Europeia, 2007/435/CE, 28-06-2007. [Consult. 25-03-2015]. Disponível na internet:  
[http://www.sg.mai.gov.pt/FundosComunitarios/ProgramaQuadroSOLID/FundoEuropeuIntegracao/Documents/Decis%C3%A3o%20do%20Conselho%202007\\_435\\_CE.pdf](http://www.sg.mai.gov.pt/FundosComunitarios/ProgramaQuadroSOLID/FundoEuropeuIntegracao/Documents/Decis%C3%A3o%20do%20Conselho%202007_435_CE.pdf)

- Conselho da União Europeia - **Princípios Básicos Comuns para a política de integração dos imigrantes na União Europeia**, novembro de 2001. [Consult. 27-03-2015]. Disponível na internet: [http://www.eesc.europa.eu/resources/docs/common-basic-principles\\_en.pdf](http://www.eesc.europa.eu/resources/docs/common-basic-principles_en.pdf)
- Conselho da União Europeia - **Programa Quadro “Solidariedade e gestão dos fluxos migratórios” para o período 2007-2013 (COM (2005) 123 final)**, Bruxelas: Conselho da União Europeia, 2005. [Consult. 24-03-2015]. Disponível na internet: [http://www.sg.mai.gov.pt/FundosComunitarios/ProgramaQuadroSOLID/Documents/com123final\\_fluxosmigratorios\\_060405-pt2.pdf](http://www.sg.mai.gov.pt/FundosComunitarios/ProgramaQuadroSOLID/Documents/com123final_fluxosmigratorios_060405-pt2.pdf)
- CRI de Coimbra - **Boletim de outono 2014**, Coimbra: Administração Regional de Saúde do Centro, I.P. - Centros de Respostas Integradas (CRI) de Coimbra. 2014. [Consult. 05-05-2015]. Disponível na internet: <http://www.arscentro.min-saude.pt/Documents/informa%C3%A7%C3%B5es/BOLETIM%20DE%20OUTONO%202014%202.pdf>
- Direção-Geral da Administração Interna (DGAI) - **Administração Eleitoral (2013)**. [Consult. 27-02-2015]. Disponível na internet: <http://www.dgai.mai.gov.pt/>
- Direção-Geral da Administração Interna - **Programa Anual 2013 - Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros**, Lisboa: Direção-Geral da Administração Interna, 2013. [Consult. 06-03-2015]. Disponível na internet: [http://www.acidi.gov.pt/\\_cfn/52c14685307c7/live/Programa+Anual+2013](http://www.acidi.gov.pt/_cfn/52c14685307c7/live/Programa+Anual+2013)
- Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência - **Regiões em Números 2012-2013, Vol. II - Centro**, Lisboa: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), julho de 2014. [Consult. 09-02-2015]. Disponível na internet: [http://www.dgeec.mec.pt/np4/96/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=145&fileName=ReN\\_Vol\\_II\\_Centro\\_1213.pdf](http://www.dgeec.mec.pt/np4/96/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=145&fileName=ReN_Vol_II_Centro_1213.pdf). ISBN: 978-972-614-575-2.
- Direção do ACeS do Baixo Mondego - **Plano de Desempenho 2014**, Coimbra: Aces do Baixo Mondego, 14-02-2014. [Consult. 10-12-2014]. Disponível na internet: <http://www.arscentro.min-saude.pt/Contratualizacao/CuidadosPrimarios/Documents/Plano%20de%20desempenho/2014/BM%20-%20PD2014.pdf>
- EAPN - Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal - **Indicadores sobre pobreza - Dados Europeus e Nacionais - 2014**, Porto: EAPN - Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal. [Consult. 19-02-2015]. Disponível na internet: <http://www.eapn.pt/download.php?file=2422>
- European Union Agency for Fundamental Rights (Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia) - *Joining up fundamental rights: Toolkit for local, regional and national public officials*, Viena (Austria): European Union Agency for Fundamental Rights, 2013. [Consult. 20-01-2015]. Disponível na internet: <http://fra.europa.eu/en/joinedup/home>
- HUDDLESTON, Thomas, [et al.] - **Migrant Integration Policy Index III - Portugal**, Bruxelas: British Council e Migration Policy Group, 2011. [Consult. 02-04-2015]. Disponível na internet: [http://www.mipex.eu/sites/default/files/downloads/portugal\\_abridged\\_migrant\\_integration\\_policy\\_index\\_mipexiii\\_2011\\_pt.pdf](http://www.mipex.eu/sites/default/files/downloads/portugal_abridged_migrant_integration_policy_index_mipexiii_2011_pt.pdf)
- INE - **Portal do Instituto Nacional de Estatística**. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2014-2015. Disponível em <http://www.ine.pt>

- IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional. Lisboa: Instituto do Emprego e Formação Profissional, 2014-2015. Disponível em <https://www.iefp.pt/en/>
- JUSTINO, David [et al.] - **Estado da Educação 2013**, Lisboa: Conselho Nacional da Educação (CNE), 2014. [Consult. 23-02-2015]. Disponível na internet: <http://www.cnedu.pt/pt/publicacoes/estudos-e-relatorios/estado-da-educacao/937-estado-da-educacao-2013> ISBN: 978-972-8360-85-6
- MACHADO, R.; BENTO, A. R.; ESTRELA, J.; MARTINS, A.L.; SOUSA, P. - **Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo - 2011**, 1.ª ed., Oeiras: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 2012. [Consult. 26-02-2015]. Disponível na internet: [http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa\\_2011.pdf](http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2011.pdf). ISBN: 978-972-98772-9-2.
- MACHADO, R.; BENTO, A. R.; ESTRELA, J.; DIAS, P. - **Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo - 2013**, 1.ª ed., Oeiras: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 2014. [Consult. 26-02-2015]. Disponível na internet: [http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa\\_2013.pdf](http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2013.pdf). ISBN: 2183-2935.
- MALHEIROS, Jorge Macaísta - **Promoção da Interculturalidade e da Integração de Proximidade: Manual para Técnicos/as**, 1.ª ed. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.), 2011. [Consult. 26-02-2015]. Disponível na internet: [http://www.acidi.gov.pt/\\_cfn/4d00d10bc323f/live/Ver+Manual+para+a+Promo%C3%A7%C3%A3o+da+Interculturalidade+e+da+Integra%C3%A7%C3%A3o+de+Proximidade](http://www.acidi.gov.pt/_cfn/4d00d10bc323f/live/Ver+Manual+para+a+Promo%C3%A7%C3%A3o+da+Interculturalidade+e+da+Integra%C3%A7%C3%A3o+de+Proximidade). ISBN: 978-989-685-011-1.
- MARQUES, Rui (Coord.) [et al.] - **Problemas Complexos e Governação Integrada**, Lisboa: Fórum para a Governação Integrada, 2014. [Consult. 02-04-2015]. Disponível na internet: <http://forumgovernacaointegrada.pt/index.php/noticias/146-publicacao-problemas-complexos-e-governacao-integrada-em-formato-e-book> ISBN: 978-972-99721-3-3.
- Ministérios da Presidência e da Administração Interna / Estrutura de Missão para a Gestão de Fundos Comunitários - **Programa Plurianual 2007-2013 - Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros**, Lisboa: Ministérios da Presidência e da Administração Interna / Estrutura de Missão para a Gestão de Fundos Comunitários. [Consult. 06-04-2015]. Disponível na internet: [http://www.acidi.gov.pt/\\_cfn/52bd684ed9078/live/Programa+Plurianual](http://www.acidi.gov.pt/_cfn/52bd684ed9078/live/Programa+Plurianual)
- MOURÃO, Paulo Reis - **A Liberdade Religiosa como Estímulo à Migração**, Cadernos OI, Nº 02, Observatório da Imigração, Lisboa: Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.), novembro de 2008. [Consult. 25-02-2015]. Disponível na internet: [http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col\\_Cadernos\\_OI/caderno\\_2.pdf](http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col_Cadernos_OI/caderno_2.pdf). ISBN: 978-989-8000-74-3.
- OLIVEIRA, Catarina Reis, (Coord.); GOMES, Natália - **Monitorizar a Integração de Imigrantes em Portugal: Relatório estatístico decenal (Imigração em números)**, Observatório das Migrações, Lisboa: Alto Comissariado para as Migrações (ACM, I.P.), 2014. [Consult. 10-02-2015]. Disponível na internet: [http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col\\_ImigNumeros/Monitorizar%20a%20Integracao%20de%20migrantes%20em%20Portugal.pdf](http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col_ImigNumeros/Monitorizar%20a%20Integracao%20de%20migrantes%20em%20Portugal.pdf). ISBN: 978-989-685-060-9.
- PATRÍCIO, A. C., (Coord.); MACHADO, R.; BENTO, A. R.; ESTRELA, J.; DIAS, P. - **Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo - 2012**, 1.ª ed., Oeiras: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 2013. [Consult. 07-01-2015]. Disponível na internet: <http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa%202012.pdf>

## Plano Municipal para a Integração de Imigrantes da Figueira da Foz

SANTANA, Paula, *Por uma cidade saudável. Janus 2009: Anuário de Relações Exteriores*, “Portugal no Mundo - Aliança de Civilizações: Um Caminho Possível?” Lisboa: Público e Universidade Autónoma de Lisboa, 2009. [Consult. 14-01-2015]. Disponível na internet: [http://janusonline.pt/docs2009/artigo\\_janus2009\\_2\\_19.doc](http://janusonline.pt/docs2009/artigo_janus2009_2_19.doc). ISBN: 9789896191764

União Europeia - **Versões Consolidadas do Tratado da União Europeia e do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia**, 55º ano, Jornal Oficial da União Europeia, C 326, 2012, 26-10-2012, Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia. [Consult. 24-03-2015]. Disponível na internet: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=OJ:C:2012:326:FULL&from=PT>

União Europeia - **Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia**, Jornal Oficial das Comunidades Europeias, 2000/C 364/01, 18-12-2000. [Consult. 23-03-2015]. Disponível na internet: [http://www.europarl.europa.eu/charter/pdf/text\\_pt.pdf](http://www.europarl.europa.eu/charter/pdf/text_pt.pdf)

### LEGISLAÇÃO

Constituição da República Portuguesa. [Consult. 26-05-2015]. Disponível na internet: <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>

Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948). [Consult. 14-04-2015]. Disponível na internet: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>

Lei n.º 56/79, de 15 de Setembro, Serviço Nacional de Saúde, Diário da República, I Série, N.º 214. [Consult. 26-05-2015]. Disponível na internet: <https://dre.pt/application/file/369931>

Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro: Reorganização administrativa do Território das freguesias, Diário da República, I Série - Suplemento, Nr. 19. [Consult. 26-05-2015]. Disponível na internet: <http://dre.pt/application/dir/pdfgratis/2013/01/01901.pdf>

Resolução do Conselho de Ministros, N.º 74/2010, de 17 de setembro: Aprova o II Plano para a Integração dos Imigrantes (2010-2013), Diário da República, I Série, Nr. 182. [Consult. 26-05-2015]. Disponível na internet: <https://dre.pt/application/file/341932>

Resolução do Conselho de Ministros, N.º 12-B/2015, de 20 de março: Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020, Diário da República, I Série, Nr. 56. [Consult. 26-05-2015]. Disponível na internet: <https://dre.pt/application/file/66817379>

**Anexos**

ANEXO 1 - Integração de Imigrantes - Inquérito a cidadãos Nacionais de Países Terceiros residentes no concelho da Figueira da Foz .....	115
ANEXO 2 - Plano Municipal de Integração de Imigrantes - Ação 4 - Planos Municipais para a Integração dos Imigrantes do Programa Anual de 2013 do Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros (FEINPT) .....	129
ANEXO 3 - Parceiros da Candidatura Ação 4 - Planos Municipais para a Integração de Imigrantes	135
ANEXO 4 - Parceiros que participaram nos vários Grupos de Trabalho .....	136
ANEXO 5 - Questões - Primeira sessão de trabalho com Grupos Temáticos .....	139
ANEXO 6 - Questões - Segunda sessão de trabalho com Grupos Temáticos .....	140





## ANEXO 1

### INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES

#### INQUÉRITO A CIDADÃOS NACIONAIS DE PAÍSES TERCEIROS RESIDENTES NO CONCELHO DA FIGUEIRA DA FOZ

O presente inquérito por questionário foi elaborado no âmbito do Projeto Plano Municipal para a Integração de Imigrantes (Ação 4 do Fundo Europeu para a Integração de Nacionais dos Países Terceiros - FEINPT), promovido pela Câmara Municipal da Figueira da Foz, com o intuito de recolher dados, junto dos cidadãos Nacionais de Países Terceiros residentes neste concelho, que contribuam para a elaboração do referido Plano.

Todas as informações prestadas são anónimas e confidenciais.

Agradecemos a sua colaboração e disponibilidade!

#### 1. Sexo:

Assinale a opção correta:	
Feminino	<input type="checkbox"/>
Masculino	<input type="checkbox"/>

#### 2. Idade: \_\_\_\_\_ anos

#### 3. País de origem: \_\_\_\_\_

#### 4. Há quanto tempo reside em Portugal?

Assinale a opção correta:			
Menos de 6 meses	<input type="checkbox"/>	De 3 a 5 anos	<input type="checkbox"/>
De 6 meses a 1 ano	<input type="checkbox"/>	Mais de 5 anos	<input type="checkbox"/>
De 1 a 2 anos	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>

5. Qual a principal razão que o/a levou a sair do seu país de origem?

Assinale a opção correta:	
Procura de melhores condições de vida	
Acompanhar/reunir-se à família	
Prosseguimento de estudos	
Motivos políticos/humanitários/saúde	
Outra (s).	
Qual (ais)?	

6. Que tipo de documento possuía quando chegou a Portugal?

Assinale a opção correta:			
Visto uniforme (Schengen)		Visto de trabalho	
Visto de curta duração (válido para Portugal)		Estava incluído no passaporte dos pais	
Visto de turista (visto de curta duração)		Sem qualquer documento	
Visto de estudante		Outro tipo de visto/documento. Qual?	

7. Qual o seu atual estatuto de permanência em Portugal?

Assinale a opção correta:			
Possuo autorização de residência		Processo em resolução no SEF	
Possuo autorização de permanência		Sem qualquer tipo de autorização	
Possuo visto de estada temporária		Sem qualquer documento	
Possuo visto de trabalho		Outras situações. Quais?	

7.1. Se não possui nacionalidade portuguesa, pretende obtê-la?

Assinale a opção correta:	
Sim	
Não	

8. Quais as razões da escolha da Figueira da Foz enquanto cidade de destino?

Assinale a opção correta:	
Ter familiares/amigos na cidade	<input type="checkbox"/>
Facilidade em arranjar trabalho	<input type="checkbox"/>
Proposta de trabalho	<input type="checkbox"/>
Nível de vida mais acessível	<input type="checkbox"/>
Características geofísicas da cidade	<input type="checkbox"/>
Bons acessos viários/acessibilidades	<input type="checkbox"/>
Preços mais baixos da habitação	<input type="checkbox"/>
Pelos serviços e comércios que oferece	<input type="checkbox"/>
Outra (s).	<input type="checkbox"/>
Qual (ais)?	

9. Quando chegou a Portugal vinha:

Assinale a opção correta:	
Sozinho, por meios próprios ou familiares	<input type="checkbox"/>
Acompanhado pela família, por meios próprios ou familiares	<input type="checkbox"/>
Sozinho, com ajuda de terceiros	<input type="checkbox"/>
Acompanhado pela família, com ajuda de terceiros	<input type="checkbox"/>
Em grupo, com ajuda de terceiros	<input type="checkbox"/>
Recrutado por um empregador português	<input type="checkbox"/>
Integrado numa empresa com atividade em Portugal	<input type="checkbox"/>
Outros. Quais?	

9.1 Teve de pagar a alguém/alguma organização para o “ajudar” a vir para Portugal?

Assinale a opção correta:	
Sim	<input type="checkbox"/>
Não	<input type="checkbox"/>
Não responde	<input type="checkbox"/>

*Plano Municipal para a Integração de Imigrantes da Figueira da Foz*

10. Pensa trazer para Portugal algumas das pessoas familiares e/ ou amigos que ainda estão no seu país de origem?

Assinale a opção correta:	
Não Porquê? _____	
Sim Porquê? _____ Indique os elementos que pretende trazer para Portugal:	

11. Recomendaria a familiares e/ou amigos que pretendam emigrar escolher a cidade da Figueira da Foz como local de destino?

Assinale a opção correta:	
Não. Indique as razões:	
Sim. Indique as razões:	

**GRUPO I**

**Serviços de Acolhimento e Integração; Urbanismo e Habitação;  
Solidariedade e Resposta Social; Saúde**

12. Alguém o/a tem ajudado desde que chegou a Portugal?

Assinale a opção correta:	
Sim	<input type="checkbox"/>
Não	<input type="checkbox"/>

12.1. Se respondeu sim, de quem tem recebido ajuda?

Assinale a opção correta:	
Familiares	<input type="checkbox"/>
Organizações de solidariedade social	<input type="checkbox"/>
Associações ligadas à Igreja	<input type="checkbox"/>
Amigos/conhecidos do seu país de origem	<input type="checkbox"/>
Amigos e conhecidos portugueses	<input type="checkbox"/>
Organizações do Estado	<input type="checkbox"/>
Associações de imigrantes	<input type="checkbox"/>
Outra(s). Qual (ais)?	<input type="checkbox"/>

12.2. Se respondeu sim, em que áreas recebeu ajuda?

Assinale a opção correta:	
A encontrar trabalho	<input type="checkbox"/>
A tratar da legalização	<input type="checkbox"/>
A encontrar alojamento	<input type="checkbox"/>
Aprendizagem de língua portuguesa	<input type="checkbox"/>
Outra (s).	<input type="checkbox"/>
Qual (ais)?	

12.3 É beneficiário/a de algum apoio social? Se sim, indique qual (ais).

\_\_\_\_\_

12.4. Se precisasse de ajuda de emergência a quem iria recorrer em primeiro lugar?

Assinale a opção correta:	
Amigos imigrantes	<input type="checkbox"/>
Amigos portugueses	<input type="checkbox"/>
Colegas de trabalho	<input type="checkbox"/>
Familiares instalados em Portugal	<input type="checkbox"/>
Familiares residentes no estrangeiro	<input type="checkbox"/>
Serviços Públicos portugueses	<input type="checkbox"/>
Serviços Públicos do país de origem	<input type="checkbox"/>
Instituições religiosas	<input type="checkbox"/>
Instituições privadas de solidariedade social	<input type="checkbox"/>

13. Indique as principais dificuldades na sua adaptação ao Município?

Indique apenas duas opções:	
Não tem sentido dificuldades	<input type="checkbox"/>
Domínio da Língua portuguesa	<input type="checkbox"/>
Clima	<input type="checkbox"/>
Saúde	<input type="checkbox"/>
Obtenção de profissão correspondente às habilitações e experiência	<input type="checkbox"/>
Integração no mercado de trabalho	<input type="checkbox"/>
Dificuldades com a entidade patronal	<input type="checkbox"/>
Integração na escola/sucesso escolar	<input type="checkbox"/>
Equivalências escolares	<input type="checkbox"/>
Hábitos/Costumes diferentes	<input type="checkbox"/>
Habitação (acesso e custo)	<input type="checkbox"/>
Transporte (acesso e custo)	<input type="checkbox"/>
Dificuldades com a legalização da sua situação	<input type="checkbox"/>
Burocracia dos serviços portugueses	<input type="checkbox"/>
Discriminação	<input type="checkbox"/>

*Plano Municipal para a Integração de Imigrantes da Figueira da Foz*

14. Para a sua melhor integração em Portugal, qual(ais) das seguintes opções considera mais importante(s)?

Indique apenas duas opções:	
Saber falar bem português	
Ter trabalho	
Ter a família consigo	
Ter amigos portugueses	
Ter amigos da sua nacionalidade	
Saber como funcionam os serviços de imigração, saúde, educação, etc.	
Obter a nacionalidade portuguesa	
Ter os filhos na escola	
Conseguir comprar/arrendar casa	
Ter carro	
Não sabe	

15. Indique o tipo de espaço onde habita:

Assinale a opção correta:			
Casa própria		Estaleiro/obra/local de trabalho	
Casa de familiares		Parte de casa	
Casa arrendada		Barraca/na rua	
Casa de amigos		Habitação Social	
Quarto		Outra. Qual?	
Freguesia:			

16. Qual a tipologia da habitação? \_\_\_\_\_

17. Quantas pessoas partilham habitação consigo? \_\_\_\_\_ pessoas

18. Relativamente às pessoas que partilham habitação consigo, refira se são:

Colegas de Trabalho Nacionalidade(s):	
Amigos Nacionalidade(s):	
Família	

## Plano Municipal para a Integração de Imigrantes da Figueira da Foz

19. Considera que as condições da sua habitação estão adequadas às suas necessidades?

Assinale a opção correta:	
Sim	<input type="checkbox"/>
Não	<input type="checkbox"/>

20. Relativamente ao acesso à Saúde, indique:

Tem cartão de utente	<input type="checkbox"/>	Tem conhecimento dos seus direitos no que refere à saúde	<input type="checkbox"/>
Encontra-se inscrito no Centro de Saúde da sua área de residência Centro de Saúde:	<input type="checkbox"/>	Já lhe foi recusado o atendimento no SNS Motivo:	<input type="checkbox"/>
Já recorreu ao Serviço Nacional de Saúde (SNS) Motivo:	<input type="checkbox"/>	Já sofreu algum acidente de trabalho	<input type="checkbox"/>
Tem médico de família	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>



**GRUPO II**

**Mercado de Trabalho e Empreendedorismo; Educação e Língua; Capacitação e Formação**

21. Qual o seu nível de escolaridade?

Assinale a opção correta:			
1º CEB Incompleto	<input type="checkbox"/>	1º CEB completo	<input type="checkbox"/>
2º CEB Incompleto	<input type="checkbox"/>	2º CEB Completo	<input type="checkbox"/>
3º CEB Incompleto	<input type="checkbox"/>	3º CEB Completo	<input type="checkbox"/>
Secundário Incompleto	<input type="checkbox"/>	Secundário Completo	<input type="checkbox"/>
Licenciatura/Bacharelato	<input type="checkbox"/>	Outra: Qual?	<input type="checkbox"/>

22. Possui o reconhecimento válido para Portugal das suas habilitações literárias?

Assinale a opção correta:	
Sim	<input type="checkbox"/>
Não	<input type="checkbox"/>

23. Qual era a sua situação profissional no país de origem?

Assinale a opção correta:	
Empregado	<input type="checkbox"/>
Desempregado	<input type="checkbox"/>

24. Qual era a sua ocupação ou profissão principal no seu país de origem?

\_\_\_\_\_

25. Qual a sua situação profissional neste momento?

Assinale a opção correta:	
Empregado/a Atividade exercida: _____ Tipo de contrato: _____	<input type="checkbox"/>
Desempregado/a Inscrito/a no Centro de Emprego: Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Inativo/a	<input type="checkbox"/>

## Plano Municipal para a Integração de Imigrantes da Figueira da Foz

25.1 Se respondeu que está empregado/a, qual o seu grau de satisfação com a profissão que exerce em Portugal?

Assinale a opção correta:	
Muito satisfeito/a	<input type="checkbox"/>
Satisfeito/a	<input type="checkbox"/>
Insatisfeito/a	<input type="checkbox"/>

25.2 Se respondeu que está empregado/a, considera que o seu salário está ao mesmo nível do salário dos não imigrantes?

Assinale a opção correta:	
Sim	<input type="checkbox"/>
Não	<input type="checkbox"/>
Não sabe	<input type="checkbox"/>

25.3 Se respondeu que está desempregado/a, considera que o facto de ser imigrante representa uma barreira no acesso ao emprego?

Assinale a opção correta:	
Sim. Indique quais as razões: _____ _____	<input type="checkbox"/>
Não	<input type="checkbox"/>
Não sabe	<input type="checkbox"/>

25. 4 Quantos empregos já teve em Portugal? \_\_\_\_\_

25.5 Qual foi o seu primeiro emprego em Portugal? \_\_\_\_\_

Plano Municipal para a Integração de Imigrantes da Figueira da Foz

25.6 Indique, por favor, de que forma obteve:

Indique a opção correta:	1º emprego em Portugal	Emprego atual
Através de familiares/amigos do mesmo grupo étnico		
Através de recrutador/angariador no país de origem		
Através de patrão português		
Através de patrão imigrante da mesma origem étnica		
Através de patrão imigrante de outra origem étnica		
Através de amigos/conhecidos portugueses		
Resposta a anúncio		
Serviços de emprego		
Criação do próprio emprego		
Outra. Qual? _____		

26. Desde que vive em Portugal, já alguma vez trabalhou no alguma temporada no estrangeiro?

Assinale a opção correta:	
Sim Onde? _____	
Não	

27. Relativamente às afirmações seguintes diga se: (1 = concorda totalmente; 2 = concorda; 3= indeciso; 4 = discorda; 5 = discorda totalmente)

Os empregos disponíveis para imigrantes são:	1	2	3	4	5
Compatíveis com as suas qualificações					
Sujos e mal pagos					
Empregos que os portugueses já não querem					
Empregos iguais aos dos portugueses					

28. Como classifica o seu nível de domínio da língua portuguesa, de acordo com os seguintes aspetos:

	Muito bom	Bom	Razoável	Insuficiente
Oralidade				
Leitura				
Escrita				

29. Onde/com quem aprendeu o português?

\_\_\_\_\_

**GRUPO III**

**Cultura; Cidadania e Participação Cívica; Religião**

30. Participa habitualmente em alguma atividade de cariz social/comunitário/recreativo/associativo?

Assinale a opção correta:	
Sim Indique que atividade (s) : _____ _____	
Não	

31. Conhece alguma associação específica promovida por imigrantes?

Assinale a opção correta:	
Sim Indique qual (ais) : _____ _____	
Não	

32. Está recenseado?

Assinale a opção correta:	
Sim	
Não	

33. Participa habitualmente em atos eleitorais?

Assinale a opção correta:	
Sim Indique qual (ais) : _____ _____	
Não Indique as razões: _____ _____	

34. Qual a religião que professa?

Assinale a opção correta:			
Sem religião		Judaica	
Católica		Islâmica	
Protestante Evangélica		Outra. Qual? _____	
Ortodoxa			

35. Existem, no Município, espaços de culto onde possa praticar a sua religião?

Assinale a opção correta:	
Sim	<input type="checkbox"/>
Não	<input type="checkbox"/>
Não sabe	<input type="checkbox"/>

**GRUPO IV**

**Media e Sensibilização da Opinião Pública; Racismo e Discriminação; Relações Internacionais**

36. Alguma vez foi alvo/teve conhecimento de situações de racismo e/ou discriminação?

Assinale a opção correta:	
Sim Especifique, por favor: _____ _____ _____	
Não	

37. Na sua opinião, a visão dos munícipes face à imigração é:

Assinale a opção correta:	
Positiva Porquê? _____	
Negativa Porquê? _____	

**ANEXO 2**

**PLANO MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES**

**AÇÃO 4 - PLANOS MUNICIPAIS PARA A INTEGRAÇÃO DOS IMIGRANTES DO PROGRAMA ANUAL DE 2013 DO FUNDO EUROPEU PARA A INTEGRAÇÃO DE NACIONAIS DE PAÍSES TERCEIROS (FEINPT)**

*FOCUS GROUP*

**CIDADÃOS NACIONAIS DE PAÍSES TERCEIROS  
RESIDENTES NO CONCELHO DA FIGUEIRA DA FOZ**

## GUIÃO FOCUS GROUP

Figueira da Foz, 18 de Março de 2015 - Paço de Tavarede

---

- **Contextualização da Sessão (5 minutos)**

Eu e a minha colega integramos a equipa responsável pela elaboração do Plano Municipal de Integração de Imigrantes da Figueira da Foz. Este é um projeto da Câmara Municipal da Figueira da Foz, financiado pelo Alto Comissariado para as Migrações.

Este Plano Municipal que estamos a procurar elaborar pretende ser um instrumento útil na melhoria da vossa integração no país e mais concretamente neste concelho.

Para que tenhamos uma visão correta acerca da vossa experiência de integração, daquelas que são as vossas maiores dificuldades e também das medidas que, na vossa opinião, poderiam ajudar a ultrapassar estas dificuldades, estamos hoje aqui reunidos para conversar e perceber os diversos pontos de vista sobre algumas questões que iremos levantar.

Agradecemos, desde já, a vossa presença e lembramos que é muito importante que todos participem!

Aqui não há respostas certas nem erradas, trata-se apenas de falarmos sobre assuntos relacionados com o vosso dia-a-dia e debatermos as experiências de cada um de nós.

É importante que saibam que toda a informação aqui tratada é confidencial.

Se tiverem alguma dúvida podem colocá-la agora ou interromper a qualquer momento, se sentirem necessidade disso.

- **Apresentação dos participantes (10 minutos)**

Para começar, gostaríamos que cada um de vós fizesse uma pequena apresentação, para nos ficarmos a conhecer um pouco melhor.

Para isso vamos pedir-vos que se organizem por pares e vamos dar-vos alguns minutos para conversarem com o vosso parceiro. Nestes minutos queremos que fiquem a saber sobre ele as informações que vamos projetar no quadro (nome, idade, de onde são, onde moram, há quanto tempo estão em Portugal, onde trabalham ou estudam, o que gostam de fazer nos vossos tempos livres e um aspeto cultural do país de origem). Depois vamos pedir-vos que sejam vocês a apresentar o vosso parceiro.

- **Sentimento de pertença (10 minutos)**

Como é que se sentem a viver na Figueira da Foz?

Vamos propor-vos um jogo. Gostava que preenchessem as folhas que vos apresentamos: “eu, como imigrante sinto-me feliz porque ... /eu, como imigrante sinto-me infeliz porque ...” ; “Na Figueira da Foz eu gosto de.../ “Na Figueira da Foz eu não gosto de.../ “Na Figueira da Foz eu mudaria...”



▪ **Integração socioeconómica (10 minutos)**

Pedimos agora que nos digam quais os aspetos que consideram mais difíceis por viver num país diferente do vosso país de origem:

Discussão Livre: Nenhum; Diferenças culturais (língua, alimentação, religião, modo de vida...); Relações interpessoais (estar longe da família e amigos, fazer novos amigos, conhecer pessoas diferentes...); Aspetos económicos (ter emprego, custo de vida...); Aspetos sociais (dificuldade em aceder a alguns bens e serviços, discriminação...); Aspetos institucionais (serviços públicos, entidades privadas, ...)

Agora que já indicaram esses aspetos, gostaríamos que os ordenassem dos mais importantes para os menos importantes na vossa vida.

▪ **Vivências enquanto imigrantes (5 minutos)**

Já alguma vez sentiram dificuldades em tratar de algum assunto por serem imigrantes? Se sim, que tipo de dificuldades?

- ✓ Hipóteses a explorar: Língua, cultura, documentação, dificuldades económicas, etc.

Já alguma vez viveram alguma situação em que se sentiram alvo de racismo ou de discriminação? Conhecem alguma história deste tipo de situações?

▪ **Abordagem aos estilos de vida (15 minutos)**

Como é que tomaram a decisão de vir para Portugal? Conheciam cá alguém? Tinham cá família?

Como é que foi para arranjar casa? E os vossos amigos, como é a experiência deles? Como foi?

Acham que o processo é diferente para os Portugueses? Se sim, em quê.

- ✓ Hipóteses a explorar: há poucas ou muitas casas para comprar/arrendar; é caro ou barato; é um processo muito burocrático que exige muita papelada ou não é preciso muita coisa, ...)

E arranjar emprego em Portugal, como é que foi/é? Como foi? Acham que o processo é diferente para os Portugueses? Se sim, em quê?

- ✓ Hipóteses a explorar: há poucos ou muitos empregos; pagam bem ou mal; trabalha-se muitas horas ou é o normal...

E quando vocês ou alguém da família está doente, como é que fazem? Ir ao médico é fácil ou difícil? Como foi? Acham que o processo é diferente para os Portugueses? Se sim, em quê?

- ✓ Hipóteses a explorar: o sistema de saúde público ou privado é caro ou barato;

espera-se muito tempo por consulta ou é rápido...

▪ **Relações institucionais (20 minutos)**

## *Plano Municipal para a Integração de Imigrantes da Figueira da Foz*

No vosso dia-a-dia, quando precisam de algum tipo de apoio ou informação, costumam recorrer a quem? Existem instituições às quais vocês recorram de vez em quando? Para que fins e quais? (associações, autarquia, outros Instituições Públicas)

Sentem algum tipo de obstáculos ou dificuldades no acesso aos serviços públicos? De que tipo?

Hoje em dia fala-se muito de integração de imigrantes. O que é isso para vocês - integração? Como é que um imigrante fica integrado? Não sei se há algo que gostariam de acrescentar acerca de dificuldades que sentem ou aspetos que julguem relevantes para a vida de um imigrante.

Por fim, queremos pedir-vos para preencherem em conjunto uma grelha que nos ajude a perceber quais são as maiores dificuldades/problemas dos imigrantes no concelho e algumas medidas que vos poderiam ajudar a uma melhor integração.

Plano Municipal para a Integração de Imigrantes da Figueira da Foz

GRELHA PROBLEMA/PRIORIDADE/PROPOSTA

<i>Problema</i>	<i>Pouco prioritário</i>	<i>Prioritário</i>	<i>Muito prioritário</i>	<i>Proposta</i>
<b>Serviços de Acolhimento e Integração</b>				
<b>Educação e Língua</b>				
<b>Mercado de Trabalho e Empreendedorismo</b>				
<b>Urbanismo e Habitação</b>				
<b>Capacitação e Formação</b>				
<b>Cultura</b>				
<b>Saúde</b>				

GRELHA PROBLEMA/PRIORIDADE/PROPOSTA

<i>Problema</i>	<i>Pouco prioritário</i>	<i>Prioritário</i>	<i>Muito prioritário</i>	<i>Proposta</i>
<b>Solidariedade e resposta Social</b>				
<b>Cidadania e Participação Cívica</b>				
<b>Media e Sensibilização da Opinião Pública</b>				
<b>Racismo e Discriminação</b>				
<b>Relações Internacionais</b>				
<b>Religião</b>				

**ANEXO 3**

**PARCEIROS DA CANDIDATURA AÇÃO 4 - PLANOS MUNICIPAIS PARA A INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES**

1. Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Mondego
2. Associação das Coletividades do Concelho da Figueira da Foz
3. Associação Comercial da Figueira da Foz
4. Associação Viver em Alegria
5. Centro de Emprego da Figueira da Foz
6. Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Figueira da Foz
7. Conselheira Local para a Igualdade - Dr.ª Lucinda Jordão
8. Conselheiro Local para a Igualdade Dr. Diogo Serôdio
9. DGEstE - Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares
10. Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
11. FigueiraViva - Associação de Cooperação e Solidariedade para o desenvolvimento da Figueira da Foz
12. Guarda Nacional Republicana
13. Grupo Instrução e Sport
14. Instituto de Segurança Social, I.P
15. IPDJ - Instituto Português do Desporto e Juventude
16. Movimento Associativo Juvenil de Vila Verde
17. Polícia de Segurança Pública - Divisão Policial da Figueira da Foz

## **ANEXO 4**

### **PARCEIROS QUE PARTICIPARAM NOS VÁRIOS GRUPOS DE TRABALHO**

#### **GRUPO I - Serviços de Acolhimento e Integração; Urbanismo e Habitação; Solidariedade e Resposta Social**

1. Movimento Associativo Juvenil de Vila Verde
2. Instituto de Segurança Social, I.P
3. Grupo Instrução e Sport
4. Associação Viver em Alegria
5. Conselheira Local para a Igualdade - Dr.ª Lucinda Jordão
6. Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Figueira da Foz
7. Rede Interinstitucional de Apoio à Víctima de Violência Doméstica - RIAVVD
8. Delegação da Figueira da Foz da Cruz Vermelha Portuguesa
9. Imane Moubarik (Imigrante)
10. Viktoria Boyko (Imigrante)
11. Figueira Domus, E.M. (Convidado)
12. Comissão Social de Freguesia de Tavarede (Convidado)
13. Divisão de Urbanismo da CMFF (Convidado)

#### **GRUPO II - Mercado de Trabalho; Capacitação e Formação**

1. Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz
2. Movimento Associativo Juvenil de Vila Verde
3. Centro de Emprego da Figueira da Foz
4. Associação Viver em Alegria
5. Conselheiro Local para a Igualdade Dr. Diogo Seródio
6. Imane Moubarik (Imigrante)
7. Centro de Formação Profissional de Coimbra (Convidado)
8. Incubadora de Empresas (Convidado)
9. For-Mar (Convidado)
10. Gabinete de Inserção Profissional da CMFF (Convidado)

11. Gabinete de Apoio ao Empreendedor CMFF (Convidado)

**GRUPO III - Cultura; Cidadania e Participação Cívica; Religião**

1. Associação das Coletividades do Concelho da Figueira da Foz
2. Eduardo Bennet (Coordenador das Associações de Cubanos Residentes em Portugal)
3. Boussidi el Hassan (Imigrante)
4. Conselheiro Local para a Igualdade - Diogo Serôdio
5. IPDJ - Instituto Português do Desporto e Juventude
6. Divisão Cultura CMFF (Convidado)
7. Vereador da Ação Social da CMFF (Convidado)
8. Presidente da Assembleia Municipal da Figueira da Foz (Convidado)
9. Representante da Igreja Católica (Convidado)
10. Representante da Igreja Batista (Convidado)
11. Representante do Centro Cristão Vida Abundante (Convidado)

**GRUPO IV - Media e Sensibilização da Opinião Pública; Racismo e Discriminação; Relações Internacionais**

1. Polícia de Segurança Pública - Divisão Policial da Figueira da Foz
2. Guarda Nacional Republicana
3. Instituto de Segurança Social, I.P.
4. Conselheira Local para a Igualdade - Dr.ª Lucinda Jordão
5. FigueiraViva - Associação de Cooperação e Solidariedade para o Desenvolvimento da Figueira da Foz
6. Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
7. Diários As Beiras (Convidado)
8. Diário de Coimbra (Convidado)
9. Rádio Foz do Mondego (Convidado)

**GRUPO V - Educação**

1. DGEstE - Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares
2. Conselheiro Local para a Igualdade - Diogo Serôdio
3. Associação Viver em Alegria
4. Agrupamento de Escolas Figueira Mar (Convidado)

## *Plano Municipal para a Integração de Imigrantes da Figueira da Foz*

5. Agrupamento de Escolas Figueira Norte (Convidado)
6. Escola Profissional da Figueira da Foz (Convidado)
7. Instituto Tecnológico e Profissional da Figueira da Foz (Convidado)

### **GRUPO VI - Saúde**

1. Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Mondego
2. Conselheira Local para a Igualdade - Dr.ª Lucinda Jordão
3. Centro de Respostas Integradas de Coimbra- Equipa de Tratamento da Figueira da Foz (Convidado)
4. Unidade de Cuidados na Comunidade - Farol do Mondego (Convidado)
5. Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados - Figueira Norte (Convidado)
6. Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados - Figueira Urbana (Convidado)
7. Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados - Figueira Sul (Convidado)
8. Unidade de Saúde Familiar - Buarcos (Convidado)
9. Unidade de Saúde Familiar - São Julião (Convidado)
10. Unidade de Saúde Pública (Convidado)



## **ANEXO 5**

### **Questões - Primeira sessão de trabalho com Grupos Temáticos**

#### **QUESTÃO 1**

**Quais são as principais problemáticas apresentadas pelos imigrantes que já recorreram aos vossos serviços?**

#### **QUESTÃO 2**

**Consideram que existem limitações/constrangimentos na vossa intervenção com a população imigrante?**

#### **QUESTÃO 3**

**O que poderia ser potenciado nos vossos serviços com vista à facilitação da integração de imigrantes?**

#### **QUESTÃO 4**

**Qual é a perceção que os serviços têm relativamente à integração de imigrantes no Município?**

#### **QUESTÃO 5**

**Quais são os recursos/acções de que o vosso serviço dispõe e que possam constituir uma mais-valia na integração de imigrantes?**

**ANEXO 6**

Grelha - Segunda sessão de trabalho com Grupos Temáticos

Objetivos Estratégicos	Objetivos Operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis

## **FICHA TÉCNICA**

**Título:** Plano Municipal para a Integração de Imigrantes da Figueira da Foz

**Autor:** Vários

**Coordenação:** Fátima Teixeira

**Execução gráfica:** Inês Pinto

**Edição:** Divisão de Educação e Assuntos Sociais da Câmara Municipal da Figueira da Foz

**Impressão:** Tipografia Cruz & Cardoso, Lda

**Tiragem:** 150 exemplares

**Dep. Legal:** 394794/15

Figueira da Foz, junho de 2015

### ***Promotor***

*Câmara Municipal da Figueira da Foz*

<http://www.cm-figfoz.pt/>

[pmii.figfoz@gmail.com](mailto:pmii.figfoz@gmail.com)

### ***Fundo Financiador***

*Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros (FEINPT)*

### ***Autoridade Delegada Plano Anual 2013***

*Alto Comissariado para as Migrações - ACM, I.P. e Governo de Portugal*